

Revista Internacional em  
**Língua Portuguesa**  
International Journal in Portuguese Language

# Comunicação e Política: Imagens e Discursos

IV Série, Semestral N.º 44, 2023 Gratuito



Revista  
Internacional  
**em** Língua  
Portuguesa

Comunicação e Política:  
Imagens e Discursos

## Publicação Semestral da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

A Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP) está indexada ao catálogo SciELO Portugal, Latindex, QUALIS/Capes, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH PLUS) da European Science Foundation (ESF), RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, Scientific Journal Impact Factor (SJIF), Livre – Revistas de livre acesso e REDIB – Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico. A Revista está inscrita no Google Scholar e é membro oficial e autorizado do Crossref para depositar o DOI de todos os artigos publicados.

A Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP), editada desde o ano de 1989, é uma publicação interdisciplinar da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Criada para aprofundar o conhecimento sobre o português, expressa hoje o conhecimento em português, num espaço de intervenção que, em perfeita igualdade, participem os membros da comunidade de utilizadores de português no mundo, nas suas diversas formas de expressão e difusão das ciências humanas, sociais e da natureza, com destaque para a ligação entre o espaço geográfico dos que utilizam a língua portuguesa.

**Fundador:** Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

**Presidente:** João Nuno Calvão da Silva (Presidente da AULP)

**Director:** Cristina Montalvão Sarmento (Secretária-Geral da AULP)

**Editores científicos:** Patrícia Oliveira – *Universidade da Beira Interior, Observatório Político (OP/ISCSP – Universidade de Lisboa)* e Carlos Batista – *Universidade de Brasília, Brasil (Instituto de Ciência Política – IPOL)*

**Coordenação editorial:** Cristina Montalvão Sarmento e Ariane Parente Paiva

**Conselho de acompanhamento científico:** José Arlindo Barreto (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde); Leda Florinda Hugo (Universidade Lúrio, Moçambique); Sandra Almeida (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Rui Martins (Universidade de Macau, RAEM-China); Narciso Matos (Universidade Politécnica de Moçambique, Moçambique); Orlando Rodrigues (Instituto Politécnico de Bragança, Portugal); Albano Ferreira (Universidade Katavala Bwila, Angola); Antônio Meirelles (Universidade Estadual de Campinas, Brasil); João Martins (Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, Timor-Leste); Agostinho Rita (Instituto Universitário de Contabilidade e Administração e Informática, São Tomé e Príncipe); Samba Camará (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Guiné-Bissau); Fábio Josué Santos (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil).

**Revisão científica:** Paulo Seixas (Universidade de Lisboa – Portugal, pseixas@iscsp.ulisboa.pt), Juarez de Souza (Universidade de Brasília – Brasil, desouza.juarez@gmail.com), Wellington Almeida (Universidade de Brasília – Brasil, walmeida@unb.br), Paulo Afonso Francisco de Carvalho (Universidade de Brasília – Brasil, pauloafc@unb.br), Helena Virgínia Topa Valentim (Universidade Nova de Lisboa – Portugal, ht.valentim@fcsh.unl.pt), Bruno Bernardes (Observatório Político – Portugal, goncalvesbernardes@gmail.com), Samuel Paiva Pires (ISCSP-ULisboa, samuelppires@gmail.com), Jorge Botelho (Universidade Lusófona – Portugal, p6531@ulusofona.pt), Carlos Batista (Universidade de Brasília, carlosmarcosbatista@gmail.com), William Wives (Universidade de Brasília – Brasil, william.washington.wives@gmail.com), Verónica Ferreira (Universidade de Coimbra – Portugal, vipferreir@gmail.com), Clécia Ferreira (Observatório Político – Portugal, cleciaferreira.unit@gmail.com), Marcelo Medeiros (Universidade Federal de Pernambuco – Brasil, marcelo.medeiros@ufpe.br), Celso Prudente (Universidade Federal do Mato Grosso – Brasil, clsprudente@gmail.com), Bumba Castro (Universidade Agostinho Neto – Angola, bumbc@yahoo.com), Marilde Loiola (Universidade de Brasília – Brasil, marilde.loiola@gmail.com), Maria João Cabrita (Observatório Político – Portugal, majcabrita@hotmail.com), Mônica Marina Pires Lobo Jacinto (Universidade Agostinho Neto – Angola, monica.gama@edu.ulisboa.pt), Silvino Évora (Universidade de Cabo Verde-UCV, silvino.evora@docente.unicv.edu.cv), Max Stabile (Universidade de Brasília – Brasil, me@maxstabile.com), Suzano Costa (Observatório Político – Portugal, suzanocosta@yahoo.com.br), Celestino Joanguete (Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique e Universidade Federal de Santa Maria – Brasil, celestino.joanguete@gmail.com), João Miguel (Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique, joaomiguelmz@gmail.com), Pio Penna (Universidade de Brasília – Brasil, piopenna@gmail.com)

**Montagem e arranjo gráfico:** EuropressLab

**Capa/contracapa:** EuropressLab

**Impressão e acabamentos:** Europress – Indústria Gráfica

**Tiragem:** 200 exemplares

**Depósito Legal:** 28038/89

**ISSN:** 2182-4452

**e-ISSN:** 2184-2043

**Distribuição gratuita aos membros associados**

**Número de registo na ERC:** 123241

**DOI:** <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2023.44>

**Editor:** Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

**Correspondência e oferta de publicações deve ser dirigida à sede da redação:**

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Avenida Santos Dumont, n.º 67, 2.º, 1050-203 Lisboa

Tel: 217816360 | Email: rilp@aulp.org

Consulta deste número e anteriores, em regime *open access*: [www.rilp-aulp.org](http://www.rilp-aulp.org)

Todos os artigos desta edição são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

**RILP**

Revista Internacional em Língua Portuguesa

# **Comunicação e Política: Imagens e Discursos**

**Editores científicos**

**Patrícia Oliveira**

*Universidade da Beira Interior  
Observatório Político (OP/ISCSP-ULisboa)*

**Carlos Batista**

*Universidade de Brasília, Brasil  
Instituto de Ciência Política – IPOL*

Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP



# Índice

## APRESENTAÇÃO

*Patrícia Oliveira e Carlos Batista* ..... 9

## COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: IMAGENS E DISCURSOS

**Meios de Comunicação e Imagem dos Destinos Turísticos – Uma Revisão de Literatura**

*Mónica Marina Pires Lobo Jacinto* ..... 13

**“A Chegada” pós-estruturalista: Cinema e Teoria de Relações Internacionais**

*Gabriella Keren Silva Amaral, João Pedro Carvalho Bettin, Leticia Buzá Ferreira* ..... 29

**Movimentos Sociais e Pandemia: Lições de anos em turbulência**

*Nadejda Marques e José Manuel Mendes* ..... 43

**O discurso da inovação: um estudo de caso na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Francisco Beltrão (UTFPR-FB), Brasil**

*Mateus Mota Loiola Coutinho, Carina Merkle Lingnau* ..... 57

**Formas de tratamento em cartas abertas ao Presidente da República e ao Primeiro Ministro**

*Veronica Manole* ..... 69

**Discurso, termómetro da competição política: Os primeiros meses de oposição do 18.º Presidente do PSD ao XXI Governo Português**

*Edmilson Gomes dos Santos* ..... 83

**A conexão da cultura e identidade africana com o turismo**

*Bumba Castro* ..... 99

**A reserva territorial dos aborígenes Potiguaras do Brasil: um *locus* simbólico**

*José Manuel Simões* ..... 113

**AUTORES – BIOGRAFIAS** ..... 137

# APRESENTAÇÃO



## Apresentação

**Patrícia Oliveira**

Universidade da Beira Interior,  
Observatório Político (OP/ ISCSP-ULisboa), Portugal

**Carlos Batista**

Universidade de Brasília, Brasil  
Instituto de Ciência Política – IPOL

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2023.44/pp.9-10>

Concluimos este desafio, na qualidade de editores científicos deste número temático **Comunicação e Política** da *Revista Internacional em Língua Portuguesa* (RILP) dedicado ao tema **imagens e discursos**, conscientes da missão que conduzimos juntos – aproximando as margens do nosso Atlântico, tricotando a nossa língua portuguesa, experimentando o que é *ser* e *estar* numa comunidade de pertença lusófona. Uma comunidade de vários discursos, com várias imagens de si própria, assumidamente multicultural, pluralista e contemporânea. Não nos separamos, portanto, do domínio do político, nem nos envolvemos na turbulência mais recente que as imagens de poder e os seus discursos políticos convocam.

É no português como língua de ciência, e por uma comunicação de ciência aberta, que fornecemos ao leitor os contributos aqui presentes: 1) sobre os meios de comunicação e imagem aplicados ao turismo e seus destinos; 2) uma reflexão sobre o pós-estruturalismo no cinema e nas relações internacionais; 3) novamente, e ainda, as lições da pandemia e os seus impactos sobre os movimentos sociais; 4) a relevância da comunicação epistolar e as formas de tratamento entre figuras políticas; 5) sobre as dimensões do discurso na competição política e na oposição; 6) as potencialidades da cultura e das identidades com o turismo; 7) a sustentabilidade ecológica e territorial aplicada aos povos indígenas.

O mapeamento deste número temático fornece ao leitor interessado e curioso diversas linhas de reflexão e de investigação, contrariamente ao esforço tantas vezes sistemático e orientado para a especialização e autonomização das áreas do conhecimento científico, e em particular nas ciências sociais e humanidades. Conquanto, as ciências sociais são uma paisagem representativa de diversas possibilidades de investigação, há ainda muito trabalho por empreender e novas

relações por estabelecer, por exemplo, nestes domínios onde a política não se esgota nas suas próprias instituições e corporações que tradicionalmente lhe têm dado forma e legitimidade. Propomos, aqui, que ao redor da comunicação, das imagens e dos discursos se estabeleçam as grandezas e fraquezas da prática política, i.e das estruturas de manifestação do poder.

Reconhecemos o espaço de liberdade e de criatividade no qual desempenhamos as nossas funções e, por isso, cumpre-nos agradecer a colaboração imprescindível da equipa editorial e de coordenação, sem a qual o resultado final publicado neste periódico estaria comprometido. Uma vez mais, agradecemos a colaboração científica e de revisão a todos os prezados colegas docentes, investigadores e especialistas que sempre tão diligentemente colaboraram neste processo de revisão e avaliação cega por pares.

Por fim, cumpre-nos igualmente agradecer o investimento e oportunidade da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), da atual presidência e anterior, do Professor Doutor João Nuno Calvão da Silva (Universidade de Coimbra, Portugal) e Professor Doutor Orlando da Mata (Universidade Mandume YA Ndemufayo, Angola).

É com particular satisfação que assistimos, por fim, vir a público o resultado deste trabalho – um resultado plural e colectivo que sempre anima as almas crentes numa ética dos fins. Bem-haja!

# **Comunicação e Política: Imagens e Discursos**



# Meios de Comunicação e Imagem dos Destinos Turísticos – Uma Revisão de Literatura

*Mónica Marina Pires Lobo Jacinto*

Universidade Agostinho Neto

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2023.44/pp.13-27>

## Resumo

O crescimento do turismo a nível global oferece oportunidades e desafios aos destinos turísticos. Na atualidade, um dos grandes desafios dos destinos turísticos consiste em atrair e reter turistas. Neste sentido, é vital que estes adotem estratégias eficazes de comunicação, pois a informação transmitida através dos diferentes canais ou meios de comunicação é a fonte que alimenta a imagem de um destino na mente de um turista, contribuindo para sua atratividade e competitividade. Sendo assim, o objetivo deste artigo de revisão é averiguar como a literatura aborda a relação entre os meios de comunicação e a imagem dos destinos turísticos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para tal, foi usada a pesquisa bibliográfica nas bases de dados da *Scopus* e *Web of Science*. A pesquisa efetuada permitiu concluir que, no âmbito da imagem dos destinos turísticos na CPLP, são abordadas diversas temáticas, no entanto, existe escassez de literatura sobre a relação entre os meios de comunicação e a imagem dos destinos turísticos. Espera-se que pesquisas futuras abordem este assunto com maior horizonte temporal e em diferentes bases de dados.

**Palavras-chave:** comunicação, turismo, comunicar destino, imagem do destino.

## Abstract

The growth of tourism at a global level offers opportunities and challenges to tourist destinations. Currently, they are one of the great challenges of tourist destinations and retaining tourists. In this sense, it is vital that they adopt effective communication strategies because the information transmitted through the different channels or means of communication is what feeds the image of a tourist, who has become a source of impact for their attractiveness and competition. Therefore, the objective of this review article is to investigate how the literature approaches the relationship between the media and the image of tourist destinations in the Community of Portuguese-Speaking Countries. For this, the bibliography in the Scopus and Web of Science databases was used. The research carried out allowed us to conclude that, within the scope of the image of tourist destinations in the CPLP, several themes are addressed, however, there is a scarcity of literature on the relationship between the media and the image of tourist destinations. Future research is expected to address this issue with a longer time horizon and in different databases.

**Keywords:** communication, tourism, communicate destination, destination image.

## Introdução

Nas últimas décadas, o turismo tem sido um dos setores económicos que mais cresce. Isto deve-se a distintos fatores como uma economia global relativamente forte, um aumento da classe média em países emergentes, os avanços tecnológicos, a redução dos custos de viagens e facilitação de vistos (United Nations World Tourism Organization [UNWTO], 2019). Em virtude do crescimento do turismo

a nível global, o setor tem se tornado cada vez mais competitivo no sentido de captar e reter os turistas nos destinos (Peres & Rita, 2017); neste contexto é vital que os destinos adotem estratégias de comunicação eficazes.

A comunicação é uma importante ferramenta não só para atrair e reter os turistas nos destinos, mas, também para a sua divulgação. Como refere Marujo (2012), é por intermédio da comunicação que muitos lugares divulgam as suas atrações turísticas, as suas singularidades ou a sua identidade cultural. Argumenta ainda que a comunicação, na maior parte dos casos, marca a diferença e pode tornar um destino turístico único.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa definiu o turismo como um dos vetores de desenvolvimento socioeconómico dos Estados-membros (CPLP, 2017) e, de fato, nos últimos anos, o turismo tem contribuído para o aumento do Produto Interno Bruto nestes países (Andrade & Velonjara, 2020). Sendo assim, o objetivo deste artigo de revisão é averiguar como a literatura aborda a relação entre os meios de comunicação na imagem dos destinos turísticos da CPLP. Para tal, foi usada a pesquisa bibliográfica em bases de dados da *Scopus* e *Web of Science* (WoS). O artigo contribui com uma reflexão teórica sobre a relação entre os meios de comunicação na imagem dos destinos; particularizando, a internet como principal meio de comunicação dos destinos turísticos. E, com uma análise relativa à literatura produzida sobre imagem de destinos turísticos na CPLP.

O artigo está composto por seis seções. Após está introdução, será apresentada revisão de literatura que embasou o estudo. Em seguida, será explicada a metodologia empregada. A quarta seção trata dos resultados obtidos. Na quinta seção, discutem-se os resultados. Finalmente, na sexta seção tecem-se as conclusões do estudo e propõem-se caminhos para pesquisas futuras.

## Referencial Teórico

### Comunicação e Turismo

A comunicação é a base de toda a interação humana. Etimologicamente, comunicação significa tornar comum a todos – fazer algo comum, compartilhar conhecimento (Ashton, 2007). Como refere Ashton (2007), uma das principais funções da comunicação é compartilhar. É neste contexto, que surge a sua relação com o turismo. Pois, um dos principais objetivos do turismo é compartilhar experiências, emoções, conhecimentos, entre outros. De acordo com a autora, na medida em que as pessoas sentem a necessidade de “compartilhar”, forma-se a cadeia motora dos deslocamentos humanos (buscar algo em outro lugar e no outro). O ato de partilhar o que se vive, no instante em que se vive, desperta a curiosidade e o desejo de experimentar junto e, ao mesmo tempo, que/com os outros, resultando em atratividade

de turística. A autora clarifica que o turismo realimenta o processo de comunicação (Ashton, 2007). Logo, fica evidente que há uma relação de simbiose entre comunicação e turismo que deriva do fato de serem fenômenos sociais.

Baldissera (2010) define comunicação turística como toda comunicação que se realiza no âmbito das relações de turismo, em seus diferentes processos, suportes e contextos. O autor explica que o conceito acima citado compreende a comunicação que, de alguma forma e em algum nível – formal e/ou informalmente –, atualiza/materializa sentidos relativos às ideias e às práticas de turismo. Verifica-se que, o conceito apresentado pelo autor é complexo e abrangente, pois, não se limita à comunicação oficial feita por agentes públicos e privados; mas inclui a comunicação informal entre turistas e comunidade local.

Marujo (2012) afirma que a comunicação no turismo não pode ser vista apenas como uma ferramenta mediadora de mensagens, signos, símbolos ou ícones. Antes, como se refere Droguett (2004, as cited in Marujo, 2012) deve-se considerar o fato de que no turismo, a comunicação informa, forma, participa e permite o diálogo entre seres humanos de diferentes culturas. Sendo por isso, uma força social capaz de promover a compreensão intercultural e contribuir para a proteção cultural (Higgins-Desbiolles, 2006). Além disso, é importante referir que fortes habilidades de comunicação escrita, oral, auditiva, digital e não verbal contribuirão para que os prestadores de serviço turístico ofereçam um melhor produto turístico e criem experiências agradáveis aos turistas (Tankovic et al., 2022).

No século XIX, a comunicação constituiu um forte impulsionador para a prática do turismo. De acordo com a Avighi (1992), a intervenção da comunicação, enquanto, media impressa (mais avançada da época) sensibilizava as pessoas para a realização do turismo. Neste sentido, as informações contidas em periódicos, especializados ou não, livros, guias e mapas que informavam sobre os avanços ocorridos no setor de transportes e descreviam viagens em cidades e terras contíguas ou no além-mar, predispunham as pessoas à prática do turismo.

Apesar da comunicação ter exercido um papel importante para o incremento do turismo, Boyer e Viallon (1994) referem que, na década de 90 do século XX, não havia uma grande quantidade de pesquisas aprofundadas sobre comunicação e turismo. De acordo com os autores, isto podia derivar do fato de que a comunicação era vista pelo grande público, como uma técnica simples e não como uma ciência reconhecida pela comunidade científica, com um campo de estudos bem definido. Os autores esclarecem ainda que as ciências da informação e da comunicação estudam as próprias noções de informação e comunicação, o funcionamento dos processos, produções e usos, atores individuais e institucionais, o conteúdo da informação, as suas propriedades, os seus efeitos e as representações

que transmitem e os meios de comunicação. Para os autores, os parâmetros acima citados quando aplicados ao turismo permitem uma análise completa do fenómeno do ponto de vista da comunicação.

No início do século XXI, Marujo (2012) também refere a inexistência de pesquisas aprofundadas sobre a relação entre turismo e comunicação. Até ao momento, não existem estudos bibliométricos da produção de conhecimento científico sobre turismo e comunicação. A bibliometria é importante porque permite explorar, organizar e analisar a literatura relevante produzida ao longo dos anos sobre determinada área do conhecimento, identificar tendências de pesquisa e apontar caminhos para pesquisas futuras (Daim et al., 2006). Logo, a inexistência de estudos bibliométricos sobre turismo e comunicação limita a sistematização do conhecimento e compreensão da evolução do tema ao longo dos anos. Apesar disto, pode-se afirmar que o tema tem merecido atenção dos pesquisadores. Por exemplo, nos últimos cinco anos (2017-2021), foram publicadas 6.576 pesquisas sobre comunicação e turismo na base de dados da WoS. A questão do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, em particular da Internet, no turismo tem merecido principal atenção dos pesquisadores (Molina-collado et al., 2022; Labrada et al., 2022).

### **Meios de comunicação dos destinos turísticos**

Comunicar um destino significa, de acordo com o momento histórico, transmitir informações através de diferentes formas e de diversos meios (Marujo, 2012). McCartney et al. (2008) asseveram que a imagem de um destino pode ser formada por meio de uma visita real (orgânica) ou por informações recebidas de fontes externas (tais como, meios de difusão, imprensa escrita e o “boca-a-boca”).

Como foi acima mencionado, no século XIX, os destinos eram comunicados pelos media impressa (periódicos especializados ou não, livros, guias e mapas). Estes meios de comunicação forneciam informações sobre lugares, e consequentemente impulsionavam as pessoas à prática do turismo. Na atualidade, os media tradicionais ainda são usados, no entanto, por causa da revolução tecnológica dos meios de informação e comunicação, a internet tornou-se uma das principais ferramentas de informação sobre destinos turísticos (Buhalis & Law, 2008).

Para Wichels (2014), o fato de a internet ter se tornado a principal fonte de informação turística relegou para segundo plano as tradicionais fontes de informação: imprensa, rádio e televisão, postos de informação turística, folhetos turísticos, livros e guias turísticos, feiras de turismo, entre outras.

Os media tradicionais têm sido usados para segmentos turísticos específicos. Neste contexto, Bieger, Laesser e Gallen (2000, as cited in Anjos, 2016) afirmam que os media sob forma de artigos de jornal, guias de viagem e livros são importantes fontes de informação para grupos que planejam longas excursões.

Na atualidade, as redes sociais são importantes fontes de informação para os turistas (Llodra-Riera et al., 2016; Guo et al., 2021); as fotografias partilhadas nestas redes incutem nestes o aumento das suas expetativas e forte desejo de conhecer os destinos que são publicados (Perinotto, 2013; Winter & Adu-ampong, 2021). Balomenou e Garrod (2019) afirmam que o turismo se tornou um dos maiores e mais influentes setores económicos graças ao poder da fotografia compartilhadas nas redes sociais. As fotografias partilhadas em tais redes são poderosas porque permitem alcançar milhões de usuários (Ramona et al., 2008).

O uso da internet como principal ferramenta de comunicação de destinos tem como resultado lógico o aumento de informações sobre estes. Como refere Sousa (2014 as cited in Vianna & Lacerda, 2020), a Internet torna tais informações visíveis quase que instantaneamente a vários tipos de públicos, sem limites geográficos. Isto permite a troca de informação entre consumidores e empresas, e entre os próprios consumidores, levando a criação de comunidades virtuais que terão impacto significativo no negócio turístico (nomeadamente, segmentação de mercado, atendimento ao cliente e entendimento do comportamento do consumidor) (Ramona et al., 2008). Anthony e Kozak (2022) argumentam que as comunidades ou grupos presentes na mídia social, que produzem conteúdo atrativo sobre destinos turísticos, que partilham vídeos, imagens e interagem em tempo real com usuários “*on line*” influenciam a tomada de decisão na escolha de um destino turístico e até mesmo a intenção de revisitá-lo.

A facilidade de obtenção de informações proporciona oportunidades e desafios para os destinos. Relativamente as oportunidades, destacam-se a aproximação entre os destinos e turistas (Muniz & Santos, 2019), maior facilidade para realizar compras de objetos, passagens aéreas, aluguel de automóveis, diárias e tickets de acesso à atrativos (Viana & Lacerda, 2020).

No tocante aos desafios, Vianna e Lacerda (2020) citam que um deles é o aumento do nível de exigência dos turistas; o que torna necessário o desenvolvimento e atualização constante de estratégias comunicacionais por parte das entidades gestoras dos destinos. Para os autores, uma destas estratégias é a construção de websites voltados a divulgação de atrativos com o intuito de despertar o interesse e fortalecer o relacionamento com seu público-alvo.

A tecnologia (incluindo, obviamente, a internet) continuará a ser uma importante ferramenta para o turismo, na verdade, ela foi definida como principal estratégia de recuperação do setor no pós-pandemia da Covid-19 (Sigala, 2020) e um dos principais fatores de competitividade dos destinos turísticos (Altinay & Kozak, 2021).

### **Importância dos meios de comunicação na imagem dos destinos**

Comunicar a imagem é um dos objetivos centrais da comunicação no turismo (Sanches, 2020). A imagem é um conceito estudado por diversas áreas do saber como comunicação, turismo, psicologia, sociologia, artes visuais entre outras (Neto & Urias, 2011). Para Leclair (1992, as cited in Neto & Urias, 2011) imagem é a representação psíquica e mental da percepção de um objeto ou de um evento, suscetível de subsistir através do espaço e do tempo, e de ser recriada por evocação.

Augusto (2014) nota que os estudos sobre imagem de destinos são recentes. De acordo com o autor, somente a partir dos anos 70, e sobretudo, na década de 90, a problemática despertou o interesse dos acadêmicos e da indústria turística, propiciando o desenvolvimento de um pensamento sobre a imagem dos lugares que se tornou um dos campos de investigação mais desenvolvidos no âmbito do turismo, de matriz multidisciplinar. O autor afirma que o primeiro conceito de imagem foi proposto por Hunt em 1975, que a definiu como a percepção que os potenciais turistas têm sobre um lugar.

Existem vários modelos sobre o processo de formação da imagem dos destinos turísticos, entretanto, o primeiro e mais citado na literatura é o proposto por Gunn (1972 as cited in Neves, 2012; Augusto, 2014) que defende a formação da imagem em sete fases: a primeira tem que ver com a “acumulação de imagens mentais” derivadas da informação geral recebida pelos amigos, pela educação e pelas fontes de informação não turísticas, não comerciais, permitindo formar imagens orgânicas; a segunda fase refere-se à “alteração da imagem” tendo como base a informação recebida ou pesquisada nas fontes de informação turísticas ou comerciais, das entidades do turismo, produzindo uma imagem induzida. A terceira fase diz respeito à tomada de decisão de viajar; a quarta refere-se à viagem; a quinta baseia-se na vivência e à “participação no destino” (as atividades, alojamento e outros serviços, exercem influência na formação da imagem); a sexta fase corresponde ao “retorno a casa” (permite a reflexão e avaliação) e a última fase diz respeito à modificação da imagem baseada na experiência (sendo por isso, uma imagem mais realista que pode coincidir ou não com a imagem inicial).

McCartney et al. (2008) mencionam que as fontes de informação e os meios de comunicação pagos exercem um importante papel na formação da imagem dos destinos. Neste sentido, asseveram que a imagem mental ou “induzida” de um destino turístico é uma função dos esforços de marketing, promoção, e publicidade de um destino através de meios pagos de radiodifusão ou áudio.

Smith et al. (2013) clarificam que a imagem do destino turístico não está diretamente relacionada apenas às campanhas promocionais do lugar, mas, também com a imagem e correspondência da expectativa e a realidade encontrada pelo turista ao eleger um determinando destino. Para os autores, quanto maior e me-

lhor for a informação sobre o destino, melhor correspondência terá a imagem com a realidade. Argumentam ainda que, quanto melhor essa relação, melhor e mais forte a imagem da cidade e a experiência do turista no local.

Almeida et al. (2012) corrobora a opinião de Smith et al. (2013), os autores alegam que a informação através dos diferentes canais é a fonte que alimenta a imagem de um destino na mente de um turista. Para os autores, ações de comunicação produzem efeitos de mudança na imagem percebida de um destino. Estas ações devem ser geridas e controladas de forma a produzirem efeitos positivos na mente dos turistas.

A comunicação eficaz junto do público-alvo pretendido, aliado a capacidade de inovação e a utilização dos canais adequados será determinante para o sucesso dos destinos (Cabral, 2012). Os gestores das empresas e destinações turísticas, com apoio técnico, devem analisar e selecionar os meios de comunicação mais adequados para atrair e construir relacionamentos com os públicos, de acordo com os objetivos estabelecidos. Sendo assim, é vital prestar atenção ao conteúdo apresentado em cada fonte de informação, pois, servirá de base para as expectativas dos turistas (Vianna & Lacerda, 2020).

A partir das constatações dos autores acima mencionados, verifica-se que ações de marketing, informações claras veiculadas pelos diferentes meios de comunicação com o foco na construção de um relacionamento com os turistas, contribuem para criação de uma imagem forte dos destinos.

Portanto, nos dias de hoje, o cliente não é apenas um mero recetor de informações, mas interage com as empresas, ditando os produtos e serviços que deseja e moldando a demanda (Vianna & Lacerda, 2020). Sendo assim, existe a necessidade de encontrar novos caminhos para tornar a comunicação com este cliente interativo mais eficaz. Neste contexto, Almeida (2021) refere que será necessário que os profissionais de marketing recorram a algoritmos de inteligência artificial para proporcionar comunicações cada vez mais personalizadas, levando em consideração as preferências individuais de cada turista.

Observa-se que a Internet oferece muitas oportunidades às organizações promotoras, sobretudo, através das redes sociais. No entanto se a comunicação for deficiente, a Internet pode servir para que o turista opte por outro destino tornando-a um mecanismo valorizador de outros concorrentes. Em virtude disto, as entidades promotoras do turismo têm o desafio de saber comunicar o seu destino ao novo perfil de turista que é, cada vez mais, exigente e está sempre em mudança devido ao acesso que tem às tecnologias de informação e comunicação (Marujo, 2012).

Perinotto (2013) alerta para os efeitos do “boca-a-boca virtual”. Segundo o autor, as redes sociais sempre existiram e o “boca-a-boca” sempre foi importante para propagar aspetos positivos e negativos de um determinado produto ou marca.

A tecnologia favoreceu o rápido crescimento das redes, propiciando a interação de milhares de pessoas. Logo, o “boca-a-boca” virtual atinge um grupo maior de amigos virtuais, fãs e seguidores, em poucos minutos e sem limites geográficos. Diante disso, os destinos turísticos são fortemente impactados (quer positivamente, como, negativamente), visto que a credibilidade vem da opinião de amigos e familiares, que passaram pelas mesmas experiências e dificuldades, e essa opinião do usuário das redes sociais está exposta para todos da rede, inclusive suas imagens fotográficas postadas.

Portanto, o uso da internet como principal meio de comunicação de destinos turísticos permite o fácil acesso dos turistas a uma vasta gama de informações sobre os destinos, sem que estes tenham de deslocar-se a estes locais. Na internet, também são disponibilizadas avaliações sobre os mesmos; uma avaliação negativa poderá ter efeitos imensuráveis na imagem destes. Neste cenário, para a construção de uma imagem forte é vital que os destinos apostem numa comunicação clara nas redes sociais para atrair e fidelizar turistas.

### **Metodologia**

O presente artigo de revisão tem como objetivo averiguar como a literatura aborda a relação entre os meios de comunicação e a imagem dos destinos turísticos dos países da CPLP. A realização deste estudo obedeceu as seguintes fases: 1º – elaboração da pergunta de pesquisa; 2º – pesquisa de artigos científicos; 3º – identificação dos estudos selecionados e, finalmente, a análise e interpretação dos resultados.

O levantamento dos artigos científicos foi feito nas bases de dados da Scopus e WoS, utilizando os descritores em língua inglesa: “Tourist Destination” AND “Image” AND “Angola”; “Brazil”; “Cabo Verde”; “Guinea Bissau”; “Equatorial Guinea”; “Mozambique”; “Portugal”; “São Tome and Principe”; “Timor-Leste”. Foram selecionados artigos científicos publicados nos últimos cinco anos (2017 e 2021).

Importa realçar que o levantamento de artigos foi feito na Scopus e WoS, porque na última década, estas são consideradas as principais fontes de publicações científicas de alto impacto (Pranckuté, 2021).

### **Resultados**

Em resultado da pesquisa realizada nas bases de dados *Scopus* e *WoS* utilizando os descritores combinados “Tourist Destination” AND “Image” AND “Angola”; “Brazil”; “Cabo Verde”; “Guinea Bissau”; “Equatorial Guinea”; “Mozambique”; “Portugal”; “São Tome and Principe”; “Timor-Leste” foram encontrados 57 artigos gratuitos. O quadro I apresenta os artigos encontrados de acordo com as bases de dados.

**Quadro I:** Artigos por bases de dados

Bases de Dados	Artigos Encontrados	Artigos Seleccionados
Scopus	18	0
WoS	29	4
WoS/Scopus	10	1

Não foram encontrados artigos sobre imagem de destinos turísticos nos seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Foram encontrados artigos referentes a imagem dos destinos turísticos no Brasil e em Portugal (ver quadro II).

**Quadro II:** Artigos por países

País	Nº de Artigos
Brasil	23
Portugal	34

Foram encontrados 52 artigos que abordam temas variados como eventos, dimensões da imagem, património natural e arquitetónico, sustentabilidade, gestão de marcas, *stakeholders*, comportamento/satisfação, experiências, motivação, *mindfulness*, estudo bibliométrico, métodos visuais na pesquisa em turismo, COVID, atributos do destino, segmentação como mostra o quadro III.

**Quadro III:** Temas abordados nos artigos

Tema	Nº de Artigos
Eventos	9
Dimensões da imagem	3
Património natural e arquitetónico	5
Sustentabilidade	2
Marketing	3
Gestão de marcas	5
Perceção dos Stakeholders	5
Comportamento/Satisfação	7
Experiências	1
Motivação	2
<i>Mindfulness</i>	3
Estudo bibliométrico	1
Métodos visuais na pesquisa em turismo	1
COVID	1
Atributos do destino	2
Segmentação	2

Foram encontrados estudos que evidenciavam a relação entre os meios de comunicação e a imagem de destinos turísticos, sendo estes os selecionados para compor a amostra final. Com base neste critério foram eleitos 5 artigos científicos para análise e interpretação dos resultados.

### **Discussão**

Como foi demonstrado na revisão de literatura, as redes sociais têm sido bastante utilizadas para divulgar os destinos turísticos. Neste sentido, o estudo de Jimenez et al. (2018) mostra que os municípios da região do Algarve usam as redes sociais como Facebook, Twitter, Youtube e Instagram para promover-se enquanto destino turístico. Neste caso, o Facebook tem sido a principal ferramenta de comunicação dos destinos turísticos e os vídeos compartilhados são os que mais chamam a atenção dos usuários, tal fato, tem contribuído para melhorar a imagem e reputação do mesmo. Para Iglesias-Sánchez et al. (2020) as fotos partilhadas pelos turistas no Instagram são mais influentes na construção e promoção da imagem dos destinos turísticos, do que as partilhadas pelas *Destination Management Organizations* (DMOs). Sendo assim, as DMOs devem incluir nas suas redes oficiais o conteúdo gerado pelos seus usuários, pois, contribuirá para sua fidelização e aumento da confiança de potenciais turistas (Iglesias-Sánchez et al., 2020).

É importante que as utilizem os meios de comunicação social para divulgar os destinos turísticos, no entanto, Sousa e Soares (2020) alertam que isto obriga ao monitoramento da opinião dos turistas em websites como, por exemplo, o TripAdvisor. Com base numa pesquisa feita na cidade de Aracaju-Sergipe (Brasil), as autoras acima mencionadas constataram que os comentários positivos dos turistas sobre os atrativos da cidade contribuíram para a formação de uma imagem não induzida positiva.

A imagem de um destino turístico construída ao longo dos anos pelas fontes tradicionais de informação (literatura, cinema, imprensa, tradição) podem dificultar a emergência de novas imagens mais adequadas a determinados territórios. Neste contexto, o estudo de Oliveira (2020) destaca que apesar de ter uma série de atrativos históricos e culturais, a imagem percebida da Serra Estrela (em Portugal) permanece fortemente associada ao turismo de inverno, porque foi amplamente retratada deste modo pelos media tradicionais. Por isso, o autor argumenta que as estratégias de comunicação turística com vista a valorização dos atributos históricos e culturais da Serra da Estrela não pode dissociar-se das fontes de informação tradicionais. Logo, apesar da emergência das mídias sociais, o uso dos meios de comunicação tradicionais ainda se justifica para construção da imagem perce-

cionada de determinados territórios. Relativamente, ao uso dos media tradicionais o estudo de Bento (2020) critica o fato de os estudos pós-coloniais atribuírem intenções hegemónicas/(neo)coloniais as escritas de viagens sobre Portugal. Para o autor, isto prejudica a imagem de Portugal como importante destino turístico mundial e por isso deve ser repensada.

### **Conclusões**

O presente estudo que teve como objetivo averiguar como a literatura aborda a relação entre meios de comunicação e turismo na CPLP permitiu extrair as conclusões abaixo descritas.

Em primeiro lugar, a comunicação e o turismo são fenómenos sociais, por este motivo existe simbiose entre estes. Por um lado, a motivação para realização do turismo é resultado do desejo vivenciado pelos seres humanos de partilhar, de tornar comum (ou seja, comunicar) conhecimentos, experiências, emoções, entre outros; por outro lado, o turismo realimenta o processo de comunicação.

Em segundo lugar, a informação produzida através dos diferentes canais ou meios de comunicação é a fonte que alimenta a imagem de um destino na mente de um turista. Na atualidade, a internet é o principal meio de comunicação dos destinos turísticos, tendo como resultado, o aumento de informações sobre os destinos. Esta explosão de informações tem como consequência o aumento do nível de exigência dos turistas, que se reflete na imagem percebida por estes sobre os destinos turísticos. Para a construção de uma imagem forte é vital que os destinos apostem numa comunicação clara dos destinos usando os diferentes meios de comunicação, sobretudo, nas redes sociais e apostem no turismo de experiências para atrair e fidelizar turistas.

Em terceiro lugar, no âmbito da imagem dos destinos turísticos na CPLP são abordados diversos assuntos como eventos, dimensões da imagem, património natural e arquitetónico, sustentabilidade, gestão de marcas, stakeholders, comportamento/satisfação, experiências, motivação, mindfulness, estudo bibliométrico, métodos visuais na pesquisa em turismo, COVID, atributos do destino e segmentação.

Finalmente, nos últimos cinco anos, não foram publicados nas bases de dados da Scopus e WoS artigos sobre meios de comunicação e imagem dos destinos turísticos referentes aos países africanos da CPLP e Timor-Leste. As pesquisas efetuadas nos últimos cinco anos estão relacionadas aos destinos turísticos do Brasil e Portugal. Tais pesquisas demonstraram que o uso das redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter pelas DMOs contribui para promoção da imagem

dos destinos. No entanto, as fotos publicadas nestas redes sociais pelos turistas exercem maior influência na construção e fortalecimento da imagem dos destinos. Os estudos também demonstraram que a imagem de destino construída ao longo dos anos pelos media tradicionais antes do advento do turismo moderno, pode dificultar a emergência de novas imagens mais adequadas a realidade de determinado território.

### **Pesquisas Futuras**

Embora seja inegável a relação entre os media tradicionais e modernos na imagem dos destinos turísticos, existe escassez de literatura sobre esta temática na CPLP. Tendo em conta, o crescente impacto das mídias sociais na imagem dos destinos esperava-se uma maior quantidade de artigos sobre o assunto. Espera-se que pesquisas futuras abordem este assunto com maior horizonte temporal e em diferentes bases de dados.

### **Referências**

- Almeida, P., Miranda, J., & Elias-Almeida, A. (2012). Aplicação da Análise Importância-Valor aos Componentes da Imagem de um Destino Turístico. *Tourism & Management Studies*, 8, 65-77.
- Almeida, N. (2021). O papel do Marketing na Dinâmica do Turismo. In L. Lourenço, J. Fernandes, A. Nunes, F. Castro (Eds.), *Geografia, Turismo e Território – Livro de homenagem a Fernanda Delgado Cravidão* (pp. 655-672). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Altinay, L., & Kozak, M. (2021). Journal of Hospitality and Tourism Management Revisiting destination competitiveness through chaos theory : The butterfly competitiveness model. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 49(June), 331-340.
- Andrade, L., & Velonjara, M. (2020). The Impact of Tourism on Economic Growth: A Panel Co-integration from the Community of Portuguese-speaking Countries (CPLP). 10(3), 281-291.
- Anjos, S., Zucco, D., Mota, N., & Fontana, R. (2016). A Comunicação nos Destinos Turísticos e a Expectativa dos Turistas. *Turismo – Visão e Ação*, 18(2), 405.
- Anthony, M., & Kozak, M. (2022). Technology in Society Interactive engagement through travel and tourism social media groups: A social facilitation theory perspective. *Technology in Society*, 71(June), 102098.
- Ashton, G. (2007). Comunicação e turismo: possibilidades de conhecimento. *Conexão – Comunicação e Cultura*, 6(11).
- Augusto, L. (2014). *Comunicação e turismo: relações públicas, dialogismo e imagem nos media digitais* (Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra). Repositório Institucional da Universidade de Coimbra.
- Avighi, C. (1992). Turismo e Comunicação: Estudo do Turismo na História da Comunicação no Século XIX. *Revista Turismo Em Análise*, 3(2), 22-33.

Baldissera, R. (2010). Comunicação turística: a comunicação das Secretarias Municipais de Turismo da Rota Romântica, Vale do Sinos e Vale do Paranhana (RS)1. *Conexão – Comunicação e Cultura*, 9(17), 67-83.

Balomenou, N., & Garrod, B. (2019). Photographs in tourism research: Prejudice, power, performance and participant-generated images. *Tourism Management*, 70 (August 2018), 201-217.

Bento, P. (2020). Unfavourable representations of touristic places: the cautionary tale of late twentieth century travel writing on Portugal. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 18(5), 557-571.

Boyer, M. & Viallon, P. (1994). *La Communication Touristique*. 1ª edição. Press Universitaires de France. Press Universitaires de France.

Buhalis, D. & Law, P. (2008). Progress in information technology and tourism management: 20 years on 10 years after the internet – The state of eTourism research. *Tourism Management*, 29, 609-623.

Cabral, M. (2012). Consumidor e Media em Mudança: Desafios para Comunicar Portugal. In Sebastião, S & Ribeiro, R (Eds.), *Portugal, destino a comunicar – A comunicação no Turismo Português(s/p)*.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). (2017). *Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP (2016-2026)*.

Daim, T., Rueda, G., Martin, H., & Gerdtsri, P. (2006). Forecasting emerging technologies: Use of bibliometrics and patent analysis. 73, 981-1012.

Guo, X., Pesonen, J., & Komppula, R. (2021). Comparing online travel review platforms as destination image information agents. *Information Technology & Tourism*, 23(2), 159-187.

Higgins-desbiolles, F., Bigby, B. C., & Doering, A. (2022). Socialising tourism after COVID-19: reclaiming tourism as a social force? 8(2), 208-219.

Iglesias-Sánchez, P.P., Correia, M. B., Jambrino-Maldonado, C., & de las Heras-Pedrosa, C. (2020). Instagram as a co-creation space for tourist destination image-building: Algarve and Costa del Sol case studies. *Sustainability*, 12(7), 2793.

Jiménez, S.; Correia, M.; Matos, N. (2018). Analysis of a Social Networks As na Instrumento f Communication In The tourist destinations of Algarve. *Revista GEINTEC – ISSN: 2237-0722. Aracaju/SE. Vol.8, n.3, p.4476-4494, jul/ago/set – 2018 4476.*

Labrada, S., Díaz Pompa, F., Cruz Aguilera, N., & Balseira Sanamé, Z. (2022). Marketing turístico digital en Latinoamérica: estudio bibliométrico 2010-2019. *Revista Universidad y Sociedad*, 14(2), 521-534.

Llodra-riera, I., Jiménez-zarco, A. I., & Izquierdo-yusta, A. (2016). Assessing the influence of social media on tourists' motivations and image formation of a destination.

Marujo, N. (2012). Comunicação, Destinos Turísticos e Formação Superior. In Sebastião, Sónia e Ribeiro, Raquel (Eds.), *Portugal: Destino a Comunicar. A Comunicação no Turismo Português*. Lisboa: ISCSP-CAPP – pp.74-88.

Molina-collado, A., Gómez-rico, M., Sigala, M., Molina, M. V., Aranda, E., & Salinero, Y. (2022). Mapping tourism and hospitality research on information and scientific approach. In *Information Technology & Tourism (Issue 0123456789)*. Springer Berlin Heidelberg.

Muniz, L. M., & Santos, C. A. F. dos. (2019). Turismo E Conteúdo Gerado Pelo Usuário: Uma Análise Sobre O Comportamento Do Consumidor Na Internet Por Meio De Comentários De Viagens Online. *SINERGIA – Revista Do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, 23(1), 65-80.

McCartney, G., Butler, R., & Bennett, M. (2008). A strategic use of the communication mix in the destination image-formation process. *Journal of Travel Research*, 47(2), 183-196.

Neto, E., & Urias, L. (2011). Personalidade gastronômica e destinos turísticos: avaliação dos canais de comunicação na projeção dos atrativos gastronômicos no nordeste brasileiro. *Revista Turismo Em Análise*, 22(2), 322.

Neves, J. M. de O. (2012). Imagem de destino turístico: contributo para uma sistematização da leitura científica. *Cogitur : Journal of Tourism Studies*, 5, 39-68.

Oliveira, N. C. D. (2019). A construção simbólica da imagem dos territórios: a Serra da Estrela entre as imagens tradicionais e a imagem turística. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 17(6), 1159-1177.

Peres, R. & Rita, P. (2017). Marketing e Comunicação dos Destinos. Planejamento e Desenvolvimento Turístico (pp. 173-181). Lidel.

Perinotto, A. R. C. (2013). Investigando a Comunicação Turística De Parnaíba / Pi-Brasil: Internet e Redes Sociais, Descrição e Análise. *TURyDES*, December 2013.

Pranckutė, R. (2021). Web of Science (WoS) and Scopus: The titans of bibliographic information in today's academic world. *Publications*, 9(1), 12.

Ramona, G., Gheorghe P., & Roxana, N. (2008). Comparing The effectiveness of the Website with traditional media in tourism industry marketing. *Analele Universitatii Din Oradea. Volumul IV-Management and Marketing*.

Sanches, C. (2020). O Instagram como estratégia de comunicação turística: análise comparativa entre VisitPortugal e VisitBrasil (Dissertação de Mestrado não publicada) Universidade do Porto.

Sigala, M. (2020). Tourism and COVID-19: Impacts and implications for advancing and resetting industry and research. *Journal of Business Research*, 117(June), 312-321.

Sousa, L., & Soares, J. (2020). O TripAdvisor e o marketing de destinos turísticos: estudo de um município do nordeste brasileiro. *El Periplo Sustentable*, (39), 64-89.

Smith, M., Amorim, E., & Soares, C. (2013). O turismo acessível como vantagem competitiva: implicações na imagem do destino turístico. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 11(3), 97-103.

Stepaniuk, K. (2015). The Relation between Destination Image and Social Media user Engagement – theoretical Approach. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 213, 616-621.

Tankovic, A. C., Kapeš, J., & Benazić, D. (2022). Measuring the importance of communication skills in tourism. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 0(0), 1-20.

Vianna, S., & Lacerda, L. T. de (2020). A Comunicação Digital e o Turismo: Análise dos Websites de Turismo do Município de Machadinho-RS [Brasil]. *Revista Rosa Ventos Turismo e Hospitalidade*, 900-925.

Wichels, S. (2014). Comunicação Turística: desafios e tendência na contemporaneidade. Estudo de Caso: Tenerife (Dissertação de Mestrado). Repositório da Universidade de Coimbra.

Winter, T., & Adu-ampong, E. (2021). Residents with camera: Exploring tourism impacts through participant-generated images. *Annals of Tourism Research*, 87, 103112.

United Nations World Travel Organization (UNWTO). (2019). International Tourism Highlights International tourism continues to outpace the global economy. World Travel Organization.

Data de receção: 22/09/2022  
Data de aprovação: 31/10/2022



# “A Chegada” Pós-estruturalista: Cinema e Teoria de Relações Internacionais

*Gabriella Keren Silva Amaral*  
*João Pedro Carvalho Bettin*  
*Letícia Buzá Ferreira*

Discentes do curso de graduação em Relações Internacionais  
do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI)  
da Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2023.44/pp.29-41>

## Resumo

O presente artigo tem como base a importância do estudo teórico das Relações Internacionais e como recursos audiovisuais, tais como os filmes, podem contribuir para tal. Nesse sentido, a proposta do texto consiste em uma análise do filme “A Chegada”, de 2016, ancorada nas ponderações pós-estruturalistas na teoria de Relações Internacionais. Sendo assim, foram mobilizados o filme e colocações teóricas de David Campbell, além de alguns conceitos advindos da Linguística, com objetivo de articular mídia e teoria. Desse modo, é possível aprofundar o conhecimento de tal debate teórico a partir de um caso fictício, permitindo a aproximação de teoria e possibilidades de interpretação em determinado cenário. Ademais, reforça-se, assim, a importância do audiovisual como assistência no ensino e na formação de futuros analistas das Relações Internacionais, já que esse recurso promove potencialidades que estimulam o uso da teoria nas mais diversas situações.

**Palavras-chave:** audiovisual, ficção-científica, linguagem, pós-estruturalismo, relações internacionais.

## Abstract

This article is based on the importance of the theoretical study of International Relations and how audiovisual resources, such as films, can contribute to this. In this sense, the proposal of the text consists of an analysis of the film “Arrival”, from 2016, anchored in poststructuralist considerations in the theory of International Relations. Thus, the film and theoretical statements by David Campbell were mobilized, as well as some concepts from Linguistics, with the aim of articulating media and theory. In this way, it is possible to deepen the knowledge of such theoretical debate from a fictitious case, allowing the approximation of theory and possibilities of interpretation in a given scenario. Furthermore, it reinforces the importance of the audiovisual as an assistance in the teaching and training of future analysts of International Relations, since this resource promotes potentialities that stimulate the use of theory in the most diverse situations.

**Keywords:** audio-visual, international relations, language, post-structuralism, science fiction.

## Introdução

As teorias sobre as Relações Internacionais, como um campo de estudos autônomo, são diversas. Na gênese da disciplina, com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as principais contribuições foram as idealistas e no período pós-Segunda Guerra Mundial, os princípios realistas ganharam força. No entanto,

com o ingresso de novos temas na agenda internacional e o inesperado desfecho da Guerra Fria, em 1991, fez-se necessário discutir diferentes maneiras de conceber a esfera externa. Somados ao desenvolvimento das Ciências Humanas, com as viradas linguística e sociológica, esses fatores resultaram na elaboração das chamadas teorias pós-positivistas, que questionavam as abordagens anteriores e o futuro das RI (Barros, 2006).

Há uma grande variedade de contribuições teóricas nesse sentido: a Teoria Crítica, o Construtivismo, os Feminismos, o Pós-Colonialismo e outras. No presente trabalho, tratar-se-á sobre as ideias pós-estruturalistas ou pós-modernistas, que discutem sobre os elementos sociais no período posterior à modernidade e propõem novas interpretações a eles, numa profunda crítica à naturalização de pressupostos. Para auxiliar na compreensão, será feito uso do filme “A Chegada”, dirigido por Denis Villeneuve, e suas aproximações com o embasamento teórico escolhido. Nessa perspectiva, enfatiza-se a ideia do audiovisual como um recurso pedagógico relevante, principalmente como um complemento ao que se ensina sobre teoria nesse campo de estudos. Além disso, o cinema apresenta especificidades relevantes para a política internacional, como será abordado na seção seguinte.

### **Audiovisual e Relações Internacionais**

Carter e Dodds (2014) argumentam que para aqueles que se debruçam sobre os estudos na esfera das Relações Internacionais, mídias populares, como filmes, televisão e plataformas midiáticas, como as redes sociais, são instrumentos que auxiliam na constituição das políticas internacionais. Essa influência acabou intensificada pelo incentivo à produção cinematográfica, pela difusão dos meios de comunicação e, sobretudo, pela globalização. Nesse sentido, é evidente que a sétima arte possui implicações diretas no trabalho dos estudiosos. A multiplicidade das Relações Internacionais, como já mencionado na variedade de teorias, se expressa novamente: o audiovisual é, também, um dos diversos recursos mobilizados para reflexão, que no presente caso tem caráter teórico.

Nesse sentido, é fundamental destacar as particularidades do cinema em relação às outras mídias e demonstrar o porquê é revolucionário. Posto isto, a imagem no mundo cinematográfico apresenta uma função específica e um caráter eminentemente histórico, isto é, a imagem apresenta-se como algo fluido (uma “imagem-movimento”) e carregado de tensão dinâmica, sendo utilizada para contar uma história messiânica. Logo, segundo Agamben (2014) “cada momento, cada imagem está carregada de história”. Em adição, o cinema detém um caráter ainda mais próprio, a montagem, que se baseia em duas condições: a repetição e

a paragem. A repetição recupera a possibilidade do que já foi, o fazendo ser possível novamente, enquanto a paragem é descrita como “uma potência de paragem que trabalha a própria imagem, que a subtrai do poder narrativo para a expor enquanto tal”. Dessa forma, juntando as duas, constitui-se a iniciativa messiânica do cinema, a qual está ligada essencialmente com a criação. E, como aponta o autor Giorgio Agamben (2014), “todo ato de criação é também um ato de pensamento, e um ato de pensamento é um ato criativo, pois o pensamento define-se antes de tudo pela sua capacidade de des-criar o real”.

Portanto, é possível compreender que o trabalho com imagens possui uma importância histórica e messiânica, tendo em vista sua habilidade de projetar a potência e a possibilidade em direção ao que é por definição impossível, em direção ao passado. Logo, o cinema é entendido como revolucionário justamente pela potencialidade que apresenta e pela distinção em relação às outras mídias, como afirma Agamben (2014):

O cinema faz então o contrário do que fazem as mídias. As mídias dão-nos sempre o fato, o que foi, sem a sua possibilidade, sem a sua potência, dão-nos portanto um fato sobre o qual somos impotentes. As mídias adoram o cidadão indignado mas impotente. É o mesmo objetivo do telejornal. É a má memória, a que produz o homem do ressentimento.

Para Duarte (2002), a pertinência da utilização da sétima arte como elemento auxiliar a outras áreas de estudo se dá, em grande parte, pela sua função na socialização, tendo em vista seu papel na formação cultural como prática social. Nesse segmento, o cinema se caracteriza como uma forma de conhecimento, sendo de importante análise, já que seus elementos constitutivos produzem sentido. Ainda, cabe enfatizar o caráter do espectador como um sujeito social que, constantemente, interage com a significação articulada na produção fílmica. Portanto, o cinema é capaz de estabelecer alteridade – para Bakhtin, conceito fundamental na constituição de identidade, ou seja, para quem é na relação com o outro que os indivíduos (a linguagem, a consciência, pensamentos, visões de mundo) se constituem (Faraco, 2009).

Destaca-se, em adição, o fundamento antropológico da perspectiva educativa do cinema abordado por Almeida (2017), que trata sobre a importância da narrativa fílmica ficcional como ferramenta capaz de propiciar a experiência sensorial, intelectual e psicológica. Apesar das claras limitações do cinema, como a reprodução de estereótipos e o apelo comercial das produções, ele também atua como um difusor das culturas periféricas ao sistema e também como um representante de grupos minoritários da sociedade. O contato com os costumes de sociedades mais distantes das grandes potências ocidentais é, inegavelmente, de grande rele-

vância para a formação sociocultural dos espectadores. Assim, deve-se perceber o impacto cinematográfico no âmbito social e também na constituição de um repertório cultural mais amplo para aqueles que assistem.

Ademais, é importante ressaltar que o uso das narrativas fílmicas por governos têm, na maioria das vezes, objetivos políticos. A construção discursiva do comunismo como antagonico, colocando-o como uma ameaça, foi ancorada na produção audiovisual, permitindo que os Estados Unidos reforçassem o apoio da opinião pública dos países aliados e, desse modo, lidimar o combate na Guerra Fria. Atualmente, há um controle do grande público, condicionando-o ao consumo de filmes específicos, os denominados *blockbusters*. Ainda assim, mesmo nesses filmes, é possível notar tendências políticas e a apresentação de discursos proeminentes na esfera social. Diante disso, o cinema hollywoodiano produziu filmes como Amanhecer Violento (1984) e Rambo (1984), que transcodificam os discursos conservadores de Ronald Reagan; ou, então, a saga Star Wars, os quais já são filmes mais complexos e abertos a múltiplas interpretações (Zanella & Neves Jr, 2016; Kellner, 2010).

À vista disso, o presente artigo faz uso de uma produção audiovisual a fim de elucidar brevemente a perspectiva pós-estruturalista, como um recurso didático para a compreensão de aspectos teóricos, de maneira a facilitar que o estudante de Relações Internacionais apreenda como tal teoria pretende observar seu objeto de estudo. Almeja-se, portanto, que com a exposição da teoria, da narrativa fílmica e, por fim, com uma síntese dos dois itens, o leitor seja capaz de assimilar com mais facilidade a interpretação pós-estruturalista da realidade internacional.

### **O Pós-estruturalismo e David Campbell**

O Pós-Estruturalismo em Relações Internacionais é uma crítica pós-fundacionalista do estruturalismo. O estruturalismo, incorporado às ciências humanas e sociais a partir da experiência linguística, busca identificar o imutável, o aspecto invariante, isto é, o fundamento das estruturas sociais (Mendonça, 2020). Nesse contexto, o pós-estruturalismo contrapõe a perspectiva estruturalista, a qual propõe a existência de fundamentos essenciais e naturais que regem as estruturas do mundo social, pois acredita na dinamicidade das estruturas, questionando a essencialidade e naturalidade dos fundamentos (Casali & Gonçalves, 2018). Assim, é concebido como uma crítica pós-fundacionalista: excede a identificação das estruturas, isto é, fundamentos, buscando também seus objetivos, por meio do questionamento de sua existência. Contudo, apesar de visar a ruptura, o pós-estruturalismo e o estruturalismo ainda compartilham certas características, como:

a) a importância da linguística; b) a ênfase na natureza relacional das totalidades; c) o caráter arbitrário do signo; d) a primazia do significante sobre o significado; e) a descentralização do sujeito; f) a preocupação especial com a natureza da escrita – ou seja, com o material textual; g) o interesse no aspecto temporal como algo constitutivo e integrante da natureza dos objetos e eventos; e h) o questionamento da noção de sujeito do pensamento humanista renascentista que aponta o sujeito como um ser autônomo, livre e autoconsciente, fonte de todo conhecimento e da ação moral e política (Giddens, 1999 apud Casali & Gonçalves, 2018, p.86).

No que tange o aspecto linguístico, é importante tratar sobre Saussure, um autor da tradição estruturalista e precursor essencial ao desenvolvimento do pós-estruturalismo. Ele entende a língua e fala como objetos distintos, conceituando a primeira como o “aspecto estrutural da linguagem” e a segunda como o “modo particular e singular como a fala se articula em relação à língua”, levando a consequente definição de discurso como sendo “as formas de apropriação pelo indivíduo falante do universo da língua”. A partir da sistematização saussuriana, foram desenvolvidas novas interpretações linguísticas, como a de Derrida, propondo que a escrita e o pensamento são fatores complementares, pois a primeira é uma forma de externalizar a segunda, além da escrita proporcionar a edificação de outros sentidos – tendo em vista a capacidade dos significantes de se inserir em outras propostas discursivas (Casali & Gonçalves, 2018).

Logo, observa-se que uma palavra sozinha não apresenta sentido, ela precisa de um sujeito que a signifique. Porém, sujeitos diferentes apresentam contextos históricos e culturais distintos, o que se traduziria em significados divergentes para uma mesma palavra. Isto é, o discurso é uma construção social pois é fruto de laços sociais estruturados pela linguagem, os quais, por sua vez, são produtos do meio, época e cultura em que seus atores estão inseridos (Casali & Gonçalves, 2018).

Outrossim, é relevante discorrer sobre David Campbell e sua contribuição para o Pós-Estruturalismo. Sendo assim, o autor difere os termos política externa e Política Externa. A primeira (com as iniciais minúsculas) relaciona-se com práticas para distinguir o “eu” do “outro”, já a segunda (com as iniciais maiúsculas) é diretamente ligada ao aparato estatal, podendo também realizar a primeira. Isto posto, Campbell afirma que a política externa e o Estado são forças complementares, pois é a partir da política externa que se tem a consolidação do que é o Estado (“eu”) e do que é o estrangeiro/migrante (“outro”), o que gera a produção de pontes e, principalmente, fronteiras entre os Estados (Nogueira & Messari, 2005).

Nesse sentido, para reforçar a soberania do Estado – especialmente em tempos de fragilidade da identidade nacional – o outro é construído como inimigo, uma vez que é possível compreender e fortalecer as características do “eu” na negação dos elementos constitutivos do outro. À vista disso, infere-se que a produção de diferenças é essencial para a consolidação da identidade do Estado, a qual é asse-

gurada pelos “discursos de perigo” e pela “evangelização do medo”, ou seja, “os discursos de “perigo” são centrais para os discursos do “estado” e os discursos do “homem” (Campbell, 1992, p.54; Nogueira & Messari, 2005).

Ainda a respeito das contribuições feitas por Campbell, há a concepção do declínio da Ordem da Cristandade e a formação dos Estados Nacionais, ou seja, como a organização social disposta por intermédio da religião, promovida pela Ordem da Cristandade, estruturava as relações sociais de poder e a vida das pessoas a partir do fundamento divino. Dessa forma, era produzido, nos indivíduos, propósito: “estou aqui e vivenciando essa situação pois é a vontade de Deus”. Assim, havia legitimação por meio da resposta fornecida pela fé cristã.

Apesar disso, no século XVI, iniciou-se a Reforma Protestante, gerando novas indagações na população e reacendendo antigos questionamentos (já respondidos a partir da ótica cristã). Assim, as estruturas consolidadas começaram a ser contestadas. Destarte, Campbell afirma que a sustentação das ordens políticas depende do quanto estão incutidas na população e dão respostas para suas vidas. Logo, com a fragilização da Ordem da Cristandade, apresenta-se um cenário de colapso da autoridade vigente, que permite a instauração de um novo modelo de organização social. Então, tem-se a ascensão dos Estados Nacionais.

Em suma, as críticas presentes nas teorias pós-estruturalistas expõem uma nova forma de análise dos diversos cenários existentes e possíveis nas Relações Internacionais e, entre seus autores, David Campbell se destaca. Ainda nesse sentido, as ideias apresentadas serão utilizadas mais a frente neste artigo como uma lente de análise ao recurso audiovisual escolhido: o longa metragem “A Chegada”.

### **O filme**

O filme de ficção científica “A Chegada” ou “O primeiro encontro” é uma produção de 2016, de direção de Denis Villeneuve, com atuação de grandes nomes como Amy Adams, Jeremy Renner e Forest Whitaker. Ele não possui uma narrativa linear, em função da perspectiva central da obra: a língua utilizada pelos extraterrestres, denominados *heptapods*. O longa-metragem conta a chegada de 12 OVNI's que aparecem no planeta Terra e se instalam ao redor do globo. Com isso, diversos especialistas são convocados pelas forças militares para estudá-los e, entre eles, está a doutora em linguística Louise Banks, que é chamada para interagir com as criaturas, traduzir os sinais e desvendar se os extraterrestres representam uma ameaça ou não. O grupo é pressionado a descobrir o propósito dos aliens o mais rápido possível, assim como outras onze equipes de países onde as demais naves pousam. Porém, os interesses políticos, a corrida pela supremacia, o medo do desconhecido e as diferenças culturais entram no caminho da ciência e Louise se mostra como ferramenta central na compreensão dessas nuances.

Observa-se durante o filme que a linguista, ao tentar estabelecer comunicação com os visitantes, demonstra seus recursos linguísticos – primeiramente na escrita da língua inglesa e depois por meio de expressões corporais atreladas à língua escrita. No momento em que os alienígenas compreendem essa tentativa, eles iniciam então o contato por meio da sua língua, que não é organizada por meio de palavras, mas de símbolos estranhos ao ser humano. Acreditando que todo o processo de análise da língua em questão é embasado na gramática estrutural, Louise Banks analisa os símbolos linguísticos dos extraterrestres a partir da divisão das estruturas apresentadas. Ela compreende que a língua se explica por si só e seu objetivo ao dividi-la é tentar reconhecer as normas dessa língua apenas pelos símbolos apresentados pelos visitantes, visto que não há parâmetros para uma possível comparação com recursos terrestres.

Ao longo da trama, a linguista, imbuída desse conceito da gramática estrutural, consegue entender o mecanismo de funcionamento dessa nova língua, as normas presentes, o que é ou não permitido dentro dela de uma maneira tão completa que ela se torna capaz de reproduzir a língua e estabelecer uma comunicação clara com esses seres. A perspectiva estrutural presente no filme, de Sapir-Whorf, defende que língua e cultura estão intimamente ligadas a ponto de existir uma relação sistemática entre ambas que permite compreender a cultura de uma determinada sociedade a partir da estrutura de sua língua.

Aprender e entender essa nova língua pode, então, permitir uma nova compreensão de mundo. Essa mudança pode ser percebida por quem aprende dessa maneira distinta de comunicação. No filme, tal mudança de concepção fica evidente quando a linguista consegue entender perfeitamente a língua e, com isso, aos poucos percebe mudanças em sua realidade: começa a ver e sentir certas coisas que só foram possíveis depois do estabelecimento desse contato, além de outras possibilidades no contexto das Relações Internacionais.

### **O Pós-estruturalismo em “A Chegada”**

Após a breve exposição dos princípios teóricos a serem utilizados na presente discussão e, além disso, o resumo da obra cinematográfica escolhida, analisar-se-á a articulação da mídia com a teoria. Para isso, serão apresentados, respectivamente, três tópicos: a concepção dos extraterrestres como inimigos perigosos, a questão linguística que permeia a situação e, por fim, as potencialidades de organização social no período posterior ao contato.

### **O antagonismo extraterrestre**

No início do longa, com a chegada dos *heptapods*, os OVNI são construídos como inimigos, oferecendo aos humanos a ameaça potencial do que é desconhe-

cido. Tal situação fragiliza a soberania estatal ao redor do mundo e cria uma união entre os Estados, a partir da Política Externa, para descobrir as motivações dos alienígenas no planeta Terra, até então entendidos como inimigos da espécie humana. Essa estruturação do inimigo é abordada no arcabouço teórico de David Campbell, que denota a dicotomia do “Eu/Outro” ao desenvolver a política externa e a Política Externa: os Estados constroem a identidade do “outro” como a de um inimigo, uma vez que as características que constituem o “eu” são mais facilmente percebidas e assimiladas pela população ao rejeitar os aspectos específicos do inimigo apresentado. É importante salientar que a construção identitária do Estado “eu” a partir do “outro” inimigo só é realmente afirmada com a consolidação dos discursos dicotômicos de perigo, dita na teoria como a “evangelização do medo”, apregoando o “outro” como a ameaça a ser combatida imediatamente.

Ao passo que os humanos começam a interpretar a linguagem heptapod, o entendimento da raça *alien* como inimiga adquire maior complexidade, visto que a natureza das línguas é relativa às totalidades. Nesse segmento, a interpretação dos humanos começa a se tornar diversa entre as 12 estações, levando as nações a tomarem diferentes medidas defensivas em seus respectivos territórios, como uma resposta em vias de Política Externa. Em determinado momento da trama, a protagonista Louise traduz uma das escritas dos *heptapods* como “arma” e isso gera desacordo entre as nações, o que evidencia ainda mais a frágil situação da soberania dos Estados envolvidos. A linguista realiza uma tentativa de explanar para os líderes as nuances linguísticas da palavra que poderia, em dado contexto, significar “ferramenta”. No entanto, algumas nações, encabeçadas pela China, decidiram negar qualquer medida pacífica em relação aos OVNI, uma vez que a “arma” pode indicar perigo nacional, explicitando a concepção de uma ameaça iminente dos alienígenas em seus países. Entretanto, nesse contexto, são ignorados aspectos polissêmicos da linguagem, além da interação e socialização necessária para a semântica dos termos. Em um mesmo idioma, existem casos de variações – diatráticas, diacrônicas, diatópicas e etc. – que alteram a significação de um mesmo vocábulo em diferentes circunstâncias. Assim, há um grau de dificuldade acentuado em conceber a amplitude de um termo, em um idioma desconhecido, sem a compreensão de suas aplicações na interação entre falantes dessa língua.

Em suma, o longa demonstra, em sua relação entre humanos e *heptapods*, a questão de um perigo imediato proporcionado pelos extraterrestres. Nesse sentido, a construção que os humanos, representados por seus respectivos Estados e considerado por Campbell como o “eu”, fazem dos invasores como o inimigo a ser rejeitado, o “outro”, solidifica a soberania estatal antes comprometida pela chegada dos OVNI, a fim de que as nações se demonstrem capazes de garantir a segurança da população civil.

### **A questão linguística**

Antes da discussão da questão linguística que envolve todo o objeto de análise do presente texto, vale ressaltar alguns conceitos utilizados quando se trata da observação discursiva. “O que é um discurso?” é um questionamento complexo e que mobiliza linguistas desde o surgimento da disciplina de Análise do Discurso, na década de 1960. Foucault realiza um esforço em permitir a compreensão deste por meio da seguinte indagação: “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (Foucault, 1995, p. 31). Assim, apreende-se que uma formação discursiva se dá a partir de escolhas lexicais, que expõem o caráter ideológico, social, político e histórico acerca do tema tratado (Fernandes, 2007). Ademais, é importante tratar sobre a linguagem, elemento central da prática discursiva. Para Derrida (1967), a linguagem se estrutura a partir de relações dicotômicas de oposição: o homem e a mulher, o bem e o mal, o público e o privado. Nesse segmento, a realidade é composta por conceitos opostos que constroem a verdade aceita socialmente.

É importante ressaltar a questão da heterogeneidade presente na análise discursiva. O sujeito não é homogêneo, isto é, ele não apresenta um discurso único em sua constituição. Ele é resultado do entrecruzamento de diferentes discursos, mesmo aqueles que se encontram em oposição, ou seja, ainda que haja a delimitação de dicotomias, a formação discursiva ainda faz uso de distintos aspectos para sua gênese, permitindo a observação dessas nuances ao realizar enunciados, proporcionando que as relações de agonismo e antagonismo, linguisticamente, não sejam fixas. Assim, é possível entender a mobilização de recursos no âmbito da linguagem para atingir determinado fim no cenário em questão.

Observando o campo das Relações Internacionais, diversas dicotomias podem ser citadas: capitalismo estadunidense contra o socialismo soviético, que pode ser colocado, para alguns, como liberdade *vs.* repressão; paz e guerra; interno e externo. O cientista político David Campbell considera que, para que o Estado garanta sua autoridade política, é necessário constituir uma ameaça externa. Nesse sentido, a Política Externa é um elemento de formação do Estado, capaz de produzir, assim como a política externa, diferenciações essenciais à existência e manutenção do aparelho estatal. Portanto, tendo em vista que a realidade é incompleta e somente isso permite que os homens disponham de poder sobre a história, conceitos como nacionalidade e soberania – partes constituintes do discurso da soberania estatal – servem para reforçar a legitimidade política das autoridades domésticas.

No filme, Ian Donnelly faz uma citação do livro da personagem principal, Louise Banks: “A língua é a base da civilização. É a cola que mantém um povo unido. É a primeira arma sacada em um conflito.” Apesar de ser uma simplificação

do papel da linguística nas mais diversas esferas sociopolíticas, é uma frase que corrobora com a compreensão do longa. Mesmo com a construção dos extraterrestres como um desconhecido perigoso e a exigência das autoridades em encontrar respostas complexas sobre a chegada deles ali, as relações entre os dois são precárias antes de um esforço linguístico que familiarize ambos os lados. Assim, nota-se que a língua não é uma mera ferramenta de comunicação, mas que ela também compõe e influencia interações com funções diversas. Cabe, aqui, um dos alicerces da Teoria do Discurso: a pluralidade de sentidos, alterados em conformidade com o local sócio-histórico-ideológico do enunciador. Um exemplo explícito disso no filme é a compreensão do termo “arma”, que sem conotação coativa pode significar “ferramenta”. Nesse sentido, as escolhas lexicais inseridas no contexto discursivo demonstram fundamentos políticos já naturalizados socialmente.

Fica evidente na narrativa fílmica que as nuances sociopolíticas da linguagem humana interferem no entendimento dos *heptapods*, que não dispõem da mesma linearidade linguística humana. A dinâmica da língua dos extraterrestres é distinta, possui ortografia não linear e isso leva a uma estrutura diferenciada de pensamento. Com uma estrutura linguística diferenciada, com alterações na temporalidade, a forma escrita do idioma heptapod apresenta enunciados sólidos e completos. A linguagem humana, segundo Benveniste (2005), permite que frases estabeleçam valor semântico em um contexto maior que a sentença, isto é, o nível sintático. À vista disso, o contexto mais amplo no qual se estabelecem enunciados é o discurso, também responsável pela significação do proferido linguisticamente. Portanto, a incompatibilidade dos aspectos específicos da linguagem fragiliza o processo de comunicação e acaba levando a interpretação da intenção de um ataque, visão característica do discurso da soberania: o uso do perigo e do medo para legitimar uma ação violenta e reiterar o poder do Estado. Um outro aspecto interessante do filme é que, após a imersão na língua *heptapod*, Louise consegue partilhar da percepção extraterrestre e seu pensamento abandona a lógica linear de acontecimentos, o que transforma sua vida e visão de mundo, permitindo pensar em possibilidades para o social.

### **As possíveis implicações sociais**

A partir de sua linguagem não linear e escrita circular que contém sentidos completos, os *heptapods* oferecem uma maneira revolucionária de perceber a realidade. Essa visão tem o poder de produzir uma nova organização da sociedade – como visto nas cenas em que se mostra a mudança nas relações entre os países, motivada após a ligação da Dra. Louise Banks ao General Shang. Posto

isso, também é relevante lembrar que a cena do telefonema foi o início de um novo Sistema Internacional (mais integrado e amigável entre as nações), o qual agora inclui os extraterrestres, já que existe um lábaro com o símbolo da linguagem dos *heptapods* presente ao lado das bandeiras dos demais países ao fundo da cena em que a Doutora e o General encontram-se, no que aparenta ser um encontro de chefes de Estado e tomadores de decisão. Dessa forma, é possível notar mais uma articulação entre o filme e a teoria pós-estruturalista: a ascensão de uma nova ordem de organização da sociedade a partir da fragilização da ordem vigente.

Em suma, segundo David Campbell, a organização institucional e territorial é um fundamento central para a eficácia das formas de fiscalização, controle e punição. Então, quando a lógica da identidade/diferença (também vista pela dicotomia “eu” e “outro”) se mostra instável como resultado de fluxos globais descontrolados, as práticas sociais, as lealdades e as economias de responsabilidade individual tornam-se menos previsíveis, podendo sofrer alterações (Nogueira & Messari, 2005).

Sendo assim, a analogia fica mais evidente. A Reforma Protestante levou ao questionamento das estruturas sociais e de poder que foram consolidadas a partir do fundamento divino na Ordem da Cristandade. Já a linguagem não linear dos *heptapods* e a nova visão de mundo que ela promove também detém o poder para gerar dúvidas e instabilidades sobre as perguntas que já estavam respondidas, propiciando, em última instância, o colapso do sistema vigente de organização da sociedade e abrindo caminho para um novo. Assim, da mesma maneira que a Ordem da Cristandade declinou e os Estados Nacionais ascenderam em virtude das indagações produzidas pela Reforma Protestante, fica possibilitada a formação de uma nova ordem vigente decorrente dos questionamentos promovidos pela nova visão de mundo proveniente da linguagem não linear.

### **Considerações finais**

O objetivo do presente texto foi expor como a contribuição pós-estruturalista é relevante e capaz de apreender os mais variados acontecimentos no âmbito de interações entre interno e externo, incluindo um filme de ficção científica cujo escopo é a chegada de alienígenas à Terra. Há muito se discute o que torna uma teoria de Relações Internacionais boa: para os idealistas, ela deve demonstrar o dever da realidade; para os realistas, entretanto, ela precisa compreender regularidades e conceber a política internacional em sua essência real. O Pós-Estruturalismo, como visto, questiona tais concepções e propõe a historicização dos pressupostos tomados como dados naturais. Assim, essa teoria demonstra sua importância: a consciência da incerteza e da construção da verdade socialmente

aceita, somada à constante indagação dos fundamentos utilizados nas demais interpretações, permite a compreensão da realidade internacional não em termos totais, mas ao menos mais amplos.

A tentativa de compreensão de objetos, seja por meio de mídias ou eventos de política internacional, à luz da teoria pós-estruturalista é um exercício complexo e demanda uma alta capacidade de abstração. O que procurou-se realizar aqui foi uma desconstrução da narrativa fílmica e exposição dos pressupostos que compõem a interação proposta, além da demonstração da influência linguística – principalmente discursiva – na intervenção e na própria composição da realidade. Nesse segmento, a articulação entre filme e teoria foi um recurso para elucidar as questões teóricas, assim como exemplificar a presença desses princípios em determinado contexto. É retomado, assim, a importância do cinema como recurso complementar no ensino das Relações Internacionais, já que possui a capacidade de retratar situações hipotéticas, permitindo praticar a investigação teórica em cenários potenciais.

Portanto, nota-se que, a partir dessa análise, é possível identificar a constituição de uma ameaça externa como instrumento de legitimação do poder estatal e de sua soberania, além do uso de discursos que reforçam esse mesmo fim. Desse modo, fica evidente que, mesmo se tratando de uma situação hipotética de contato alienígena, essa postura pode ser – e, muitas vezes, é – adotada contra qualquer elemento oposto à esfera doméstica. Ademais, é relevante pensar nas potencialidades que um rompimento com essa dinâmica traria: no filme, os conhecimentos de Louise, adquiridos a partir do contato com os extraterrestres, permitem que as relações interestatais se disponham de maneira mais harmônica. Uma mudança na concepção de Política Externa e seus discursos poderia, eventualmente, promover novas formas de organização social humana na atualidade.

## Referências

Agamben, G. (2014) *O cinema de Guy Debord*. Território de filosofia. Aurora Baêta. Texto originalmente publicado em: Agamben, G. (1998) L. in: *Image et mémoire*, Hoëbeke.

Benveniste, É. (2005). *Problemas de Linguística Geral I*. Pontes Editores.

Campbell, D. (1992). *Writing Security: United States Foreign Policy and the politics of identity*. University of Minnesota Press.

Carter, S., & Dodds, K. (2014). *International Politics and Films: space, vision, power*. Wallflower Press Book.

Cassali, J. P., & Gonçalves, J. P. (2018). *Pós-estruturalismo: algumas considerações sobre esse movimento do pensamento*. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão. <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/issue/view/711>

- De Almeida, R. (2017). *Cinema e Educação: fundamentos e perspectivas*. Educação em Revista. <https://www.scielo.br/j/edur/a/kbqWpx6Vq6DszHrBT887CBk/?format=pdf&lang=pt>
- De Mendonça, D. (2020). *Uma (Breve) Introdução ao Pensamento Pós-Estruturalista*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais.
- De Oliveira Barros, M. (2006). *Pós Positivismo em Relações Internacionais: contribuições em torno da problemática da identidade*. PPGRI San Tiago Dantas.
- Derrida, J. (1967). *De la grammatologie*. Les Éditions de Minuit.
- Duarte, R. (2002). *Cinema & Educação*. Autêntica.
- FARACO, C. A. (2009). *Linguagem e diálogos: as idéias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Parábola Editorial.
- Fernandes, C. A. (2007). *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. Claraluz.
- Foucault, M. (1995). *A Arqueologia do Saber*. Forense Universitária.
- Kellner, D. (2010). *Cinema Wars: Hollywood film and politics in the bush-cheney era*. Wiley-Blackwell.
- Nogueira, J. P., & Messari, N. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. ELSEVIER.
- Villeneuve, D. (2016). *A Chegada*. Paramount Pictures.
- Zanella, C. K., & Neves, E. J., Jr. (2016). *O cinema e a extensão em relações internacionais: métodos, trajetórias e resultados*. Revista da Extensão.

Data de receção: 09/08/2022  
Data de aprovação: 21/11/2022



# Movimentos Sociais e Pandemia: Lições de anos em turbulência

*Nadejda Marques*

Universidade de Coimbra

*José Manuel Mendes*

Universidade de Coimbra

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2023.44/pp.43-56>

## Resumo

A pandemia da COVID-19 acelerou complexas transformações sociais que ocorriam na sociedade há décadas. As principais políticas de contenção da pandemia, do isolamento físico/social ao lockdown, representavam barreiras significativas à organização de protestos nas ruas. Nesse contexto, organizações e movimentos sociais precisaram se adaptar e evoluir rapidamente para garantir sua sobrevivência, relevância e realizar suas demandas. Este artigo demonstra que apesar dessas dificuldades, durante os anos da pandemia, de 2020 a 2022, vários movimentos sociais não somente se fortaleceram como tiveram considerável *êxito*. Isso se deu principalmente para movimentos já estabelecidos que conseguiram alavancar e combinar uma série de táticas de mobilização inclusive com uso de ferramentas tecnológicas para canalizar o descontentamento social através de redes de solidariedade e aproveitar oportunidades políticas. A análise desse contexto e dessas experiências globais oferecem lições valiosas através das quais os movimentos podem dialogar e ajudarem-se mutuamente, além de promoverem lições de sustentabilidade para o processo de contestação social ao longo prazo.

**Palavras-chave:** movimentos sociais, pandemia COVID-19, mobilizações e protestos.

## Abstract

The COVID-19 pandemic accelerated complex social changes taking place in society for decades. Policies and practices implemented to contain the pandemic and restrict the spread of the virus – from physical/social isolation to lockdowns – have posed significant obstacles to the organization of public protests. To confront this new context, social movements and activists were forced to adapt and evolve quickly to ensure their survival and relevance, and to fulfill their demands. Despite difficulties, this article argues that in the period of 2020 to 2022, many social movements both became stronger and achieved considerable advances by using a combination of mobilization tactics including leveraging technology to channel popular discontent through networks of solidarity and political opportunities. Analyzing the contexts and experiences from around the world provides valuable lessons on how movements can dialogue and support each other and develop more durable sustainable forms of contestation processes.

**Keywords:** social movements, COVID-19 pandemic, mobilizations and protests.

## Introdução

No início da pandemia e em resposta a características próprias de transmissibilidade e letalidade do SARS-CoV-2, para a prevenção e contenção do novo coronavírus, autoridades e profissionais de saúde fizeram recomendações e instituíram medidas e políticas de saúde pública que alteravam profundamente os

padrões de interação e comportamento social. O Estado passou a exercer ostensivamente tanto biopolítica quanto biopoder expondo as tensões entre os ideais de segurança sanitária (ser biológico) e cidadania (ser sociopolítico) e entre a liberdade individual e a responsabilidade para com os outros (Jasanoff, 2020). Dessa forma, buscando controlar não somente a circulação das pessoas, mas também seus corpos, o Estado provoca profundas mudanças na dinâmica e operacionalidade dos movimentos sociais.

Da perspectiva dos movimentos sociais – sobretudo quando o acesso aos espaços políticos se encontra obstruído ou dificultado por autoridades – era difícil imaginar um contexto mais desfavorável à sua atuação e à organização de ações coletivas pois, tradicionalmente, o trabalho de base é viabilizado pela aproximação de corpos, pela relação corpo-a-corpo, e de corpos em comunidade. O corpo tem uma função política muito importante nos movimentos de reivindicação e é indispensável na construção de autoridade e na ocupação de espaços (Coelho Víctora, 2017). Além disso, o corpo em movimento, na tomada das ruas em protestos, é ainda um dos métodos mais eficazes de ativismo através do qual movimentos sociais tornam públicas as suas demandas.

Apesar dessa conjuntura antagonista que se deu sobretudo no início da pandemia, alguns movimentos sociais progressistas lograram conquistas importantes especialmente nas Américas. Em 2020, na Bolívia, a mobilização de camponeses e indígenas em protesto contra atos de violência de agentes do Estado que visavam políticos da oposição, jornalistas e cidadãos motivou eleitores que se apresentaram em massa às eleições presidenciais e elegeram Luis Arce e David Choquehuana, do Movimiento al Socialismo, com 55% dos votos. No mesmo ano, após manifestações de tamanho recorde, o Chile aprovou um referendo histórico a favor de uma reforma constitucional que modificará a Constituição do ex-ditador Augusto Pinochet de 1980.

No Peru, jovens da geração bicentennial tomaram as ruas e conseguiram, após a remoção do Presidente Martín Vizcarra, a renúncia em cerca de cinco dias do governo ilegítimo de Manuel Merino, garantindo a nomeação de Francisco Sagasti como presidente interino. Com milhares de mulheres portando lenços verdes, movimentos sociais como o Ni Una A Menos, na Argentina, em apoio às campanhas históricas pelos direitos reprodutivos das mulheres, foram essenciais na legalização e descriminalização do aborto.

Nos Estados Unidos, a rede do Black Lives Matter (Black Lives Matter Network) não só organizou a maior mobilização social da história do país desde os anos 60 como também foi fundamental para vencer Donald Trump nas eleições presidenciais. Após dois anos de pandemia, em 2022, na Colômbia, organizações

que se organizavam desde 2019 contra a violência e o paramilitarismo e mobilizavam os colombianos contra políticas neoliberais, ajudaram a eleger Gustavo Petro e Francia Marquez revertendo um histórico de políticos de direita na presidência do país.

Esses exemplos ilustram o paradoxo pandêmico onde as ruas se mantiveram relevantes no processo da política institucional sobretudo na primeira fase da pandemia apesar das medidas restritivas de prevenção e contenção contra a COVID-19 como o uso obrigatório de máscaras, o distanciamento físico, a quarentena, o toque de recolher e o *lockdown* (Szwako, Dowbor e Pereira, 2020). Por sua vez, esse paradoxo se explica pelo efeito intensificador que a pandemia teve sobre diversas crises mundiais que se alastram nas últimas décadas, seja em termos da desigualdade na distribuição da riqueza, da mudança climática ou do crescimento do etnonacionalismo em nível global.

Embora essas crises, em particular, as crises do Estado (Nilsen, Berdnikovs e Humphrys, 2010), estejam diretamente ligadas às condições estruturais que fomentam movimentos sociais (Kerbo, 1982), não servem como explicação suficiente. Assim, partindo do entendimento de que a força de um movimento social está ligada à reivindicação de um coletivo organizado, à união e ao comprometimento de indivíduos a essa reivindicação e a condições e contextos favoráveis, inclusive em termos de possibilidade política (Snow e Soule, 2010), buscando contribuir para o debate sobre movimentos sociais através de uma perspectiva global e complementar aos trabalhos publicadas sobre o tema (Pleyers, 2020; Pressman & Choi-Fitzpatrick, 2020; Kowalewski, 2020), identificamos cinco elementos que possibilitaram aos movimentos sociais por democracia e justiça social alcançar vitórias significativas durante o período da pandemia. São eles:

1. Continuidade das lutas sociais;
2. Contexto político favorável;
3. Redes solidárias eficazes;
4. Combinação de táticas de mobilização;
5. Excedente populacional em ócio forçoso disposto a participar de discussões estruturais.

Foi o alinhamento desses cinco elementos fundamentais que permitiu que, apesar da pandemia histórica, o biênio 2020-2022, fosse um período de grande mobilização social com elevado número de protestos a nível mundial e também um período em que movimentos sociais progressistas alcançaram objetivos específicos.

Certamente, durante o mesmo período, outros tantos movimentos e organizações se desarticularam em função do isolamento ou porque perderam suas fontes

de recursos, pessoal ou a possibilidade de manter suas atividades comunitárias. Nesta análise, utilizamos exemplos de ativismo tirados de diversos movimentos sociais que existiam antes da pandemia e que foram responsáveis pela organização de protestos de grande escala durante os anos de 2020 a 2022. Tratamos com destaque casos onde movimentos sociais obtiveram reconhecimento internacional através de agências específicas ou da mídia e alcançaram seus objetivos específicos apesar da pandemia. De maneira alguma pretendemos analisar de forma cabal nem exaustivamente nenhum dos movimentos sociais citados. Tampouco avaliamos protestos anti-lockdown ou anti-medidas preventivas contra a COVID-19 organizados ou espontâneos que ocorreram em diversos países durante o mesmo período.

### **1. Continuidade das lutas sociais**

Desde as décadas anteriores, observa-se uma tendência de aumento de protestos como forma de apresentar reivindicações políticas (Meyer e Tarrow, 1998; Park e Einwohner, 2019). É preciso destacar que o número de protestos por todo o mundo triplicou entre 2006 e 2020 (Ortiz *et al* 2021). Em termos globais, essa tendência de aumento dos protestos tornou-se mais evidente sobretudo desde a Primavera Árabe (2010-2012) com protestos contra injustiças, desigualdade e corrupção no Norte da África e Oriente Médio que desencadearam uma série de acontecimentos e consequências que afetaram todo o mundo. Desde então, vários protestos deram início a movimentos sociais de dimensão considerável culminando com o ano de 2019 sendo um dos mais ativos em termos de protestos por todo o mundo (Pleyers, 2020).

Além disso, observamos que os fatores que geram insatisfação e motivam a mobilização social alcançaram um novo auge nos últimos anos. Às vésperas do 50º Fórum Econômico Mundial em Davos, em janeiro de 2020, o número de países em suposto risco extremo de inquietude social<sup>1</sup> atingia os 66.7%, passando de 12 para 20 países. A concentração de renda mundial batia recordes (Oxfam, 2020), a democracia enfrentava uma recessão aguda, a maioria dos países que fazem parte do Índice de Percepção da Corrupção ainda conviviam com inaceitáveis níveis de corrupção no setor público (Transparency International, 2019) e, em várias partes do mundo, conflitos e migrações se acentuavam, em parte, em decorrência de uma crise climática responsável por temperaturas extremamente

---

1. O termo utilizado pelo índice citado, Global Unrest foi traduzido pelos autores como índice de inquietude e não pela tradução literal para o português que seria índice de agitação social por entenderem que a tradução literal carrega um viés que pode ser desfavorável a movimentos e mobilizações sociais emancipatórios e progressistas, assim como reforça a narrativa de que protestos perturbam o funcionamento perfeito de uma sociedade.

altas, secas prolongadas, incêndios persistentes e outros desastres nunca antes vividos com tamanha intensidade. A partir de 2021, acrescenta-se ainda a essa lista de insatisfação social o fenômeno inflacionário vivenciado em países do norte global e agravado em países mais pobres.

A continuidade em termos dos fatores que motivam uma mobilização plural também se dá em termos da evolução e do trabalho desenvolvido por movimentos sociais. A experiência obtida ao longo dos anos possibilita a cristalização de uma forma de organização e estrutura, assim como suas metas e objetivos (Gohn, 1997). Esse ativismo social contínuo possibilita a percepção de legitimidade perante a sociedade tanto das demandas e manifestações quanto também dos movimentos. A Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito na Argentina é um dos exemplos mais emblemáticos nesse sentido pois seus esforços levaram a proposta de projetos de lei sobre o aborto e direitos reprodutivos nada menos do que sete vezes (2005, 2006, 2007, 2009, 2018, 2019) antes da aprovação em 2020. O movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos vem apresentando uma agenda de reivindicações contra a violência policial, contra o racismo institucional e trabalhando na construção de um movimento de liberação desde o assassinato de Trayvon Martin no início de 2012. O ativismo contínuo com aumento de protestos e manifestações sugere que, em um ambiente democrático, em algum momento, os movimentos vão conseguir pelo menos alguma coisa do que pedem nas ruas.

## **2. Contexto político favorável**

A pandemia da Covid-19 amplifica os fatores de desigualdade e injustiça social de maneira extrema e as desigualdades se tornam uma questão de vida ou morte. O indivíduo corre risco de vida e a noção de comunidade é posta em xeque pelas medidas preventivas contra o contágio do vírus. Evidentemente, alguns indivíduos correm mais risco do que outros pois, como observou Boaventura de Sousa Santos, a pandemia da Covid-19 “não é cega, nem democrática” (Santos, 2020), penalizando de forma desigual pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais e, desproporcionalmente, atingindo populações tradicionalmente marginalizadas e vulneráveis.

Embora essa situação extremada seja razão suficiente para motivar protestos atendendo os quesitos das teses de desintegração, privação absoluta e disrupção (Snow e Soule, 2010), é preciso que existam espaços de associação fora do controle estatal, um certo grau democrático e oportunidades políticas na estrutura social e conjuntura sociopolítica (Giugni, 2009). Mais além da existência de um Estado Democrático (Goldstone, 2004), onde o protesto é uma forma

expressiva da realização da cidadania, é preciso que as pessoas tenham esperança ou vejam a possibilidade de mudança. Assim, o *timing* político também foi fundamental e os movimentos mais bem-sucedidos durante a pandemia foram aqueles que ocorreram em países com importantes marcos políticos como eleições, plebiscitos e referendos agendados para o decorrer do ano ou num horizonte próximo.

O momento político também favoreceu uma onda de protestos e greves organizados por sindicatos e associações de trabalhadores de setores antes não organizados, como empacotadores de carne, entregadores da Amazon, funcionários da rede de supermercados (Whole Foods, nos EUA) e motoristas de aplicativos e motoristas de ônibus. Durante muito tempo, várias dessas ocupações eram desprezadas e os funcionários eram tratados como autônomos à margem dos direitos trabalhistas, mas a pandemia garantiu-lhes um *status* de trabalho “essencial”, trabalho de linha-de-frente e, conseqüentemente, com maior visibilidade e motivação para que os trabalhadores se organizassem de forma coletiva (por exemplo, o Gig Workers Collective com mais de 17.000 membros que defendem os direitos dos trabalhadores na *gig economy*). Algumas de suas demandas estão relacionadas ou são específicas à pandemia, como reconhecimento e remuneração condizente aos riscos de saúde que incorrem, equipamento de proteção pessoal contra o vírus e licença médica remunerada, mas outras demandas, como a lista de preocupações do novo sindicato dos funcionários da Google, incluem questões de igualdade do gênero, inclusão e diversidade nas empresas.

Enquanto que o contexto político favoreceu alguns movimentos em certos países, em outros as ações de protesto e ativismo foram duramente reprimidas. Em nível nacional, vários governos, inclusive europeus, passaram a usar a pandemia e medidas como o fechamento de fronteiras, a vigilância, o isolamento, a quarentena e o *lockdown* como forma de conter a oposição e dissidência (Amnesty Internacional, 2020). Muitos governos esperavam que a pandemia aliviasse o nível de críticas e escrutínio a que estavam sujeitos ou mesmo aproveitaram o momento para silenciar ativistas ou controlar a imprensa (Pleyers, 2020). De maneira geral, persiste a ideia de que uma crise nacional ou estrangeira serve para distrair a mídia, monopolizar as manchetes e enfraquecer os movimentos sociais. A nível exterior, até certo ponto também estavam corretos em suas previsões, pois muitos países que normalmente monitoram e se posicionam contra abusos estavam mais preocupados e/ou distraídos com questões internas devido à pandemia. Essa conjuntura pode ter potencializado situações de confrontos violentos contra protestos pacíficos como ocorreu em Angola, Nigéria e Peru, comprometendo o curso democrático nesses países. De forma semelhante, menor interesse e atuação da

comunidade internacional, aliados a um apoio ideológico e *de facto* do governo Chinês, pode ter propiciado o golpe militar em Myanmar no início do ano 2021 e fortalecido a repressão aos protestos em Hong Kong.

### 3. Redes de solidariedade eficazes

Muitas vezes, ações de solidariedade como forma de ativismo cotidiano passam despercebidas, mas são fundamentais na construção de um movimento social para além do núcleo de ativistas (Pleyers, 2020). De fato, o princípio da solidariedade faz parte da base de formação dos movimentos e ações coletivas e, durante a pandemia da COVID-19, essa solidariedade foi absolutamente necessária para garantir a sobrevivência dos indivíduos e dos próprios movimentos sociais. Através de redes de solidariedade e cooperação, ajuda mútua e reciprocidade (Santos, 2020), movimentos sociais responderam a problemas estruturais e vulnerabilidades de populações e comunidades onde estão inseridos, algumas carentes inclusive de alimentos e outros produtos básicos como artigos de higiene pessoal. Esses movimentos de base foram responsáveis também pela organização e produção de materiais didáticos e informativos sobre como usar máscaras corretamente, como manter distanciamento físico e como cuidar uns aos outros para a conscientização e educação das pessoas durante a pandemia.

A mobilização frente a omissão e o abandono do Estado não é em si uma estratégia nova. Muitas organizações e movimentos sociais, sobretudo diferentes movimentos feministas (Holanda, 2019; Pleyers, 2020) nas Américas, já tinham essa forma de atuação nas suas origens. Voltar às origens significou voltar a uma lógica de atuação baseada em demandas e no bem-estar de um coletivo ou, como se expressa no termo em espanhol, uma medida de *contención*. Dentre os exemplos de coletivos de mulheres nas Américas que atuaram nesse sentido durante a pandemia estão organizações como Negrocentricxs, no Chile, Mujeres de Asfalto, no Equador, e Mizangas, no Uruguai. Além de atuarem sobre problemas estruturais nas suas sociedades, seja a regularização de mulheres imigrantes, educação sobre direitos básicos e proteção contra a violência, essas organizações distribuíram alimentos e outros itens essenciais às populações em condições de vulnerabilidade de suas comunidades.

É preciso destacar ainda que as redes de solidariedade criadas pelos movimentos sociais não são uma forma de assistencialismo ou filantropia que também têm a sua importância e tiveram um fortalecimento durante a pandemia. Os movimentos já existentes, não abandonaram suas pautas de questionamento e combate das estruturas de exploração e injustiça, mas entendendo que a pandemia se tratava de um momento extraordinário onde as necessidades de seus membros se intensifi-

cava em um sentido adverso, foram flexíveis e capazes de incorporar práticas de auto-ajuda e solidariedade concreta associadas às suas reivindicações sócio-políticas-econômicas. Essa flexibilidade permite que através da solidariedade, os movimentos sociais pudessem manter o contato e, portanto, a colaboração dos já comprometidos à causa (fidelidade), como também abrir espaços para recrutar novas e novos integrantes para um coletivo.

As redes solidárias também funcionavam entre organizações e movimentos nacionais e internacionais. Assim, os protestos organizados pelo Black Lives Matter foram reproduzidos em diversas partes do globo. No Brasil, em resposta a uma ainda maior centralização do poder econômico e do controle da informação gerando um aumento de violações aos direitos humanos e de restrições às liberdades fundamentais, um conjunto de organizações sociais e movimentos populares criou uma iniciativa colaborativa chamada de Observatório dos Direitos Humanos na Crise da Covid-19 (Observatório). O Observatório se organizou para monitorar, formular e sistematizar informações relativas aos direitos humanos no contexto da pandemia de forma que remete às experiências das Comissões da Verdade e Justiça de Transição. Possivelmente, as informações e documentos referentes aos direitos humanos no Brasil durante a pandemia coletados pelo Observatório, incluindo avaliações das medidas adotadas pelo governo na resposta à pandemia, poderão servir na responsabilização de crimes que possam ter sido cometidos pelo Estado nesse período e encaminhadas a instâncias e organizações supranacionais.

#### **4. Combinação de táticas de mobilização**

Durante todo o ano de 2020, enquanto as medidas de prevenção da COVID-19 exigiam distanciamento social, quarentenas e *lockdown*, organizações e movimentos sociais propuseram novas formas de mobilização ora inspiradas em experiências passadas ora adotando tecnologias de ponta. Os protestos precisavam ser organizados para preservar a segurança e a saúde dos manifestantes e não expor outros a riscos durante a pandemia. Para isso ajustaram suas táticas, mensagem e locais de atuação (Pressman e Choi-Fitzpatric, 2020). Alguns dos primeiros protestos do ano nos Estados Unidos foram realizados pela Campanha da ONG Never Again que, em março de 2020, ressuscitou o uso de caravanas de pessoas manifestando em seus carros ao redor de centros de detenção para imigrantes (ICE) protestando contra os abusos do sistema e políticas de imigração nos Estados Unidos e demandando a soltura dos imigrantes mantidos presos arbitrariamente e em condições de risco durante a pandemia. As caravanas garantiam o distanciamento social enquanto ampliavam o perímetro coberto pela ação de protesto.

Em Hong Kong, em poucos meses, os protestos evoluíram para um movimento pró-democracia e, pela sua organização, disciplina e coragem, chamaram a atenção mundial e disseminaram a importância da criatividade no domínio de ferramentas tecnológicas. Os manifestantes em Hong Kong utilizavam mobiliário urbano ou mesmo corriqueiro como guarda-chuvas, cones de trânsito e bastões de laser para abafar os efeitos de bombas lacrimogêneas ou despistar as câmeras de identificação facial usadas contra eles pelas autoridades locais. Dentre as táticas utilizadas em protestos durante a pandemia, recuperaram-se algumas noções mais básicas como ter o contato de advogados e outras pessoas que poderiam prestar assistência de urgência de forma memorizada ou sempre à mão, prática que caiu em desuso com o advento do uso de celulares onde todos os números de contato telefônico estão guardados na memória do equipamento.

A organização dos protestos do movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos contava também com uma rede de apoio aos manifestantes com postos de distribuição de suprimentos e água, primeiros socorros, e em caso de ocorrerem prisões, organizações de advogados forneciam assistência gratuita para os manifestantes. Assim, movimentos foram capazes de organizar protestos de ruas, protestos virtuais ou híbridos (Castells, 2012) seguindo novos protocolos de segurança pessoal contra o coronavírus, táticas para auto-proteção e solidariedade. O primeiro sucesso dessa organização foi ser constatado que protestos em larga escala como do Black Lives Matter não contribuem para maior contágio pelo coronavírus, ou seja, não foram responsáveis pelos temidos *super spreader events* (Berger, 2020). Esse fato, e a constatação pública do mesmo, foi essencial para manter o fôlego das manifestações e dos manifestantes.

As táticas e repertórios para mobilização popular estão em um processo contínuo de desenvolvimento e adaptação às forças que os contrapõem, ao contexto e ambiente em que estão inseridos e também às novas tecnologias. Por sua vez, essa transformação influencia e modifica a própria concepção de movimentos sociais. É assim, por exemplo, há vários anos, com o surgimento do que seria um novo tipo de ativismo, o ativismo digital. Acostumados às disputas que se dão em espaços privados e públicos, atualmente são frequentes as disputas no espaço virtual. Cada vez mais, se tornam comum expressões de movimentos espontâneos e de ativismo virtual como potencial substituto para demonstrações e comícios (Pressman e Choi-Fitzpatrick, 2020). Possivelmente, o instante de maior evidência desse ativismo virtual durante a pandemia se deu em junho de 2020, quando adolescentes e fãs do K-Pop sabotaram a convenção da campanha do Presidente Donald Trump em Tulsa, Oklahoma, ao solicitar ingressos inflacionando as expectativas de participação que não corresponderam a presença real no

evento desmoralizando e envergonhando a organização e o próprio presidente. Em um outro instante no mesmo ano, num esforço de fazer um contraponto e de captura do *hashtag* utilizada pelo grupo de extrema-direita americano, Proud Boys, membros da comunidade LGBT inundaram as plataformas de mídia social com imagens de orgulho *gay* e fotos de seus relacionamentos amorosos.

As plataformas digitais também foram uma ferramenta utilizada em grande escala por movimentos sociais já estabelecidos, não necessariamente de forma diferente dos anos anteriores, mas possivelmente de forma mais frequente (Pressman e Choi-Fitzpatrick, 2020). Movimentos mais estabelecidos se adaptaram à conjuntura da pandemia adotando ferramentas digitais como teleconferências, *lives* e a mídia social e plataformas de *streaming* antes vistas como despolitizadas como TikTok, Reddit, AirDrop, Pokemon Go e Tinder para a disseminação de informação sobre direitos básicos e proteção em caso de abuso ou violência. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), durante a pandemia, desenvolveu campanhas de solidariedade para auxiliar comunidades carentes e disponibilizou grupos de advogados populares para prestar esclarecimentos de maneira *online* usando, dentre outras plataformas, o Whatsapp.

A convergência de novas e velhas táticas de mobilização permitiram também manifestações híbridas como o Pañuelazo Virtual na Argentina, no dia 28 de setembro de 2020, pela descriminalização e legalização do aborto e com o lema: “Es urgente, es prioridad y es esencial”. O Pañuelazo foi transmitido pelo canal YouTube da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito e contou também com o apoio virtual de manifestantes de diversos países, ao mesmo tempo que dezenas de milhares de manifestantes demonstravam nas ruas e à frente do Congresso Nacional em Buenos Aires.

O uso da mídia digital, em geral de fácil acesso e baixo custo, proporciona um benefício difícil de ser quantificado pois permite que os movimentos através da produção de seu próprio conteúdo se libertem dos canais tradicionais e corporativos de informação que frequentemente lhe são desfavoráveis alcançando um público mais amplo e comunidades e territórios mais distantes. No entanto, para evitar situações de sobrecarga de informação ou de iniciativas muitas vezes repetidas e aparentemente sem coordenação, cada vez mais, a produção de conteúdo de qualidade para canais da mídia digital requer tempo e pessoal designado para essa atividade, gerando novos custos e responsabilidades para os movimentos sociais. Simultaneamente, o conteúdo produzido pode não alcançar o público de forma desejada pois este, perante enorme disponibilidade de diversos tipos de informação e estímulo, pode tornar-se disperso, apático, frustrado ou impotente (Hemp, 2009). Além disso, a falta de regulamentação das plataformas digitais

viabiliza a atuação tanto de movimentos sociais progressistas como de movimentos reacionários ou mesmo fascistas. De fato, algumas plataformas como a Parler ou Gab foram utilizadas predominantemente por grupos de extrema-direita inclusive para organizar a invasão do Capitólio nos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021. A compreensão dessa realidade abre um novo campo de atuação pela regulamentação e responsabilização das grandes empresas de mídia digital, o que também passa a ser parte da pauta de demanda de alguns movimentos sociais nesse período.

### **5. Excedente populacional em ócio forçoso**

Garantida a continuidade do ativismo social através da recuperação de antigas formas de organização e mobilização e incorporando novas táticas de atuação e ferramentas tecnológicas, movimentos sociais estabelecidos se deparam com um grande contingente de pessoas insatisfeitas, sem proteção mínima dos seus rendimentos, que se tornaram forçosamente disponíveis por questões de desemprego, criminalização do trabalho informal ou porque suas atividades escolares ou laborais estavam suspensas. O número de desempregados nos Estados Unidos atingiu 14.8% da população em abril de 2020, o nível mais alto desde 1948 (Congressional Research Service, 2021). Com base na redução da jornada de trabalho durante o segundo trimestre de 2020, o FMI calcula que em todo o mundo houve, nessa época, uma perda equivalente a 495 milhões de empregos em tempo integral (Global Finance, 2020). Segundo a UNICEF, cerca de 168 milhões de crianças em todo o mundo tiveram suas escolas fechadas por quase todo o ano (UNICEF, 2021). Essas pessoas em ócio forçado possuem demandas e insatisfações comuns e potencialmente poderiam se tornar aliados ou mesmo ativistas em movimentos sociais.

Além disso, a pandemia não somente afeta a saúde física das pessoas como tem um forte impacto na saúde mental das populações (Magalhães e Garcia, 2021). O distanciamento físico e as medidas de precaução afetam as relações entre as pessoas, a percepção de empatia com outros e alguns grupos como crianças, estudantes universitários e profissionais de saúde ficam mais propensos a desenvolverem síndrome pós-traumática, ansiedade, depressão e outros sintomas de estresse acentuado (Saladino, Algeri, Auriemma, 2020). Manifestações bem organizadas que adotavam medidas de precaução sanitária contra o novo coronavírus ofereciam ainda um escape (*outlet*) para aqueles que estavam de outra forma privados de contato social e, ainda mais importante, desejavam ser agentes de um processo de transformação social e histórico.

Ao sair às ruas, as pessoas avaliavam os riscos de se manifestar durante uma pandemia e as condições abissais a que estavam sujeitos. Auxiliando na avaliação

dessa conjuntura, movimentos sociais lograram realizar alguns dos maiores protestos pacíficos da nossa história recente. Dentre eles, os protestos pela morte de George Floyd, Breonna Taylor, Ahmaud Arbery e tantos outros afro-americanos que foram mortos em casos de brutalidade policial, contra a discriminação racial da polícia nos Estados Unidos. O Black Lives Matter protagonizaram a maior mobilização nos Estados Unidos desde a época do Civil Rights Movement com a participação de cerca de 26 milhões de pessoas por todo o país (Harvard CARR Center, 2020).

### **Conclusão**

Analisar as experiências e o desempenho de movimentos de reivindicação social, por justiça e por democracia, segue a proposta das epistemologias do Sul e de construção de uma ecologia de saberes como destaca Boaventura de Sousa Santos (2014). Fazê-lo durante um momento de crise e transição (Santos, 2020), como a pandemia da COVID-19, significa apoiar de maneira epistemológica a transformação e evolução desses movimentos através da disponibilização de uma narrativa através da qual os movimentos podem dialogar e apoiarem-se mutuamente.

Quando foram detectados os primeiros casos da COVID-19 em Hong Kong, suas ruas estavam tomadas por protestos liderados por estudantes contra o governo chinês, iniciados no ano anterior, sobretudo, em oposição a um projeto de lei que previa a extradição da Região Administrativa Especial de Hong Kong de pessoas acusadas de crimes contra a China. Os protestos em Hong Kong passaram a enfrentar uma série de novos desafios e o mundo passou a assistir uma prévia do que viria a ser um ano de pandemia para movimentos sociais em todas as partes. Depois dos primeiros casos da COVID-19, os protestos em Hong Kong passaram a criticar o adiamento das eleições parlamentares por conta da pandemia e, em seguida, também a criticar a resposta das autoridades à pandemia. Os movimentos sociais por todo o mundo se observam, conversam entre si, aprendem com suas experiências, se inspiram e motivam-se uns aos outros.

No biênio 2020-2022 havia razões e motivos de sobra para descontentamento social e, conseqüentemente, para ações de protesto e reivindicações. A pandemia ampliou e deu um caráter de urgência às demandas sociais. Em um primeiro momento, as estratégias de prevenção e contenção da pandemia criaram novos desafios para os movimentos sociais. Eram desafios que exigiam uma transformação rápida para garantir a continuidade de trabalhos desenvolvidos há anos e a sustentabilidade de suas organizações. Essa transformação incluiu a criação, implementação e fortalecimento de redes solidárias de apoio e estruturas de suporte em nível nacional e internacional. É uma solidariedade concreta a nível pessoal, mas

também uma solidariedade entre movimentos e articulação entre diferentes lutas. Nos países em que movimentos já estabelecidos também contavam com uma série de fatores determinantes como o momento político dos ciclos eleitorais, à urgência de suas demandas, somou-se um grande contingente de pessoas atentas ao contexto e momento histórico que também buscavam ser agentes de uma mudança social. As vitórias conseguidas a duras penas durante o primeiro ano da pandemia foram significativas serviram por si mesmas como motivação e inspiração para os protestos durante 2021 e, ao que tudo indica, também dos próximos anos.

## Referências

- Amnesty International (2020). “Will our right to protest ever be fully returned?”, 29 de Setembro de 2020.
- Castells, Manuel (2015). *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Coelho, Maria C. & Victora, Ceres (eds.) (2017). O corpo que incomoda: Movimentos Sociais, Corpo e Autoridade. Sexualidad, Salud y Sociedad, *Revista Latinoamericana*, 25, 156-165.
- Congressional Research Service (2021). “Unemployment Rates During the COVID-19 Pandemic: In Brief”, 12 de Janeiro de 2021.
- Giugni, Marco (2009). Political Opportunities: From Tilly to Tilly. *Swiss Political Science Review* 15 (2): 361-68.
- Gohn, Maria da Glória (1997). *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Goldstone, Jack (2004). More Social Movements or Fewer? Beyond Political Opportunity Structures to Relational Fields. *Theory and Society*, 33, 333-365.
- Global Finance (2020). “Unemployment Rates Around the World 2020”, 22 de Outubro de 2020.
- Harvard Kennedy School CARR Center for Human Rights Policy (2020), “Black Lives Matter May Be the Largest Movement in U.S. History”, 3 de Julho de 2020.
- Berger, Matt (2020). “Why the Black Lives Matter Protests Didn’t Contribute to the COVID-19 Surge”, *Healthline*. 8 de Julho de 2020.
- Holanda, Heloisa Buarque de (org.) (2019). *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Hemp, Paul (2009). “Death by Information Overload”, *Harvard Business Review*. Setembro 2009.
- Jasanoff, Sheila (2020). Pathologies of Liberty: Public Health Sovereignty and the Political Subject in the Covid-19 Crisis. *Cahiers Droit, Sciences & Technologies*, 125-149
- Kerbo, Harold R. (1982). Movements of “Crisis” and Movements of “Affluence”: A Critique of Deprivation and Resource Mobilization Theories. *Journal of Conflict Resolution*, vol. 26, pp. 645-663.
- Kowalewski, Maciej (2020). Street protests in times of COVID-19: adjusting tactics and marching ‘as usual’. *Social Movement Studies*. doi:10.1080/14742837.2020.1843014

Magalhães, Ricardo A. & Garcia, July M. M. (2021). Efeitos Psicológicos do Isolamento Social no Brasil durante a pandemia de COVID-19. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 6, Ed. 01, Vol. 01, pp.18-33.

Meyer, David S. & Tarrow, Sidney (orgs.) (1998). *The Social Movement Society: Contentious Politics for a New Century*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, InC.

Nilsen, Alf; Berdnikovs, Andrejs & Humphrys, Elizabeth (2010). Crises, social movements and revolutionary transformations. *Interface: a journal for and about social movements*, Volume 2 (1):1-21.

Ortiz, Isabel, Burke, Sara, Berrada, Mohamed e Cortés, Hernán Saenz (2021), World Protests: A Study of Key Protest Issues in the 21<sup>st</sup> Century, Friedrich-Ebert-Stiftung New York; Initiative for Policy Dialogue/Global Social Justice, Palgrave Macmillan. <http://doi.org/10.1007/978-3-030-88513-7>.

Oxfam (2020). *Tempo de Cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. Janeiro de 2020.

Park, Soon S. & Einwohner, Rachel L. (2019). Becoming a Movement Society? Patterns in the Public Acceptance of Protest, 1985-2006. *Sociological Focus*, 52, (3)186-200.

Pleyers, Geoffrey (2020). The Pandemic is a battlefield: Social movements in the COVID19 lockdown. *Journal of Civil Society*, 16:4, 295312.

Pressman, Jeremy & Choi-Fitzpatrick, Austin (2020). Covid19 and protest repertoires in the United States: an initial description of limited change. *Social Movement Studies*. doi: 10.1080/14742837.2020.1860743

Saladino, Valeria; Algeri, Davide & Auriemma, Vincenzo (2020). The Pshychological and Social Impact of Covid-19: New Perspectives of Well-Being. *Front Psychol*, 11:577684.

Santos, Boaventura de Sousa (2014). *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. Abingdon: Routledge.

Santos, Boaventura de Sousa (2020). *O Futuro Começa Agora: Da Pandemia à Utopia*. Lisboa: Edições 70.

Snow, David A. & Soule, Sarah Anne (2010). *A Primer on Social Movements*, New York: Norton, W. W. & Company, Inc.

Szawako, José Eduardo L., Dowbor, Monika & Pereira, Matheus M. (2020). Fronteiras dos Movimentos Sociais. *Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia*, v.8, n.20.

Transparency International, *CPI 2019 Global Highlights*, 24 de Janeiro de 2020.

UNICEF (2021). “COVID-19: Schools for more than 168 million children globally have been completely closed for almost a full year, says UNICEF”. 2 de Março de 2021.

Data de receção: 01/09/2022  
Data de aprovação: 03/12/2022

# O discurso da inovação: um estudo de caso na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Francisco Beltrão (UTFPR-FB), Brasil

*Mateus Mota Loiola Coutinho*  
*Carina Merkle Lingnau*

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2023.44/pp.57-68>

## Resumo

Michel Foucault foi um importante filósofo do século XX. Muitos de seus pensamentos ainda são importantes para se pensar a sociedade, conforme o conceito de dispositivo tomado por esta pesquisa. Este trabalho tem como objetivo analisar a relação do dispositivo foucaultiano com as metodologias ativas utilizadas na UTFPR-FB (Universidade Tecnológica do Paraná, Campus Francisco Beltrão). Adotamos os conceitos de discurso, dispositivo e metodologias ativas com base em exemplos de sala de aula da universidade. Para a metodologia da pesquisa utilizamos revisão bibliográfica e documental acompanhada de discussão teórica. Como mostra a análise, concluímos que a UTFPR-FB utiliza recursos que criam dispositivos, que associam a universidade a uma metodologia de ensino inovadora e com foco nas metodologias ativas mais recursos tecnológicos. Este é um vínculo questionável, pois no cotidiano desta universidade as metodologias se apresentam como ferramentas que auxiliam, mas não substituem, os métodos convencionais de ensino. Além disso, verificamos que os investimentos federais vêm diminuindo consideravelmente e como resultado muitos equipamentos e estruturas não conseguem oferecer as condições mínimas para o desenvolvimento e aplicação de novas metodologias inseridas em ambiente tecnológico atualizado.

**Palavras-chave:** Discurso institucional, metodologias ativas, Universidade Tecnológica, Dispositivo.

## Abstract

Michel Foucault was an important twentieth century philosopher. Many of his thoughts are still important to think about the society, as the concept of device taken for this research. This paper aims to analyze the relationship between the foucaultian device with the active methodologies used at UTFPR-FB (Technological University of Paraná, Francisco Beltrão Campus). We adopt the concepts of discourse, device and active methodologies based on classroom examples of the university. For the methodology of the research we use bibliographic and documentary review along with theoretical discussion. As the analysis shows, we conclude that UTFPR-FB uses resources that create devices, which associate the university to an innovative teaching methodology and focus on the active methodologies plus technological resources. This is a questionable link since in the daily life of this university methodologies are present as tools that aid, but do not replace, conventional teaching methods. In addition, we found that federal investments have been decreasing considerably and as a result many equipment and structures are not able to offer the minimum conditions for the development and application of new methodologies inserted in an updated technological environment.

**Keywords:** Institutional discourse, active methodologies, Technological University, Device.

## **Introdução**

Michel Foucault foi um filósofo e teórico social francês do século XX. Professor do Collège de France, desenvolveu reflexões importantes para o mundo acadêmico, como as ideias de discurso e dispositivo de poder. O objetivo deste trabalho é relacionar o dispositivo foucaultiano com o uso de exemplos de metodologias ativas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Francisco Beltrão (UTFPR-FB) a partir de seus enunciados institucionais, referenciais teóricos e experiências vivenciadas pelos alunos da instituição.

## **Discurso para Michel Foucault**

Em sua obra *Arqueologia do Saber*, Michel Foucault expõe uma série de estudos desenvolvidos sob o método da arqueologia do conhecimento filosófico, entre eles a noção de discurso, em que Foucault afirma que o discurso é uma realidade de construção cultural e não a própria realidade (Foucault, 2014).

Segundo Foucault, o discurso é produtor de conhecimento, que regula por meio de práticas discursivas o que é possível ou não dizer (Colunas Tortas, 2014). Foucault (2014, p.144) afirma que

a prática discursiva é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem, em um dado momento e para um determinado espaço social, econômico, geográfico ou linguístico, as condições para o exercício da função enunciativa.

Em outras palavras, as práticas discursivas têm diferentes interesses dependendo dos grupos sociais, classes econômicas e do momento histórico, por exemplo, a prática discursiva que envolve as metodologias ativas é de interesse para o momento histórico atual e para o meio acadêmico, tornando-se normalmente irrelevante para aqueles externos a este cenário.

Além de produzir conhecimento, as práticas discursivas com poder categorizam o sujeito, moldando quem ele é e o que é capaz de fazer. Podemos examinar o poder das práticas discursivas aliadas ao poder, quando tomamos como exemplo hoje grandes geradores de opiniões como a mídia, que produzem linhas de argumentação que geralmente se tornam verdadeiras, enquanto outras formas de pensar são marginalizadas.

## **Dispositivos para Michel Foucault**

O conceito de dispositivo desenvolvido por Foucault aparece na passagem da arqueologia do saber para a genealogia do conhecimento (Gregolin, 2016). Esse conceito de dispositivo foi criado tendo em vista a necessidade de explicar alguns fenômenos que não cabiam apenas nas práticas discursivas, ou seja, esse conceito

permite analisar não só o que é dito e escrito, mas também as ações. O conceito de dispositivo é definido por ele como

um conjunto decididamente heterogêneo que inclui discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, afirmações científicas, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que pode ser tecida entre esses elementos (Foucault, 2008, p. 244).

Por mais clara que pareça a definição de dispositivos, há uma certa complexidade em seu conceito que, quando escavado, é melhor compreendido como um todo a partir da divisão em quatro dimensões descrita por Deleuze (Gregolin, 2016). São eles: curvas de visibilidade, curvas de enunciabilidade, linhas de força, linhas de subjetividade.

As curvas de visibilidade trabalham com momentos históricos em que determinados discursos são proeminentes, enquanto outros são invisíveis para a sociedade, ou seja, há momentos em que essas curvas ganham exposição excessiva, outras vezes perdem a visibilidade. No caso específico deste trabalho, essas curvas podem ser evidenciadas pela instituição em suas práticas discursivas e não discursivas. Tomamos o canal do *youtube* da UTFPR como exemplo em uma plataforma de vídeo, o vídeo de apresentação da instituição mostra diversos recursos tecnológicos, além de um discurso que reforça a ideia de uma universidade altamente tecnológica que segue modelos de referência de outros países.

As curvas de enunciabilidade funcionam na mesma linha que as curvas de visibilidade, como um jogo do dito e do não dito, mas, nesta dimensão, a forma como o discurso se torna visível é através do enunciado.

Segundo Gregolin, as linhas de força “são como flechas que nunca param de penetrar nas coisas e nas palavras. É como se tudo o que se mostra e tudo o que se diz fosse permanentemente atravessado por estes jogos de poderes” (Gregolin, 2016).

Ou seja, existem forças que regulam o visível e o invisível, o dito e o não dito, trazendo como exemplo a temática abordada neste trabalho, o indivíduo dentro da instituição pode oferecer alguma resistência às metodologias ativas, e às tecnologias, mas em determinado momento ele vê a necessidade de usá-los porque as linhas de força o pressionam, produzindo subjetividades. Segundo Gregolin (2016), as linhas de subjetividade são “como efeito de todos esses jogos, de tudo que é dito, mostrado e escondido”.

Tornando as identidades da disciplina voláteis e sempre em curso, pode-se lembrar do docente que trabalha com metodologias tradicionais em uma instituição de ensino superior tradicional, e em determinado momento sente necessidade de inse-

rir metodologias ativas e recursos tecnológicos quando trabalha em uma Universidade Tecnológica por conta do dispositivo criado pelas metodologias ativas.

### **Metodologias ativas**

As metodologias que hoje atuam estão muito presentes no ensino superior nas mais diversas áreas, de forma a auxiliar o desenvolvimento do pensamento crítico, a visão e a tomada de decisões dos futuros profissionais, segundo Borges e Alencar “a utilização destas metodologias pode favorecer a autonomia do aluno, despertando a curiosidade, estimulando a tomada de decisão individual e coletiva, decorrente das atividades essenciais da prática social e nos contextos estudantis” (Borges e Alencar, 2014, p.120).

Embora as metodologias ativas auxiliem na formação dos alunos, ainda encontramos diferentes interpretações sobre sua abrangência e significado. Segundo Moran (2018), dentro do ensino existem diversos entendimentos a respeito das atividades descritas como metodologias ativas, para alguns elas são vistas simplesmente como diferentes abordagens para envolver e estimular a participação do aluno como aulas invertidas, e projetos.

Outra parte dos professores vê as metodologias ativas como atividades de maior complexidade, investimento e que envolvem uma maior integração entre as diferentes áreas do conhecimento, como exemplo o autor cita “salas de aula adaptadas, integrando projetos, como o STEAM que articulam Ciências, Matemática, Engenharia, Artes e Tecnologias” (Moran, 2018, p.1).

### **Política e educação tecnológica**

É importante contextualizar histórica e politicamente a inserção da educação tecnológica no ensino superior brasileiro, especificamente, na UTFPR. Leite (2010) ao organizar a obra UTFPR, uma história de 100 anos, já no título consegue mostrar a relação do ensino técnico desta instituição com a história brasileira em um percurso cronológico que data de 1909, momento da assinatura do Decreto Federal nº 7566/09 que criou as escolas de aprendizes artífices em todos os estados do Brasil. Estas escolas nasceram com o propósito de estimular mão-de-obra para as fábricas. No decorrer de sua história, a escola de aprendizes artífices de Curitiba, no estado do Paraná, passou a ser chamada de Liceu Industrial Paranaense, Escola Técnica de Curitiba, Escola Técnica Federal do Paraná, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR) e finalmente chegou ao status de Universidade Tecnológica Federal do Paraná, no ano de 2005.

Este processo levou um século para se consolidar, um século de evolução e acompanhamento junto ao discurso do momento e à criação da necessidade da

ocasião. Nesse sentido, quando extraímos este caso particular da UTFPR aproveitamos para situar como as políticas de expansão das instituições de ensino técnico e superior marcaram o espaço do interior dos estados brasileiros nas décadas de 90 e anos 2000 (Brasil, 2008, 2012). Nesse período houve um aumento considerável no número de instituições dedicadas ao ensino técnico e superior, o que levou o Estado a não investir com o mesmo recurso nos últimos anos de gestão política.

A Folha de S. Paulo (2021/02/12, p.4) mostra a partir do depoimento do diretor da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) que “se as empresas estão investindo em transformação digital, as universidades precisam entender com urgência quais são essas mudanças tecnológicas para formar seus alunos em sintonia com essas demandas”. Porém esta urgência tão atual não acompanhou o crescimento da implantação destas instituições de ensino no país.

Como uma amostra do que representou a época de expansão da educação técnica e superior proporcionada pela gestão da época, Gouveia (2016, p.3) verifica que

os investimentos na Rede Federal saltaram de dois bilhões em 2003 para nove bilhões em uma década depois. Foi principalmente a partir do segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010) que, em articulação com o projeto desenvolvimentista exposto em seu Plano Plurianual (2004-2007), que se identifica o deslocamento de unidades das escolas técnicas federais para o interior.

Desta forma, a realidade destas instituições em relação ao uso de equipamentos e tecnologia de ponta estão em desacordo com as necessidades sugeridas pelo diretor da Semesp, uma vez que o investimento atual para que as instituições federais possam adquirir seus equipamentos e manterem suas instituições funcionando diminuiu consideravelmente, como aponta o site de notícias G1 (2020/08/23) “a quantia em 2010 era de R\$ 2,78 bilhões – e caiu para bem menos da metade em 2019 (R\$ 760 milhões). Os valores foram corrigidos pela inflação”.

Dessa forma, como afirma o diretor da Fapesp (Folha de S. Paulo, 2021/06/22):

precisamos transformar a perspectiva da economia do país. As principais perdas de recursos dentro do governo federal atingiram ciência, tecnologia e educação. Ora, sem ciência e tecnologia não há futuro para o país. Os governantes devem adotar novas políticas de apoio para garantir o futuro. Não adianta ficar o tempo todo preocupado com as manobras econômicas, primeiro precisamos criar o dinheiro, e o que cria o dinheiro é a ciência e a tecnologia, é a competição nessa área.

Nessa direção, a aplicação de novas metodologias aliada às instituições de ensino tecnológicos, como é o caso da UTFPR, será bem mais possível à medida em que investimentos e políticas de atualização tecnológicas de equipamento e de pessoal sejam implementadas também com políticas que viabilizem esta situação.

## **Metodologia**

Este trabalho foi de natureza qualitativa, com base na pesquisa bibliográfica, documental e discursiva (Foucault, 2008, 2014). Para o *corpus*, separamos exemplos da rotina da UTFPR em que metodologias ativas são empregadas como auxiliares no processo de ensino-aprendizagem das atividades acadêmicas.

## **Discussão**

Para analisar as relações entre dispositivos e metodologias ativas, devemos também compreender o discurso promovido pela instituição a que nos dirigimos. A UTFPR é a pioneira nessa modalidade de ensino no Brasil, com foco em cursos de graduação, pós-graduação e extensão, com a missão de desenvolver a educação tecnológica por meio do ensino, pesquisa e extensão (Portal UTFPR, 2017).

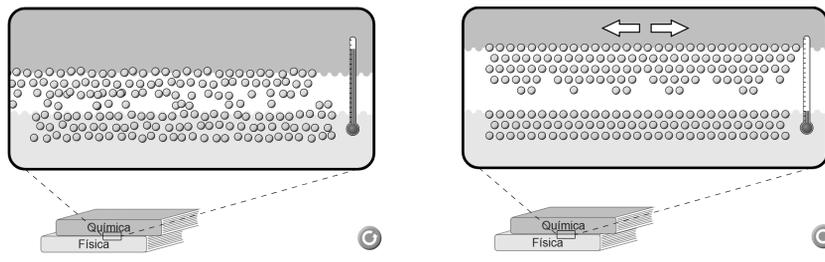
Promovendo esse discurso, a universidade cria um dispositivo que propõe uma imagem de universidade com uma metodologia de ensino totalmente diferenciada, em que se aprende predominantemente por meio de metodologias ativas vinculadas à tecnologias inovadoras, quando na verdade a tecnologia se apresenta como auxiliar de conhecimento adquirido com as convencionais práticas discursivas.

Quanto ao uso de *software*, mostrado na figura a seguir, inserido desde o início da vida acadêmica dos alunos da UTFPR, é um software que auxilia na visualização e compreensão de situações-problema em relação aos assuntos abordados teoricamente.

Podemos analisar esse dispositivo a partir da curva de visibilidade descrita por Deleuze segundo Gregolin (2016). As curvas de visibilidade explicam que ao carregar um “T tecnológico” no nome, como a sigla UTFPR, e promover incessantemente o discurso e a imagem, por meio das diversas mídias digitais, de uma universidade voltada para a tecnologia, a instituição cria uma visibilidade excessiva, em que a ideia enfatiza o trabalho com metodologias ativas ligadas à tecnologia, aliado ao discurso veiculado pela própria instituição, o que faz do termo UTFPR um dispositivo.

No canal do youtube da UTFPR há um vídeo institucional bilíngue (inglês-português) que mostra a história da UTFPR. O trecho da Figura 3 mostra o momento em que o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná estava lotado de computadores implicando em um espaço educacional bastante tecnológico que colabora para construir uma ideia de tecnologia em torno da história da UTFPR.

**Figura 1:** Simulação de variação de temperatura por agitação de moléculas.



Fonte: [https://phet.colorado.edu/pt\\_BR/simulations/category/physics](https://phet.colorado.edu/pt_BR/simulations/category/physics)

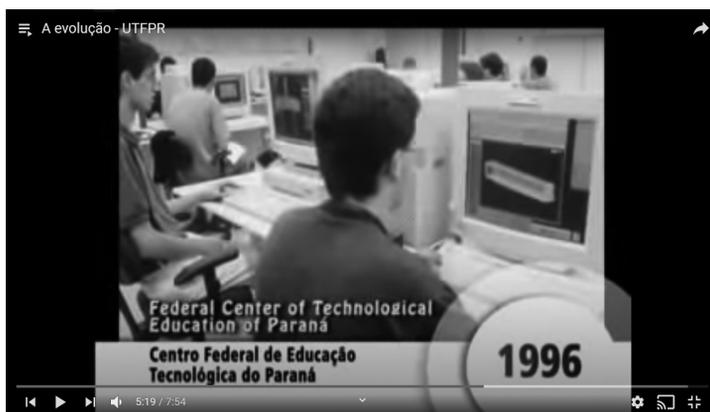
A Figura 2 divulga o envolvimento da UTFPR em eventos utilizando cartazes digitais e relacionando a um importante evento local associado à tecnologia.

**Figura 2:** Canal Youtube UTFPR



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-o1cthjbc&t=212s>

**Figura 3:** Canal do Youtube UTFPR – História da UTFPR



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=OJYvsLWA8PE&list=PLzjMM1wXfkLSb3pSLNA7MRsc4s8750N6B>

No twitter oficial da UTFPR há a notícia de que o app móvel da UTFPR disponibiliza cartão digital, horários de aulas, histórico escolar, matriz curricular e cardápio do restaurante universitário.

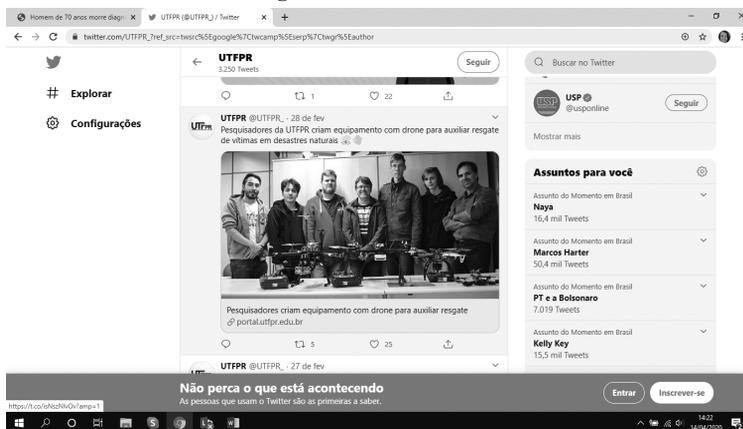
Figura 4: UTFPR Twitter – App



Fonte: [https://twitter.com/UTFPR\\_?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor](https://twitter.com/UTFPR_?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor)

A Figura 5 exibe na página oficial da UTFPR no twitter a imagem dos pesquisadores da UTFPR que criam equipamentos de drones para ajudar no resgate de vítimas em desastres naturais.

Figura 5: UTFPR Twitter

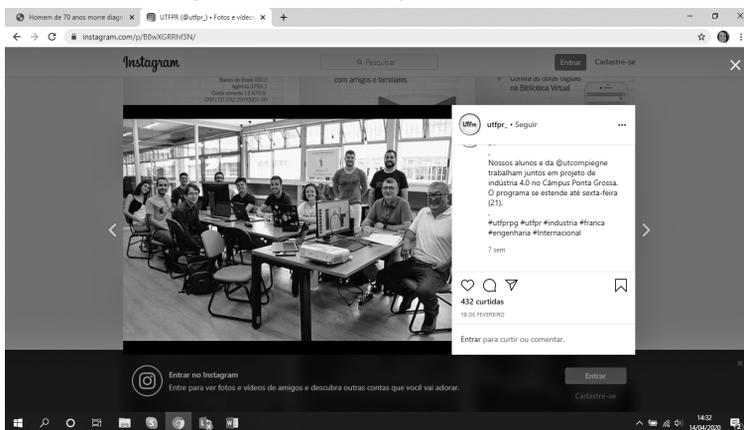


Fonte: [https://twitter.com/UTFPR\\_?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor](https://twitter.com/UTFPR_?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor)

Este recorte é da página do Instagram da UTFPR, que é um trecho de pesquisa que mostra a relação entre a UTFPR e a tecnologia nos meios de comunicação que associam o dispositivo tecnológico à instituição UTFPR. O detalhe fala sobre

o curso Indústria 4.0 que acontece na UTFPR, campus Ponta Grossa e mostra alunos da UTFPR Ponta Grossa interagindo com alunos da Universidade Compiegne da França.

**Figura 6:** UTFPR Instagram – Indústria 4.0



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B0EXu49hFnH/>

Após pontuar esses exemplos de enunciados produzidos na mídia sobre a UTFPR, verificamos a tecnologia como dispositivo foucaultiano que vincula o discurso da instituição a verdades (Foucault, 2014) da atualidade.

## Conclusões

A partir do estudo bibliográfico e dos conhecimentos adquiridos, a instituição UTFPR, propaga um discurso de inovação e ensino tecnológico, em que se cria um dispositivo sobre essa prática discursiva, que vincula a universidade a uma política pedagógica inovadora, rodeada de metodologias ativas e dispositivos eletrônicos.

Ao criar essa expectativa, o aluno que ingressa na UTFPR se depara com uma realidade diferente, onde há o auxílio de recursos tecnológicos aliados às práticas discursivas das aulas convencionais, mas não necessariamente esses recursos são predominantes nas salas de aula. Embora não substitua as práticas discursivas, a utilização de metodologias ativas auxilia na formação profissional em vários pontos, auxiliando o aluno na visualização e na resolução de um problema, além de desenvolver um olhar crítico. Podemos tomar como exemplo de metodologias ativas combinadas com aulas convencionais, a utilização de softwares e equipamentos que simulam a teoria de forma prática.

Para exemplificar o uso dessas tecnologias, citamos um software utilizado nas aulas de Física que permite ao aluno uma visualização mais ampla de diversos

fenômenos por meio de simulações virtuais, proporcionando um maior entendimento da parte teórica, e proporcionando uma comodidade de mostrar a “prática” sem a necessidade de sair da sala de aula, além de um menor custo benefício para a universidade, que por ser uma simulação virtual, não traz custos materiais para a instituição.

Além disso, enfatizamos a relação que a história das políticas públicas direcionadas às instituições de ensino desta natureza acarretam para a implementação ou não de metodologias ativas, uma vez que para atualização da implementação de metodologias também são necessários investimentos que surgem também a partir de injeção de recursos nas instituições de ensino, questão bastante difícil nas últimas gestões administrativas.

Este trabalho não vem para apontar erros ou acertos, mas para convidar o leitor a questionar se de fato o discurso que se promove é consistente com o que é oferecido, tanto como instituição como como indivíduo. Pois no caso do objeto de estudo em questão, observou-se que o discurso que se promove gera linhas de forças que nos fazem inserir as metodologias anteriormente citadas, mas que mesmo com esse esforço, reflexo do dispositivo, ainda não temos no cotidiano da universidade a mesma realidade promovida nos discursos.

### **Agradecimentos**

Os autores agradecem o apoio do Governo do Paraná e a bolsa concedida pela Fundação Araucária (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Paraná, Brasil).

### **Referências**

A. Peci; M.M.F.Vieira; S.R. Clegg. (2006). “A construção do “Real” e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliz(ação)”. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba, v.10, n.3, p. 51-71, set. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552006000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552006000300004&lng=en&nrm=iso), acessado em 16 abr 2020.

Brasil. (2008). *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm), acessado em 28 jun. 2021.

Brasil. (2012). *Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012*. [Equipara o Colégio Pedro II aos Institutos Federais]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12677.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12677.htm), acessado em 28 jun. 2021.

Brasil. (2021/02/02). Ministério da Educação. Governança da Rede Federal Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informa->

[cao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/governanca-da-rede-federal-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica](#). Acesso em 25 abr. 2021.

Colunas Tortas. (2014). *O que é discurso? Uma abordagem Foucaultiana*. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/o-que-e-discurso/>, acessado em 10 mar 2020.

E.L. Batista. (2021/06/23). 'Ciência e tecnologia criam o dinheiro', diz presidente da Fapesp. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2021/06/fapesp-inicia-comemoracao-dos-60-anos-com-ciclo-de-conferencias-sobre-ciencia-e-sociedade.shtml>, acessado em 29 jun. 2021.

F.P.S. Gouveia. (2016). A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. *Espaço e Economia*, 9/2016. Vide Cenário da Rede Federal e Despesas Realizadas pelo Ministério da Educação com a RFEFCT. p. 5 e 6. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.2434>, acessado em 28 jun. 2021.

J.C. C. Leite [org]. (2010). *UTFPR: uma história de 100 anos 1*. ed. Curitiba : Ed. UTFPR. Disponível em: [file:///C:/Users/carin/Downloads/livro\\_centenario\\_utfpr\\_site\(1\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/carin/Downloads/livro_centenario_utfpr_site(1)%20(1).pdf), acessado em 29 jun. 2021.

J. Moran. (2013). *Metodologias ativas: alguns questionamentos*. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/metodologias.pdf>> Acesso em 29 jan 2020.

J. Moran. (2019). *Desafios na implementação do Projeto de Vida na Educação Básica e Superior*. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2019/06/Desafios\\_Vida1.pdf](http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2019/06/Desafios_Vida1.pdf), acessado em 15 jan 2020.

L.Matias. (2021/02/12). Mentalidade tecnológica deve ser meta de novatos e veteranos. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2021/02/mentalidade-tecnologica-deve-ser-meta-de-novatos-e-veteranos.shtml>, acessado em 29 jun. 2021.

L.Tenente. (2020/08/23). Universidades federais perdem, em 10 anos, 73% da verba para construir laboratórios, fazer obras e trocar computadores. *GI*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/23/universidades-federais-perdem-em-10-anos-73percent-da-verba-para-construir-laboratorios-fazer-obras-e-trocar-computadores.ghtml>, acessado em 29 jun. 2021.

M. do R. Gregolim. (2016). "Análise do Discurso com Michel Foucault". *Ep. 02 Os Dispositivos*. Disponível em: [at https://www.youtube.com/watch?v=IpMURaG9hYc](https://www.youtube.com/watch?v=IpMURaG9hYc), acessado em 16 jul 2019.

M. Foucault. (2008). *Microfísica do poder*. Org e trad. Roberto Machado. 25ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

M. Foucault. (2014). *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Portal UTFPR. (2017). "*Sobre a UTFPR*". Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/institucional/sobre-a-utfpr-1>, acessado em 15 abr 2020.

T.S. Borges; G. Alencar. (2014). "Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do

ensino superior”. *Cairu em Revista*, Jul/Ago. Ano 03, nº 04. Disponível em: [https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014\\_2/08%20METODOLOGIAS%20ATIVAS%20NA%20PROMOCAO%20DA%20FORMACAO%20CRITICA%20DO%20ESTUDANTE.pdf](https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014_2/08%20METODOLOGIAS%20ATIVAS%20NA%20PROMOCAO%20DA%20FORMACAO%20CRITICA%20DO%20ESTUDANTE.pdf), acessado em 14 jun 2019.

Data de receção: 16/11/2020  
Data de aprovação: 29/04/2021

# Formas de tratamento em cartas abertas ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro

*Veronica Manole*

Faculdade de Letras, Universidade Babeş-Bolyai, Roménia / Camões I. P.

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2023.44/pp.69-82>

## Resumo

O objetivo deste trabalho é o de analisar as cartas abertas enquanto mecanismos de comunicação entre cidadãos e atores importantes do poder político (Presidente da República, Primeiro-Ministro). Num primeiro momento, descrevemos o funcionamento do discurso político segundo Charaudeau (2005). Em seguida, debruçamo-nos sobre a carta aberta enquanto género textual (pseudo)epistolar. Depois duma breve apresentação das formas de tratamento allocutivo em português europeu, analisamos vinte cartas abertas, redigidas entre 2011 e 2020. Os resultados mostram uma preferência clara pelas formas reverenciosas, congruente com o índice elevado de distância do poder (Hofstede, 2010) que existe na cultura portuguesa.

**Palavras-chave:** formas de tratamento, discurso político, cartas abertas, português europeu.

## Abstract

The aim of this paper is to analyse open letters as mechanisms of communication between citizens and important actor of political power (President of the Republic, Prime Minister). Firstly, we describe how political discourse works according to Charaudeau (2005). Secondly, we tackle open letters as (pseudo)epistolary textual genre. After a brief presentation of allocutive address forms in European Portuguese, we analyse twenty open letters, written between 2011 and 2020. The results show that there is a clear preference for reverential forms, which is in line to the high index of power distance (Hofstede, 2010) in the Portuguese culture.

**Keywords:** Address forms, political discourse, open letters, european portuguese.

## Introdução

O objetivo da nossa contribuição<sup>1</sup> é analisar o uso das formas de tratamento num *corpus* de cartas abertas, textos híbridos do ponto de vista dos géneros discursivos, que têm um lugar *sui generis* na comunicação do campo social político<sup>2</sup>.

---

1. Este trabalho foi redigido no âmbito do projeto de investigação “Formas de tratamento na pragmática histórica das línguas românicas: uma abordagem comparativa romeno-português” (código de identificação: PN-III-P1-1.1-PD-2019-0544), financiado pelo Ministério do Ensino e da Educação da Roménia. Site do projeto: <http://addressrom.granturi.ubbcluj.ro/>

2. Usamos a noção de campo social [*champs social*] na aceção de Pierre Bourdieu: “en termes analytiques, un champ peut être défini comme un réseau, ou une configuration de relations objectives entre des positions. Ces positions sont définies objectivement dans leur existence et dans les déterminations qu’elles imposent à leurs occupants, agents ou institutions, par leur situation actuelle et potentielle dans la structure de la distribution des différentes espèces de pouvoir (ou de capital) dont la possession commande l’accès au profits spécifiques qui sont en jeu dans le champ, et du même coup, par leurs relations objectives aux autres positions (domination, subordination, homologie, etc.)” (Bourdieu & Wacquant 1992, 73).

Tendo como ponto de partida a teoria de Patrick Charaudeau (2005) sobre o discurso político, pretendemos, num primeiro momento, situar as cartas abertas na dinâmica interacional que se estabelece entre as “instâncias” do “contrato de comunicação”. Num segundo momento, fazemos uma breve caracterização das cartas abertas e dos seus papéis no âmbito da comunicação do campo político. Num terceiro momento, debruçar-nos-emos sobre um determinado aspeto linguístico, as formas de tratamento e os seus usos na configuração da distância interlocutiva (Carreira, 1997) e na codificação a nível linguístico do índice de distância do poder (Hofstede *et al.*, 2010).

Vejam, portanto, a configuração do discurso político segundo Patrick Charaudeau (2005). Segundo o linguista francês, qualquer tipo de discurso situa-se no cruzamento entre o “campo de ação” (na aceção de Pierre Bourdieu), que mobiliza relações de poder, e um “campo de enunciação”, que é o lugar da *mise en scène* da linguagem. O resultado deste processo é um “contrato de comunicação”, que regula tanto os papéis dos atores/enunciadores/locutores, como os usos da linguagem no contexto específico em que um determinado tipo de discurso funciona. No que diz respeito ao discurso político, os atores – chamados “instâncias”, dado que referem categorias gerais, abstratas e não pessoas “em carne e osso” (Charaudeau 2005, 42) – são: *i) a instância política*, que exerce o poder; *ii) a instância adversária*, formada também por atores da instância política, mas que se opõe à mesma e que tem outro tipo de relação com o poder do que a instância política; *iii) a instância mediática* que transmite mensagens, mas que tenta manter a sua independência para criticar a instância política; *iv) a instância cidadã*, que confere legitimidade à instância política e que tem o direito de interpelar e de contestar a mesma.

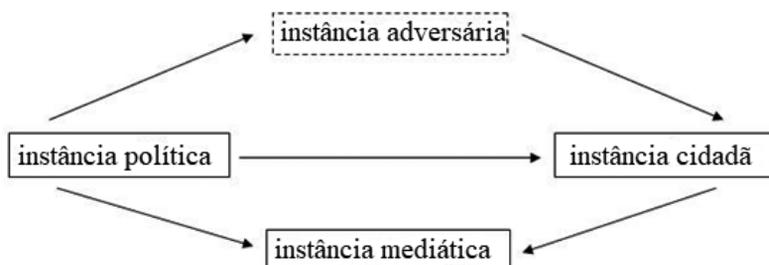
Todas estas instâncias estabelecem entre si uma dinâmica comunicacional<sup>3</sup> que pode ser visualizada na Figura nº 1. Em regimes democráticos, a instância política e a instância adversária, que se situam no lugar da governação devem justificar as suas ações perante a instância cidadã, e deve utilizar a instância mediática para transmitir as suas mensagens. Como já referimos, a instância cidadã não é apenas um recetáculo passivo, uma vez que pode (e deve, na nossa opinião) interpelar, contestar e criticar as instâncias que exercem o poder (a instância política) ou que pretendem exercer o poder (a instância adversária), através de mecanismos democráticos. Por vezes, diretamente (por exemplo, através de manifestações na rua ou em audiências públicas), outras vezes através dos instrumentos de comunicação de que dispõe a instância mediática, ou mesmo através das redes sociais, que permitem

---

3. Em Manole (2020) mostrámos que as relações entre as diferentes instâncias que participam no contrato de comunicação política são de facto bidireccionais.

uma comunicação direta. Os cidadãos, quer de maneira individual, quer organizados em sindicatos, associações, grupos de ação cívica, ONGs etc., fazem ouvir a sua voz através das redes sociais. Enquanto mecanismos democráticos, os protestos, as críticas e as contestações mostram a saúde de um regime político, que permite pluralismo de ideias e a liberdade de expressão.

**Figura nº 1:** As instâncias do contrato de comunicação política (Charaudeau 2005, 42).



Um dos instrumentos de comunicação que permite aos cidadãos expressar opiniões e fiscalizar a atividade política é a carta aberta. Sem ser o único instrumento de que dispõe a instância cidadã – há também petições, abaixo-assinados, contestações, que conseguem reunir números consideráveis de assinantes através da internet –, a carta aberta torna-se muito visível no espaço público, graças à sua divulgação através dos mecanismos típicos da instância mediática (jornais, revistas, televisões, etc.).

Na próxima secção debruçar-nos-emos sobre a carta aberta e sobre as suas características discursivo-textuais.

### 1. Cartas abertas: um texto (pseudo)epistolar

Provavelmente uma das cartas abertas mais conhecidas na história europeia é “J’accuse”, que o escritor francês Émile Zola publicou no jornal *L’Aurore* no dia 13 de janeiro de 1898 para denunciar o erro judicial que levou à condenação do militar Alfred Dreyfus. Numa carta aberta ao presidente Félix Faure, Émile Zola denuncia o anti-semitismo do exército francês e a condenação injusta de Alfred Dreyfus. Graças a esta carta aberta, *l’affaire Dreyfus* ganhou elevada visibilidade no espaço público francês e teve inúmeras consequências tanto para Émile Zola e Alfred Dreyfus, como para a sociedade francesa<sup>4</sup>. A própria expressão *J’accuse* tornou-se uma expressão genérica de indignação perante atitudes e ações dos poderosos.

4. Uma descrição muito detalhada da *Affaire Dreyfus* e do seu contexto social e político pode ser encontrada em Joly (2014).

Vejam algumas características da carta aberta do ponto de vista pragmático-textual. No que diz respeito aos participantes, identificamos um remetente que escolhe o(s) destinatário(s) da mensagem; situação semelhante a qualquer tipo de comunicação epistolar. Porém, o canal de comunicação tem uma particularidade. Se qualquer tipo de correspondência (íntima, comercial, administrativa, protocolar, etc.) assenta num denominador comum, que é a *confidencialidade*, o mesmo não ocorre com a carta aberta. No caso da correspondência fechada, o remetente envia uma carta (ou um telegrama, um e-mail) com a expectativa de que só o destinatário que ele próprio escolheu lê a mensagem. Aliás, o sigilo da correspondência é estipulado na Constituição da República Portuguesa<sup>5</sup> no artigo 34º: “O domicílio e o sigilo da correspondência e dos outros meios de comunicação privada são invioláveis”. Identificamos, portanto, uma diferença essencial entre uma carta aberta e a correspondência convencional. A carta aberta, pela sua natureza, usa a comunicação social ou a internet para divulgar o seu conteúdo e não obedece à regra da preservação do sigilo da correspondência<sup>6</sup>, sendo de facto um sub-género epistolar *sui generis* que poderia ser caracterizado como pseudo-correspondência<sup>7</sup>.

Do ponto de vista da sua função pragmática, podemos afirmar que uma carta aberta serve para denunciar, contentar, criticar, protestar, chamar a atenção, interpelar, sendo estes os seus valores ilocucionários. Os seus efeitos perlocucionários são: influenciar as atitudes dos destinatários, incentivar os destinatários a agir ou tomar uma posição perante o assunto exposto, criar um maior grau de conscientização em relação a um tema, etc.

Do ponto de vista textual, uma carta aberta pode ter uma estrutura<sup>8</sup> muito semelhante a uma carta “fechada”: tem um remetente que envia uma mensagem a um destinatário explícito, utilizando os moldes de um texto epistolar (forma de tratamento inicial, estrutura, saudação final); por outro lado, sendo “aberta”, portanto pública, divulgada através de jornais ou da internet, a carta aberta não obedece à regra da inviolabilidade do sigilo (aliás, é o próprio remetente que quebra

---

5. O texto integral da Constituição da República Portuguesa pode ser consultado no site do *Diário da República*: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/201903261608/127993/diploma/indice> (última consulta 15 de novembro de 2020).

6. Analisando as cartas abertas em ficção, Angenot (1982, 59) fala de uma subversão das características prototípicas do género epistolar: a confidencialidade do conteúdo, uma relativa intimidade entre o remetente e o destinatário e a reciprocidade da troca de mensagens.

7. Maingueneau (1998) fala de um cenário epistolar, justamente porque a falta de confidencialidade não permite uma correspondência autêntica.

8. Kerbrat-Orecchioni (1998) faz uma descrição da interação epistolar, comparando-a com a interação face a face e identifica os seguintes elementos: a abertura, o corpo da carta e o fecho.

e sigilo) e, por conseguinte, chegará a vários outros destinatários explícitos ou implícitos. Por exemplo, o destinatário explícito, a quem se dirige o remetente, pode ser o Presidente da República ou o Primeiro-Ministro, sendo destinatários implícitos todas as pessoas que têm acesso ao texto. Em outras palavras, podemos identificar que no caso das cartas abertas há um *destinatário particular* e um *destinatário universal*<sup>9</sup>, que podemos definir como “opinião pública”.

Na próxima seção fazemos uma breve apresentação das formas de tratamento do português europeu, mecanismos linguísticos essenciais na designação do(s) outro(s), inclusive dos destinatários das cartas abertas.

## 2. As formas de tratamento em português europeu

O português europeu tem um sistema de formas de tratamento bastante complexo, que pode ser classificado em função de diferentes critérios. O linguista Lindley Cintra (1986<sup>2</sup>), diferencia o tratamento pronominal, o tratamento nominal e o tratamento verbal, usando um critério morfológico. Carreira (1997) faz a distinção entre tratamento elocutivo (designação de si), alocutivo (designação do interlocutor) e delocutivo (designação de terceiros), empregando como critério de diferenciação o papel dos locutores na interação verbal. A segunda classificação será utilizada também por Nascimento (2020) no capítulo “Formas de tratamento” do terceiro volume da *Gramática do Português*, a mais recente gramática de referência do português europeu.

Por razões de espaço, limitar-nos-emos a descrever brevemente o inventário de formas alocutivas de tratamento, portanto as que designam o interlocutor, aspeto que será analisado neste trabalho. Do ponto de vista morfológico, notamos a existência dum inventário de formas de tratamento pronominais complexo: *tu*, *você*, *vós*, que permite a expressão de uma variedade de relações sociais entre locutores quer do ponto de vista hierárquico, quer do ponto de vista do eixo proximidade/distância. Aos pronomes alocutivos junta-se uma série de formas nominais quase pronominalizadas, *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, que são presentes em determinados contextos institucionais, como o protocolo parlamentar, diplomático, etc. O tratamento verbal permite na forma singular escolher entre a 2<sup>a</sup> e a 3<sup>a</sup> pessoa (*Falas / Fala português?*) para a expressão do grau adequado de deferência. No plural, destacam-se os pronomes *vocês*, *vós*.

O inventário mais complexo e mais instável é o de formas nominais alocutivas. Em função da situação de comunicação, das normas que funcionam no âmbito da comunidade de falantes e das preferências dos locutores, as possibilidades são

---

9. Neste sentido, Saki (2013) fala de *auditório universal* vs *auditório particular*.

extremamente variadas. Com base na classificação que Kerbrat-Orecchioni (2010) propôs para o francês, podemos identificar em português sete categorias seguintes de formas nominiais de tratamento: *i)* os nomes pessoais; *ii)* as formas *o senhor / a senhora*; *iii)* os títulos: herdados, como os de nobreza, ou conferidos, como *capitão, chefe*, com valor honorífico; *iv)* os nomes de profissões e de funções / cargos; *v)* os termos relacionais, que expressam uma relação afetiva (amigo), profissional (colega) e de parentesco (mãe); *vi)* os *labels* (ou os rótulos), que fazem uma catalogação do(s) alocutário(s), como *rapaz, rapariga*; *vii)* os termos afetivos, com valor negativo (os termos injuriosos) ou positivo (os nomes carinhosos). Uma classificação mais recente, proposta por de Nascimento (2020), identifica oito categorias de formas nominiais de tratamento; *i)* formas nominiais de convivência de caráter geral; *ii)* formas nominiais que designam parentesco; *iii)* formas nominiais com nome próprio; *iv)* formas nominiais que designam profissão, cargo, posto, função ou título; *v)* formas nominiais de maior formalidade; *vi)* formas nominiais informais e populares; *vii)* formas nominiais de afeto; *viii)* formas nominiais injuriosas.

O uso das formas nominiais é determinado por condições específicas da situação de comunicação. Seria impensável o uso de uma forma injuriosa num convite enviado a um parceiro de negócios; empregar o cargo ou o título académico quando se envia um email a um amigo muito próximo seria igualmente inadequado, porque cria uma distância indevida entre os dois locutores. A forma de tratamento é, sem dúvida, uma escolha importante na correspondência formal, que tem regras mais estritas. Numa carta aberta, que é um documento público, a forma de tratamento assume um papel importante, na medida em que define a relação loctor-interlocutor e cria uma imagem positiva ou negativa do locutor.

Vejam, na próxima secção, uma breve descrição do corpus de cartas abertas que são analisadas neste trabalho.

### 3. Apresentação do corpus

O corpus analisado neste trabalho é composto por vinte cartas abertas ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro de Portugal. Trata-se de textos publicados em jornais nacionais, como *Observador, Público, Expresso*, em jornais regionais, como *Correio da Madeira*, mas também sites de blogues de associações profissionais, como *O Instalador, Vida de Bombeiro, Sindicato dos Professores do Norte, Ordem dos Psicólogos*, sites de entidades desportivas, como *Comité Olímpico Portugal* ou sites de movimentos de protesto, como *SOS Quinta dos Ingleses*. Trata-se de textos redigidos entre 2011 e 2020, que cobrem uma temática variada: problemas de educação, de saúde, de outros serviços públicos, mas

também de política internacional. Longe de ser exaustivo, este *corpus* de textos propõe um olhar breve sobre um género textual presente no debate público português, com o intuito de mostrar o funcionamento das formas de tratamento quando o “interlocutor” é uma figura de alto relevo do Estado: o Presidente da República ou o Primeiro-Ministro.

Vejamos, na secção seguinte, como os locutores regulam a distância interlocutiva através das formas de tratamento utilizadas em cartas abertas.

#### 4. Análise do *corpus*

Nesta análise, empregaremos três dimensões do funcionamento das formas de tratamento: *i) a dimensão semântica*, que pretende distinguir as componentes das formas de tratamento (por exemplo nome, apelido, título, cargo), *ii) a dimensão sintática*, que diferencia entre as formas de tratamento nominativas, vocativas, acusativas, dativas ou genitivas, *iii) a dimensão discursivo-textual*, que tenta descortinar a função da forma de tratamento: saudação, despedida, interpelação do interlocutor, introdução do novo argumento, etc. As três dimensões juntam-se ao critério morfológico de Cintra (1986<sup>2</sup>) e ao critério semântico-pragmático de Carreira (1997), retomado por Nascimento (2020).

##### 4.1. Formas de tratamento em posição inicial

Adj. qualificativo + <i>Senhor</i> + Cargo (± Profissão) (± Título) (± Nome & Apelido) + VOC
--

Uma primeira categoria de formas de tratamento, que apresentam alguma variedade do ponto de vista semântico, mas ao mesmo tempo desempenham o mesmo papel discursivo-textual são as que abrem as cartas abertas. As formas vocativas são empregues na maioria dos exemplos. Trata-se de uma primeira interpelação direta do destinatário (Presidente da República ou Primeiro-Ministro), em que o locutor se sente também obrigado a respeitar as normas protocolares da correspondência oficial. Por conseguinte, a estrutura mais frequente é a seguinte: Adjetivo qualificativo + *Senhor* + Cargo (± Profissão) (± Título) (± Nome + Apelido). As variações encontradas são: abreviações (*Exmo.*, *Ex.mo* para *Excelentíssimo*, *Sr.* para *Senhor*, *Dr.* para *Doutor*), o uso do cargo completo vs incompleto (*Presidente da República* [de Portugal/Portuguesa] vs. *Presidente*), maiúsculas vs. minúsculas (*Primeiro-Ministro* vs. *primeiro-ministro*).

- (1) Exmo. Sr. Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa Presidente da República de Portugal / Excelentíssimo Senhor Presidente da República Portuguesa (C1)

- (2) Excelentíssimo Senhor / Presidente da República Portuguesa / Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (C4)
- (3) Excelentíssimo Senhor Presidente da República Portuguesa / Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa / Excelência (C6)
- (4) Excelentíssimo Senhor / Presidente da República Portuguesa / Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (C17)
- (5) Exmo. Sr. Presidente da República / Professor Doutor / Marcelo Rebelo de Sousa (C8)
- (6) Exmo. Senhor Primeiro-Ministro Dr. António Costa (C18)
- (7) Ex.mo Senhor primeiro-ministro, Dr. António Costa (C13)
- (8) Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro (C9)
- (9) Carta aberta a sua excelência o digníssimo Presidente da República Portuguesa – Professor Doutor | Marcelo Rebelo de Sousa (C20)
- (10) Carta aberta ao Presidente Marcelo e a todos os portugueses (C12)

Sendo a primeira linha da carta, a função apelativa é essencial nos exemplos (1)-(8). Há também cartas que começam sem uma forma de tratamento em vocativo, mas designando o destinatário no título, como em (9) e em (10). Em segundo lugar, trata-se de uma forma de tratamento de mostra a disponibilidade do remetente de respeitar uma das funções mais altas da arquitetura do Estado português e, por conseguinte, de marcar a nível discursivo uma distância considerada adequada. Aliás, o adjetivo qualificativo *Excelentíssimo* (uso congruente, como veremos mais adiante, com as formas de tratamento de reverência *Excelência*, *Sua Excelência* ou *Vossa Excelência*) serve para construir uma distância interlocutiva entre o remetente e o destinatário. Em terceiro lugar, a variedade dos elencos das formas de tratamento mostra a dinâmica identitária dos destinatários: à identidade política (Presidente da República, Primeiro-Ministro) junta-se a identidade profissional (*doutor*, *professor*). Não são casos únicos os exemplos aqui apresentados: lembramos também as formas de tratamento *Engenheiro José Sócrates* (antigo Primeiro-Ministro) e *Professor Cavaco Silva* (antigo Presidente da República). Destaca-se a forma de tratamento *Presidente Marcelo*, que provavelmente no espírito do “presidente dos afectos” reduz a distância interlocutiva, usando apenas o cargo e o nome. Longe de ser desrespeitosa, esta forma de tratamento menos protocolar busca estabelecer uma proximidade entre o destinatário e o remetente.

#### 4.2. Formas de tratamento em posição mediana

Por posição mediana entendemos usos no “corpo” da carta aberta, sem ser necessariamente em posição mediana de uma determinada frase. Analisaremos,

pois, formas de tratamento que ocorrem no início, no meio ou no fim das frases que integram o corpo das cartas do nosso corpus. Observamos que a variedade das formas de tratamento é maior, abrangendo as três categorias propostas por Cintra (1986): tratamento nominal, tratamento pronominal e tratamento verbal.

(± possessivo) + Excelência (± VOC)

Destaca-se o uso da forma de tratamento de maior formalidade, *Excelência*, quer abreviada, quer por extenso, na sua forma vocativa (11) e (13), nominativa (12) acusativa (13) ou genitiva (14) e (15). Notamos também a hesitação entre a escolha do possessivo, que pode ser tanto *Vossa*, como *Sua*, mesmo numa única frase, como em (13). Trata-se de uma utilização congruente com a situação de comunicação, que impõe um alto grau de formalidade e de deferência.

- (11) Exa., como muito bem sabe (C1)
- (12) Dirá então Sua Excelência, uma coisa tão simples e ninguém se lembrou disto? (C7)
- (13) Sua Excelência, Sr. Presidente da República, ao longo de mais de três anos, desde que tive a honra de jantar com V. Exa no dia 13 de Outubro de 2017 no convento da Sertã (C20)
- (14) Confio no bom-senso de V. Ex.<sup>a</sup> e dos nossos governantes para tomar as melhores decisões (C17)
- (15) Não descobrimos qualquer medida do Governo de Vossa Excelência que possa ajudar este setor (C18)

(± adj. qualificativo) + Senhor + Cargo (± VOC)

Esta segunda categoria de formas de tratamento que encontramos em posição mediana é congruente com o registo formal, normalmente adotado nestas circunstâncias. Observamos também um uso bastante frequente das formas vocativas (16)-(18), (20), (21), (23)-(26), com função interpelativa, de chamar atenção ao destinatário sobre o assunto desenvolvido num determinado parágrafo da carta. Em muitos casos, as formas vocativas servem também para salientar um novo argumento. No que diz respeito ao adjetivo qualificativo que precede a forma *o senhor*, observamos que se mantém a expressão *Excelentíssimo* (quer por extenso (25), quer sob forma abreviada, como em (26), *Exmo.*) e que há o uso bem mais reduzido do adjetivo *Caro*, menos reverencioso, mas ainda típico do estilo epistolar.

- (16) Senhor Presidente, tenho os meus estudantes sem aulas desde há mais de uma semana (C4)
- (17) Ou seja, Senhor Presidente, [...] é hora de não termos medo de confessar as nossas próprias limitações (C4)
- (18) Senhor Primeiro-Ministro,  
Entre outros diplomas legais que o Governo aprovou e impôs (C10)
- (19) O senhor Presidente da República é o garante do bom funcionamento das instituições (C5)
- (20) Sr. Presidente, portuguesas e portugueses, façam o rastreio do vosso risco cardiovascular (C12)
- (21) Senhor primeiro-ministro, isto já não é somente uma questão académica ou de gestão da ciência (C14)
- (22) Lamenta-se que, ao longo da Legislatura, o Senhor Primeiro-Ministro não tivesse recebido a Plataforma Sindical dos Professores, apesar dos insistentes pedidos formulados (C10)
- (23) Senhor Presidente da República, quanto lhe teria para dizer mas ninguém tem tempo, no entanto, sua excelência é pessoa inteligente, perspicaz, sagaz, astuto e cortês. (C5)
- (24) Caro senhor Presidente, o GR parece aqueles bares com esplanada (C5)
- (25) Excelentíssimo Senhor Presidente da República Portuguesa terminamos com uma frase sua e a pedir a sua actuação no sentido literal da mesma. (C6)
- (26) Exmo. Senhor Presidente da República, a Psicologia está cada vez mais presente em todas as áreas da sociedade (C8)

Nome
------

Juntamos num exemplo várias ocorrências que não respeitam os mesmos níveis de formalismo e de deferência. Numa carta aberta assinada por Sérgio Tréfaut, um conhecido cineasta brasileiro. Podemos considerar que esta forma de tratamento – *Marcelo* – pode ser influenciada pelos padrões da variedade brasileira, em que pelo menos nos média (entrevistas, artigos de opinião, cartas abertas, etc.) não é invulgar encontrar apelativos como *Dilma* e *Lula*. Porém, no âmbito deste *corpus*, o tratamento pelo nome numa carta aberta dirigida ao Presidente da República Portuguesa representa uma nota discordante.

- (27) Quanto a Marcelo, pode ser acusado de tudo o que quiserem [...] Marcelo terá visionado a criminosa reunião de ministros de 22 de abril [...] Marcelo compreende. [...] Marcelo também sabe que Bolsonaro fez ameaças de morte aos membros do Supremo Tribunal Federal. Marcelo

sabe que Bolsonaro falou em manifestações que pediam uma ditadura militar e o encerramento do Congresso. [...] Marcelo recebe informações sobre a impunidade da polícia no Brasil. Cinco George Floyd por dia. Marcelo sabe que Bolsonaro luta pelo descrédito da democracia. (C3)

O tratamento pronominal é o da terceira pessoa e concerne exclusivamente as formas acusativas (*felicita-lo*) ou dativas (*compete-lhe, a si, apelo-lhe, por si*) e é congruente com as normas do estilo protocolar.

- (28) *compete-lhe a si e, apenas a si (C1) // Antes de mais, quero felicita-lo por ter decretado o Estado de Emergência em Portugal (C4) // Assim, apelo-lhe, como português e cidadão europeu (C4) // Este esforço começa por nós, por mim, por si (C6)*

O tratamento verbal concerne também a terceira pessoa do singular, congruente com as normas do estilo protocolar epistolar.

- (29) *Aceite, Senhor Primeiro-Ministro, as nossas melhores e sinceras saudações. // Resista a pensar que o “problema” e a sua resolução são matéria exclusiva da Proteção Civil // Reúna, longe dos holofotes e sob compromisso de reserva, os titulares da pasta das Florestas e da Administração Interna // Faça o mesmo com alguns “sábios” // Peça, a cada um destes dois grupos // separe a e operacional // leve a sério a necessidade de uma campanha de sensibilização massiva e nacional // atue ativamente para não estigmatizar nenhuma das espécies florestais, nomeadamente o eucalipto // fuja de respostas. (C15)*

### **4.3. Formas de tratamento em posição final**

Em posição final, as formas de tratamento têm o papel de dar uma nota pessoal à despedida. Não ocorrem em todas as cartas, o que mostra que têm o uso mais reduzido do que as formas de tratamento em posição inicial (com função de saudação).

- (30) *Contamos consigo, com o seu magistério de influência, Sr. Presidente, para bem de Portugal e de todos os portugueses.*
- (31) *Agradecendo a atenção de Vossa Excelência, apresentamos os nossos cordiais cumprimentos.*
- (32) *Aproveito para saudar respeitosamente V.Exa, desejando-lhe que esteja e continue em segurança e de boa saúde.*

## Considerações finais

Foi objetivo desta contribuição descortinar o funcionamento da comunicação entre a instância cidadã e a instância política. Através de uma análise de um mecanismo microtextual (as formas de tratamento), descobrimos num *corpus* de vinte cartas abertas que o estilo protocolar mantém-se, os remetentes (na sua grande maioria) usando formas de tratamento que expressam um alto grau de deferência: *Excelência* (expressão precedida ou não por possessivos, como *Vossa* ou *Sua*), cargo político (*Presidente da República*, *Primeiro Ministro*), título académico (*Doutor*), profissão (*Professor*), nome completo (*Marcelo Rebelo de Sousa*, *António Costa*), adjetivos qualificativo (*Excelentíssimo*, *digníssimo*, *caro*).

Por um lado, esta escolha linguística mostra a configuração de uma distância interlocutiva significativa entre a instância cidadã e a instância política, o que coincide com o índice bastante elevado de distância do poder, segundo as teorias de Hofstede *et al* (2010)<sup>10</sup>. Por outro lado, as formas vocativas, que pressupõem uma interpelação direta do interlocutor são bastante frequentes no *corpus*, o que mostra também uma tendência de reduzir esta distância.

## Referências

- Angenot, M. (1982). *La Parole pamphlétaire. Typologie des discours modernes*. Paris: Payot.
- Bourdieu, P. & Wacquant, L. (1992) *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*. Paris: Le Seuil.
- Carreira, M. H., A. (1997). *Modalisation linguistique en situation d'interlocution : proxémique verbale et modalités en portugais*. Leuven-Paris: Éditions Peeters.
- Charaudeau, P. (2005). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert
- Cintra, L. (1986). *Sobre "formas de tratamento" na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Hofstede, G. *et al* (2010). *Cultures and Organizations. Software of the Mind. Intercultural Cooperation and Its Importance for Survival*. New York: McGraw Hill.
- Joly, B. (2014). *Histoire politique de l'affaire Dreyfus*. Paris: Fayard.
- Kerbrat-Orecchioni, K. (1998). "L'interaction épistolaire". In Jürgen Seiss (dir.) *La lettre entre réel et fiction*". Paris: Sedes.
- Kerbrat-Orecchioni, K. (2010). *S'adresser à autrui. Les formes nominales d'adresse en français*. Charenton-le-Pont: Éditions de l'Université de Savoie.

---

10. Em Portugal o índice tem o valor de 63. A título de comparação, no Reino Unido este índice é de 35 e nos países escandinavos é de 18 (Dinamarca), 31 (Suécia), 18 (Países Baixos). Nos países do Sul da Europa, o índice tem valores mais elevados do que nos países do Norte: Espanha (57), Itália (50), Grécia (60). Porém, Portugal tem o índice mais elevado entre os países do Sul, o que pode explicar também a necessidade de codificar esta distância a nível linguístico, através de um sistema complexo de formas de tratamento.

Maigneueau (1998). “Scénographie épistolaire”. In J. Seiss (dir.) *La lettre entre réel et fiction*”. Paris: Sedes.

Manole, V. (2020). *O debate parlamentar em português (Portugal, Brasil) e romeno: análise pragmático-discursiva*. Cluj-Napoca: Cartea Cărții de Știință.

Nascimento, M. F., B. de (2020). “Formas de tratamento”. In E. Buzaglo Paiva Raposo *et al* (org.) *Gramática do Português*. vol. 3 (pp. 2701-2732). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Saki, M. (2013). “Rôles et formes de l’adresse dans la lettre ouverte”. *Le tour critique*. I, 125-145.

## Sitografia

Constituição da República Portuguesa: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/201903261608/127993/diploma/indice>

Hofstede Insights – Country Comparison: <https://www.hofstede-insights.com/country-comparison/portugal/>

### Corpus

C1: <https://observador.pt/opiniao/carta-aberta-ao-presidente-da-republica-sobre-o-racismo/>

C2: <https://observador.pt/opiniao/carta-aberta-ao-presidente-da-republica/>

C3: <https://www.publico.pt/2020/06/09/opiniao/opiniao/carta-aberta-presidente-republica-1919915>

C4: <https://expresso.pt/opiniao/2020-03-22-Carta-Aberta-ao-Presidente-da-Republica--Pedir-aju-da-ao-Oriente>

C5: <https://www.correiodamadeira.com/2020/08/carta-aberta-ao-presidente-da-republica.html>

C6: <https://www.sosquintadosingleses.com/post/carta-aberta-ao-presidente-da-rep%C3%BA-blica-marcelo-rebelo-de-sousa>

C7: <https://www.oinstalador.com/Artigos/315866-Covid-19-APIRAC-envia-carta-aberta-ao-Presidente-da-Republica-sobre-os-lares-ventilacao.html>

C8: <http://recursos.ordemdospsicologos.pt/repositorio/estudo/carta-aberta-ao-presidente-da-republica-2019>

C9: <https://www.publico.pt/2020/06/18/opiniao/opiniao/carta-aberta-antonio-costa-1920732>

C10: <https://www.spn.pt/Artigo/carta-aberta-ao-primeiro-ministro-de-portugal>

C11: <https://www.publico.pt/2011/06/25/jornal/pela-suspensao-imediata-do-acordo-ortografico-22352669>

C12: <https://www.publico.pt/2019/11/09/sociedade/opiniao/carta-aberta-presidente-marcelo-portugueses-1893099>

C13: <https://www.publico.pt/2020/03/29/sociedade/opiniao/carta-aberta-primeiro-ministro-autoridades-saude-1910016>

C14: <https://www.publico.pt/2020/01/13/ciencia/opiniao/ciencia-portugues-nada-vale-1899937>

C15: <https://www.publico.pt/2017/06/24/sociedade/opiniao/carta-aberta-ao-primeiro-ministro-de-portugal-1776726>

C16: <https://observador.pt/opiniao/carta-aberta-ao-presidente-da-republica-2/>

C17: <https://observador.pt/opinioao/carta-aberta-ao-presidente-da-republica-sobre-a-crise-sanitaria/>

C18: <https://comiteolimpicoportugal.pt/wp-content/uploads/2020/11/17.11.2020-Carta-Aberta-Primeiro-Ministro.pdf>

C19: <https://comiteolimpicoportugal.pt/carta-aberta-ao-primeiro-ministro-antonio-costa/>

C20: <http://www.vidadebombeiro.com.pt/2020/10/aprosoc-lanca-carta-aberta-ao.html>

Data de receção: 02/12/2020

Data de aprovação: 10/05/2021

# Discurso, termómetro da competição política: Os primeiros meses de oposição do 18.º Presidente do PSD ao XXI Governo Português

*Edmilson Gomes dos Santos*

Universidade da Beira Interior, Covilhã – Portugal

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2023.44/pp.83-97>

## Resumo

Com este artigo propõe-se elaborar sobre a relação existente entre o discurso político e a competição política, e dissertar sobre a competição político-partidária em Portugal nos primeiros meses de Rui Rio à frente do principal partido na oposição, o Partido Social Democrata. Pretende-se alcançar o segundo objetivo referido a partir da análise da interação discursiva, publicada em jornais, entre o chefe do XXI *Governo* Constitucional de Portugal e o líder do principal partido na oposição. Na primeira parte, é apresentada uma elaboração teórica sobre os vários conceitos implicados na relação estudada; de seguida, são expostos os procedimentos e resultados do estudo empírico levado a cabo. Argumenta-se que, pela natureza comunicacional da política, o discurso político pode ser um indicador do nível da competição político-partidária. Chegou-se à conclusão de que, no período analisado, houve um elevado nível de convergência no discurso, entre os líderes dos partidos estudados, o que aponta para a existência de um fraco nível de competição política em Portugal.

**Palavras-chave:** Comunicação política, jornais, competição política, PS, PSD, Portugal.

## Abstract

This article proposes to elaborate on the relationship between political discourse and political competition, and lecture on the political-party competition in Portugal in the first months of Rui Rio ahead of the main opposition party, PSD. We intend to achieve the second objective already mentioned through the analysis of the discursive interaction between the head of the Portuguese XXI Constitutional Government and the leader of the main opposition party, seen through published newspapers articles. In the first part, a theoretical elaboration is presented on the various concepts involved in the relationship studied; in the following section are exposed the procedures and results of the empirical study carried out. It is argued that, due to the communicational nature of politics, political discourse can be an indicator of the level of political-party competition. It was concluded that, in the period analysed, there was a high level of convergence in the discourse, among the leaders of the parties studied, which points to the existence of a weak level of political competition in Portugal.

**Keywords:** Political communication, newspapers, political competition, PS, PSD, Portugal.

## Introdução

Por poder ser aguerrido, antagónico, brando, similar, convergente ou concordante no conteúdo, o discurso político pode apresentar-se como termómetro da competição existente num sistema partidário. Esta é a premissa base que serve de guia para este trabalho de investigação de carácter exploratório. Enquanto é proposta uma reflexão crítica sobre o discurso político na esfera pública / mediática,

é reiterada a importância da discussão sobre a competição política, sobretudo quando a cartelização dos partidos é apontada como causa da suposta falência das democracias liberais (Katz & Mair, 2009).

Neste artigo propõe-se elaborar sobre a relação existente entre o discurso político e a competição política, e dissertar sobre a competição política partidária a partir da análise da interação discursiva dos primeiros meses de oposição do 18.º Presidente do PSD (Rui Rio) ao XXI Governo Português.

A composição do XXI *Governo* Constitucional Português, denominado de “geringonça”, constituiu um marco singular da democracia portuguesa (Silva, 2019; Galastri, 2019). Esse governo, liderado pelo Partido Socialista (PS), foi formado por acordo parlamentar com o Bloco de Esquerda (BE), Partido Comunista Português (PCP) e Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), e com o apoio do Pessoas–Animais–Natureza (PAN). Por representar um momento singular de governação, pretende-se averiguar os moldes em que a oposição política afirmou-se.

De forma a definir e a limitar o nosso objeto do estudo, focamos as análises de discursos diretos dos líderes do principal partido da oposição e do governo. Assim sendo, as nossas análises recaíram sobre o secretário-geral do Partido Socialista e Primeiro-ministro, António Costa, e sobre o presidente do Partido Social Democrata, Rui Rio.

Posto isto, pretende-se dar resposta à seguinte pergunta de partida: tendo em conta a interação discursiva, qual foi o nível da competição política entre o PS e o PSD, nos primeiros meses de oposição de Rui Rio?

Para dar resposta à questão colocada e perseguir os objetivos definidos, adotou-se o seguinte procedimento: na primeira fase foi proposta uma reflexão teórica sobre a relação entre o discurso político e a competição política (abordando os principais conceitos implicados nessa relação: comunicação política, discurso político, competição política), e na segunda fase foram expostos os resultados de um estudo empírico, que consistiu na seleção e análise de discursos diretos dos principais agentes dos partidos em estudo (Rui Rio e António Costa), publicados em jornais nacionais (um semanário: Expresso, e um diário: Diário de Notícias) entre fevereiro a outubro de 2018 – os primeiros nove meses de Rui Rio como presidente do PSD e ator com maior potencial de oposição ao governo, liderado pelo PS.

Para a persecução deste objetivo adotamos, ao nível metodológico, uma abordagem qualitativa – dado que a inferência foi feita através dados não numéricos – recorreremos à análise documental (análise dos jornais), e à análise de conteúdo. Este trabalho é pertinente na medida em que propõe uma reflexão crítica sobre o discurso político na esfera pública/mediática, enquanto sugere

analisar a competição política entre partidos, a partir da interação discursiva dos seus principais intervenientes. Ademais, como Puhle (2002) argumenta, o estudo partidos políticos constitui uma relevante contribuição para o estudo da qualidade da democracia.

### **1. Sobre a política, a comunicação, e a comunicação política**

Aristóteles, no seu contexto histórico e cultural, foi capaz de conceber o Homem em medidas que reúnem consenso até aos dias atuais. Conforme expressou, dentre todos os animais, o Homem é o único que detém a palavra; o discurso permite-lhe tornar “claro o útil e o prejudicial”, a distinguir “bem e o mal”, “o justo e o injusto”, e “é a comunidade destes sentimentos que produz a família e a cidade” (Aristóteles, 1998, p. 55). O desenvolvimento da linguagem permitiu ao ser humano a possibilidade de criar abstração, generalização, teorização e conceber afirmações genéricas acerca de casualidades. Estes fatores somados representaram vantagens no que toca à sobrevivência em relação aos outros animais (Fukuyama, 2012, p. 67), e possibilitaram a criação de formas mais complexas de organização política.

Por seu turno, Foucault (1997) sustentou que o discurso está ligado ao desejo e ao poder, por isso, reconhece-lhe a capacidade de “ordem”, de determinar o modo de disposição das coisas e dos seres na comunidade política<sup>1</sup>. É aqui despontado o caráter político da comunicação. Segundo Foucault, o discurso traduz as lutas sociais e para além de ser uma ferramenta de disputa pelo poder (ambicionado), o discurso é o próprio poder. Daí a necessidade de um conjunto de procedimentos de controlo/ delimitação do mesmo.

Estas linhas iniciais serviram de mote para propor uma reflexão da comunicação política, a partir da relação entre o poder da singularidade humana (a palavra, o discurso, a comunicação verbal) e a sua capacidade de conceber formas complexas de organização política (diferentes regimes). Definir comunicação política revela-se desafiante, até porque este conceito composto é constituído por conceitos que nas suas particularidades podem adotar definições concorrentes. Para definir comunicação, de forma ampla, é necessária uma abordagem multidisciplinar (Fiske, 1993). Contudo, num sentido restrito, a comunicação, enquanto transmissão de qualquer estímulo, é um processo que requer mais do que uma parte (pelo menos duas): parte do emissor para o recetor (que, em resposta, torna-se ele mesmo

---

1. “(...) Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função esconjuram os seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1997, p. 9, 10).

emissor) e requer meios de comunicação (responsáveis por ligar o emissor ao recetor). Luhmann ressalta a importância desses meios argumentando que “aquilo que sabemos sobre a nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo no qual vivemos sabemos-lo pelos meios de comunicação. Isso é verdade não apenas para o nosso conhecimento da sociedade, mas também para o nosso conhecimento da natureza (...)” (Luhmann, 2000, p. 6).

Por seu turno, política, nos moldes clássicos, é concebida e definida como a arte da organização das interações humanas na cidade/ Estado com o objetivo de preservar a vida e assegurar a vida boa (Aristóteles, 1998); porém, outras definições podem ser adotadas. Entre as mais conhecidas e discutidas definições de Política, conta-se com a de Carl Schmitt (1972), segundo a qual as dinâmicas da esfera da Política coincidem com as da relação amigo/inimigo – desenvolveremos esta ideia mais adiante, a propósito da competição política. Qualquer definição ou conceção de Política (ver Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998, pp. 954-962) que se possa adotar com base no contexto democrático conserva, de forma explícita ou tácita, a preponderância da comunicação.

Chegados aqui, podemos questionar se viver em comunidade não é essencialmente comunicar e se a comunicação não se desenvolve das interações que se dão numa comunidade. Assim sendo, qual é a fronteira entre a comunicação e a política? Tendo em conta o que já aqui foi exposto, pode-se afirmar que a barreira entre a política e a comunicação é difusa, ou até mesmo inexistente.

Uma vez que já tratamos, embora de forma introdutória, dos conceitos “comunicação” e “política”, propomos agora voltar a nossa atenção para a “comunicação política”, enquanto conceito composto. O estudo da comunicação política orienta a nossa atenção para a relação entre três elementos: organizações políticas (partidos, organizações de interesse, governo, organização terrorista, etc.) *media* (jornais, televisão, etc.) e sociedade civil /cidadãos – eleitores (Wolton, 1989; Mazzoleni, 2010; McNair, 2012). No âmbito do nosso estudo revela-se importante ressaltar o papel que os *media* têm nas sociedades democráticas, visto que têm como funções: informar os cidadãos, fazer prevalecer os factos, disponibilizar uma plataforma de discussão das políticas públicas (formar opinião), publicitar as instituições políticas e governamentais (as suas medidas), e fornecer canais de defesa dos pontos de vista políticos (McNair, 2012).

A noção que é transversal aos diferentes autores é a de que a comunicação política é o elo entre as instituições políticas e os cidadãos, entre o eleito e o eleitor, entre o representante e o representado. Este processo permite a expressão de exigências, recomendações, proibições, punição, redistribuição, etc. no seio da comunidade política. De acordo com Wolton (1989), “comunicação política cria

o espaço onde se dão os discursos contraditórios dos três atores com legitimidade para se expressar publicamente sobre política (os políticos, jornalistas e opinião pública)” (p.30).

### **1.1. Sobre o discurso político e a competição política**

O discurso político (até quando perverso) alimenta-se de uma visão sobre o que é desejável ao nível social e coletivo; por isso mesmo está impregnado em todas as dimensões do fenómeno político (dimensão política, social, jurídica e moral) (Charaudeau, 2006).

O facto de haver um conjunto de termos com aplicação tanto na área militar como no campo da comunicação política revela muito sobre a natureza antagonista do discurso político. Vocabulários, comuns às duas áreas, como: defesa, ataque, estratégia, tática, reforço de posição, recuar, avançar, manter-se de pé, esquivar, conflito e luta, reforçam o carácter bélico da política. Assim como num campo de guerra, na argumentação há “vencedores” e “vencidos”; e “vencer” é melhor que “perder” (McGee, 1985, p. 167).

O que é dito ou transmitido tem força porque impele para a ação. Como a linguagem se liga à ação no campo político? Para Charaudeau (2006), a ligação entre a linguagem e a ação dá-se na medida em que no seio político a atividade discursiva é voltada (1) para as ideias e a sua força de verdade (espaço de produção das ideologias) e (2) para os atores e a sua força de ação (espaço de produção das relações de força). A atividade discursiva é moldada de acordo com a posição do sujeito político (dentro ou fora do governo). De acordo com a sua situação, os atores políticos devem adotar diferentes estratégias de ação e comunicação, uma vez que estão em posições de legitimidade diferentes. Dependendo da localização na arena política, os diferentes atores/partidos podem adotar estratégias discursivas de promessa, decisão, justificação e dissimulação (Charaudeau, 2006).

Se por um lado cabe a quem governa decidir, justificar e dissimular, por outro lado, resta ao opositor prometer, criticar, e apresentar alternativas. Assim, podemos constatar que o discurso político e a competição política são conceitos que estabelecem uma relação de simbiose. A competição política é feita por meio do discurso político e o discurso político, no que lhe concerne, desponta a sua essência no âmbito da competição. No seio político luta-se pela sobrevivência, no caso, pela sobrevivência política.

C. Schmitt sustenta que todos os conceitos, expressões e fins políticos têm um ponto controverso; eles apresentam um conflito concreto cuja consequência extrema se expressa nas categorias: amigo / inimigo. Sendo o inimigo “aquele contra o qual se conspira” (Schmitt, 1972, p. 195). A oposição política, nas palavras do filósofo alemão, é a mais intensa e extrema de todas e qualquer outra oposição

concreta será tanto mais política quanto mais se aproximar da dicotomia amigo-inimigo<sup>2</sup>. Na política doméstica esse antagonismo é delegado aos partidos políticos. Portanto, o grau máximo de desenvolvimento da política interna é alcançado quando dentro de um Estado os contrastes entre os partidos políticos se transformam em disputas políticas (Schmitt, 1972).

Freund, sociólogo francês, acolheu e desenvolveu a proposta de Schmitt reafirmando que “enquanto houver política, ela dividirá a coletividade em amigos e inimigos”<sup>3</sup>. Visto que numa comunidade é inevitável que haja desencontros de interesses que se transformem em rivalidade, estes conflitos tornam-se políticos na medida em que dividem os diferentes grupos numa luta pela conquista ou manutenção de poder, numa luta pela capacidade de influenciar, decidir ou impor (Freund, 1965; citado por Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998, p. 445).

Edelman foge da dicotomia proposta por Schmitt, e indica que no confronto político, para além do inimigo, existe também o adversário ou oponente – dependendo da profundidade da divergência. Enquanto o inimigo político, adotando um nível de divergência intolerável, dá ao espetáculo político o seu poder de despertar paixões, medos e esperança (ex.: Nazis – Judeus/ Estados – Terroristas); o adversário ou oponente, não tem que ser necessariamente inimigo; comporta apenas antagonismos ideológicos em relação às medidas do que está na posição contrária (Edelman, 1988). C. Mouffe, na mesma senda, defende que os que eram tidos como inimigos devem assumir o papel de adversários numa sociedade democrática. Os adversários são “inimigos legítimos”, com quem compartilhamos a liberdade e igualdade; “são pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão” (Mouffe, 2005, p. 20).

Todas as reflexões reunidas até aqui evidenciam a natureza agonística da política, e o facto de o campo discursivo ser o espaço, por excelência, da fundamental e inevitável competição política.

## 2. Partidos Políticos e Representação

É possível identificar nos partidos políticos: o carácter associativo (um grupo com uma visão comum); a ação orientada para a conquista de poder político e a multiplicidade de estímulos e motivações (Downs, 1957; White, 2006). Os partidos

---

2. Tradução nossa. “A oposição política é a mais intensa e extrema de todas, e qualquer outra oposição concreta é ainda mais política quanto mais se aproxima do ponto extremo, o de demarcar de acordo com os conceitos de amigo-inimigo” (Schmitt, 1972, p. 112).

3. “É característico do Estado eliminar, dentro dos limites da sua competência, a divisão dos seus membros ou grupos internos em amigos e inimigos, não tolerando senão as simples rivalidades agonísticas ou as lutas dos partidos, e reservando ao Governo o direito de indicar o inimigo externo. É, pois, claro que a oposição amigo-inimigo é politicamente fundamental» (Freund, 1965; citado por Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998, p. 445).

políticos surgiram como instrumento de organização para participar na gestão do poder político, ou seja, o nascimento e o desenvolvimento dos partidos está ligado à questão da participação no processo de formação das decisões públicas, por parte de diversos estratos da sociedade; nesta perspetiva, os partidos estão ligados aos governos representativos (Duverger, 1970; Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998). Os partidos têm capacidade para formar, expressar, conduzir e manipular informações (Duverger, 1970; Sartori, 2005).

A representação, por sua vez, diz respeito a “substituir, agir no lugar de ou em nome de alguém, ou de algo; evocar simbolicamente alguém ou alguma coisa; personificar” (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998, p. 1102). A representação é promotora de formação de grupos e identidades políticas (ex.: partidos políticos e sindicatos) e muda a identidade social (Urbinati, 2006)<sup>4</sup>.

Os partidos políticos, conservando o carácter representativo e antagónico, são tidos como pontes entre a sociedade civil e o Estado. As definições expressas nas linhas anteriores ressaltam o papel preponderante dos partidos políticos na viabilização do regime democrático, seja do ponto de vista funcional, organizacional e até da eficiência na construção e condução dos assuntos públicos. É importante notar que os partidos ocupam a mesma posição que a comunicação política, ambos ligam as instituições governativas à sociedade civil. A comunicação política é em simultâneo, o espaço, a ferramenta e a arma dos partidos políticos, principalmente no seio democrático, onde o instrumento de ataque e defesa é, por excelência, o discurso.

### **3. A competição política nos discursos dos principais partidos portugueses (PS e PSD)**

Depois do 25 de Abril de 1974, o sistema de partidos português transformou-se rapidamente num sistema bipolarizado – “a alternância entre os dois partidos [PS e PSD] no governo confirma a bipolarização do sistema” (Lobo, 1996, p. 1090). Os resultados eleitorais, para além de evidenciar o domínio desses dois partidos, expõem também o pouco espaço ocupado pelos restantes. Como aponta Jalali, o sistema partidário português é um sistema que se “consolidou rapidamente” sendo que um dos padrões de interação é “a principal dimensão de competição entre PS e PSD” (Jalali, 2017, p. 72).

---

4. Urbinati (2006) identifica duas escolas de pensamento sobre o governo representativo: modelo eleitoral, que combina o elitismo nas instituições políticas (competência) e legitimação popular (localizada na votação através da eleição – consentimento) e modelo representativo, que olha para a legitimação como mais do que um ato de autorização, em vez de um esquema de delegação da soberania, a representação é um processo político que conecta sociedade e instituições.

Até 2019, todas as eleições legislativas da história da democracia portuguesa foram ganhas pelo PS, pelo PSD ou por uma coligação que um desses partidos encabeçou<sup>5</sup> – a formação dos governos tornou-se monopólio destes dois atores políticos. O que se pode apresentar como problema é o facto do domínio que esses partidos têm tido (dimensão de competição), não ser acompanhado de um aumento de identificação partidária por parte dos cidadãos, pelo contrário, tem havido uma diminuição do grau de identificação entre os cidadãos e estes partidos (Vieira & Wiesehomeier, 2013).

As eleições legislativas de 2015 foram ganhas pela coligação pré-eleitoral “Portugal à Frente” (PàF) constituída pelo Partido Social Democrata e pelo Partido do Centro Democrático Social Partido Popular (CDS-PP), membros do Governo cessante.

Contudo, perderam a maioria parlamentar que detinham na legislatura anterior, o que ditou a queda do XX Governo. Entre 2015 e 2019 o Partido Socialista (PS), enquanto protagonista, coligado com Bloco de Esquerda (BE), Partido Comunista Português (PCP), Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) (PEV), e com o apoio do Pessoas-Animais-Natureza (PAN) constituiu o XXI Governo – coligação pós-eleitoral de partidos de esquerda, popularmente denominada de “geringonça”. Como argumenta (Silva, 2019, p. 425), “o ineditismo da geringonça no contexto nacional e em contraciclo com a Europa marcará, seguramente, a narrativa da democracia portuguesa (...)”. Tendo em conta este padrão de interação entre o PS e o PSD, e a conjuntura política singular descrita, é aqui proposto avaliar o grau da competição entre esses dois partidos, a partir da análise dos discursos dos seus principais agentes (presidentes e secretários-gerais).

### 3.1. Dados e Métodos

O estudo empírico consistiu na seleção e análise de discursos nas notícias que relacionassem o XXI Governo e o principal partido da oposição nos primeiros meses de mandato do presidente do PSD (Rui Rio), para elaborar sobre nível da competição político-partidária existente à data. Para a persecução deste objetivo adotamos uma abordagem qualitativa – uma vez que se trata de um estudo exploratório e a inferência é feita através da análise de dados não numéricos (notícias) (Creswell, 2002, p. 33) – recorreremos à análise documental (análise dos jornais), e utilizámos como técnica a análise de conteúdo. Estas opções metodológicas possibilitaram identificar, classificar, analisar as notícias que

---

5. Resultados das eleições legislativas portuguesas, 1976 – 2015, consultado em: <http://eleicoes.cne.pt/> a 08/05/20 e em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/> a 08/05/20.

relacionassem o XXI Governo e o principal partido da oposição para assim identificarmos os discursos de convergentes e divergentes.

A análise documental consiste no tratamento e interpretação dos dados provenientes de documentos, com o intuito de obter significado, compreender um fenómeno, e desenvolver conhecimento empírico (Bowen, 2009).

A análise de conteúdo, por seu turno, uma das principais técnicas utilizadas na área da Ciência Política (Vromen, 2010), é uma técnica de pesquisa que permite realizar inferências replicáveis (fidedignas) e válidas de textos (ou outras fontes de significados) para os seus contextos das aplicações (Krippendorff, 1980).

Nesta arquitetura metodológica, a objetividade e a fiabilidade são alcançadas a partir do estabelecimento prévio de critérios de seleção e análise, e da qualidade dos documentos e das evidências que eles contêm, tendo em conta o objetivo e os moldes do estudo em causa (Gray, 2004; Bowen, 2009).

De forma a garantir a variabilidade dos dados coletados, a seleção e a análise das notícias incidiram-se em dois jornais nacionais: um semanário (Expresso) e outro diário (Diário de Notícias). A análise incidiu apenas sobre notícias que continham discursos diretos – reprodução literal – dos agentes protagonistas das instituições em estudo.

**Delimitação temporal:** Foram analisados jornais de fevereiro de 2018 a outubro de 2018. Uma vez que o presente artigo avalia os primeiros meses do presidente do PSD na oposição, a seleção das notícias foi feita tendo em conta a tomada de posse do novo presidente do principal partido da oposição – Rui Rio tomou posse em fevereiro de 2018, tornando-se assim o 18.º Presidente do PSD. Do semanário Expresso foram analisadas publicações entre 02/18 a 10/18. Do Diário de Notícias foram analisadas publicações de 01/02/18 a 14/06/18.

As categorias de discursos identificadas nas notícias selecionadas e analisadas foram:

**Nenhuma notícia** – não foi encontrada nenhuma notícia com discurso direto sobre a interação entre o Governo e o líder do principal partido da oposição;

**Discurso de convergência** – foi identificado notícias com discurso direto de aproximação ou de apoio entre o líder do Governo e o líder do principal partido da oposição;

**Discurso de divergência** – identificadas notícias com discurso direto de demarcação e crítica na relação líder do Governo e o líder do principal partido da oposição.

**Fonte documental** (jornais): Arquivo da Biblioteca Central da Universidade da Beira Interior.

### 3.2. Resultados

Foram recolhidas e analisadas um total de 173 publicações (39 do Expresso e 134 do Diário de Notícias). A análise realizada culminou na elaboração do Quadro 1.

**Quadro 1:** Interação discursiva entre os líderes do XXI Governo (PS) e da principal oposição (PSD) – elaboração do autor

Dias   Meses	Expresso (2018)										Diário de Notícias (2018)				
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															
14															
15															
16															
17															
18															
19															
20															
21															
22															
23															
24															
25															
26															
27															
28															
29															
30															
31															

Nenhuma Notícia	Discurso de Convergência	Discurso de Divergência
-----------------	--------------------------	-------------------------

### Discussão dos Resultados

Como está representado no Quadro 1, foram selecionadas e analisadas 173 publicações, sendo que 39 foram do Expresso e 134 do Diário de Notícias. No que toca às categorias, no semanário foram identificados 31 “nenhuma notícia”, 7 notícias com “discursos de convergência” e 1 notícia com “discurso de divergência”. Em relação ao Diário de Notícias, foram identificadas 123 “nenhuma notícia”, 9 notícias com “discursos de convergência” e 2 notícias com “discursos

de divergência”. Somando, foram identificadas 154 “nenhuma notícia”, 16 notícias com “discursos de convergência” e 3 notícias com “discursos de divergência”.

Desde a sua tomada de posse, o novo presidente do PSD mostrou-se disponível para uma reaproximação com o PS. Rui Rio afirmou que “a unidade constrói-se da parte de quem ganhou e da parte de quem perdeu” (Expresso, 17/02/2018, p. 5). No 37º congresso nacional do seu partido reiterou que “não é preciso inventar diferenças [entre partidos]. As que existem já são suficientemente marcantes para nos distinguirmos (...) como tenho vindo a dizer [...] tenho como relevante, senão mesmo decisivo para o futuro de Portugal, o diálogo entre partidos”. No seguimento do mesmo discurso, entrou em contradição afirmando que “O PSD apresentar-se-á aos portugueses como alternativa forte e credível a esta governança da extrema-esquerda” e que “Bloco central não existe e não existirá” (DN, 19/02/18, p. 4). Passado algum tempo, Rio expôs mais evidências da inexistência da oposição afirmando que “temos [no PSD] de estar unidos ao próprio governo português (...) a ausência de oposição se deve ao interesse nacional” (DN, 23/03/18, p. 7). António Costa, chefe do governo e presidente do PS, em resposta a uma pergunta sobre uma reaproximação futura entre os dois principais partidos afirmou, admitindo um certo grau de convergência, que “Bloco Central não, mas o PSD não tem lepra” (Expresso, 11/08/18, p. 1).

Estes resultados mostram que a oposição não está expressa no discurso, e as interações entre os líderes do PS e do PSD são mais de convergência do que de divergência. É significativa a diferença entre o número de discursos de convergência (16) e de divergências (3) identificados. Importa salientar que a ausência de oposição, representada também pela categoria “nenhuma notícia” pode ser, ao mesmo tempo, interpretado como postura de passividade ou de convergência por parte do partido da oposição.

A convergência identificada ocorre num contexto em que há descontentamento e desconfiança generalizada, por parte dos cidadãos, para com os partidos e com outras instituições representativas que esses integram (Cabral, 2004; Magalhães, 2004; Teixeira, 2018).

A ausência de discurso de oposição ganha maiores contornos, sobretudo se tivermos em conta as possibilidades de oposição oferecidas pela conjuntura anteriormente descrita. Ademais, importa ressaltar que foi identificado um elevado nível de convergência discursiva interpartidária, dimensão de competição característica dos partidos cartéis. Este modelo de explicação de organização de partidos, apresentado por Katz e Mair (1995), sugere que o partido cartel emergiu na década de 70, nas democracias avançadas, em contexto de declínio geral dos níveis de participação e envolvimento na atividade partidária, e surgimento de

forte apoio a grupos de dimensão reduzida e de “*single-issue*”. A interpenetração do partido no Estado, e certo padrão de conluio interpartidário caracterizam os partidos cartéis; o conluio tem como objetivo a acumulação de poder por parte dos partidos enquanto dificulta a entrada a novas organizações na arena da concorrência partidária. Num cenário de cartelização partidária, os partidos são parecidos ao nível de organização e de objetivos (Katz & Mair, 1995, 1996, 2002, 2009, 2012, 2018).

### **Considerações Finais**

Partindo da elaboração teórica sobre a política, a comunicação, a comunicação política, partidos políticos, o discurso político e a competição política, argumentamos que o discurso político, por carregar a ordem do conflito inerente à política, pode indicar a “temperatura” ou o nível da competição política. Como vimos, quando o discurso é fraco, convergente e acrítico, o termómetro aponta para baixas temperaturas, ou seja, a competição política é contida ou até mesmo inexistente. Ao contrário, quando o discurso é forte, disruptivo, inconformado e crítico, a competição é, por essência, política.

São necessárias instituições que estabeleçam ordem nas condições conflituosas, inerente ao Homem, que traz consigo subjetividade, complexidade, e pluralidade de valores. Não existindo alternativas, ou não existindo competição política, o consenso toma conta da esfera política, condenando-a a inércia, a estagnação, a monotonia, a uniformidade, e a unissonância.

Na segunda parte do trabalho, tendo em conta a conjuntura política, analisou-se a competição política nos discursos diretos do 18.º Presidente do PSD e do XXI *Governo* Português (governo formado por partidos de esquerda, “*Gerin-gonça*”), líderes dos principais partidos portugueses (PS e PSD). Considerando os resultados do estudo empírico, devemos indicar, como resposta à pergunta de partida, que existiu um fraco nível de competição partidária, no período analisado – foi identificada uma elevada proporção de convergência discursiva entre o partido na oposição e o principal partido no governo, dimensão de competição característica dos partidos cartéis. Ademais, a relevância dos resultados acentua-se quando se considera a conjuntura política vivida, no mandato do XXI *Governo* Constitucional.

Em relação às conclusões do estudo empírico, pode-se contra-argumentar que: o estudo incide sobre um curto período e que, também por isso, os resultados podem não ser representativos da realidade. Por outro lado, pode-se contra-argumentar também que a convergência discursiva não implica necessariamente convergência na atuação.

Em primeiro, os resultados aqui apresentados são representativos apenas do período estudado, ou seja, os primeiros meses de oposição do 18.º presidente do PSD, Rui Rio – mais especificamente fevereiro a outubro de 2018. Em segundo lugar, a postura discursiva pode, de facto, não corresponder com a postura prática; no entanto, estamos aqui a elaborar sobre o campo da comunicação política, onde o discurso (de aproximação ou de oposição) é a primeira e a principal ferramenta de interação entre os atores políticos. Ademais, a nossa análise incidu sobre notícias de jornais que continham discurso direto dos representantes máximos das forças partidárias, para que os resultados fossem representativos da postura real desses líderes e, conseqüentemente, dos seus respetivos partidos.

Como referimos, este trabalho é um estudo exploratório que serve, sobretudo, como uma introdução à temática e às opções metodológicas adotadas no tratamento da mesma. Serve também, para lançar hipóteses para trabalhos de investigações futuras, que possam ganhar outras proporções, ao nível de profundidade e dimensão.

Seria, por isso, pertinente desenvolver-se, no futuro, estudos que tenham maior abrangência; incluindo mais forças partidárias, mais órgãos de comunicação e maior período de análise.

## Referências

- Aristóteles. (1998). *Política*. (A. C. Amaral, & C. Gomes, Trans.) Lisboa: Vega.
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de política*. (C. C. & Varriale et al, Trans.) Brasília: Universidade de Brasília.
- Bowen, G. (2009). Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27-40.
- Cabral, M. V. (2004). Confinça, mobilização e representação política em Portugal. Em A. Freire, M. C. Lobo, & P. Magalhães (Eds.), *Portugal a Votos: As eleições legislativas de 2002* (pp. 301-331). Lisboa: ICS.
- Charaudeau, P. (2006). *O discurso Político*. (W. Emediato, Trad.) Belo Horizonte: Faculdade de Letras.
- Creswell, J. W. (2002). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (2º ed.). Los Angeles: Sage Publications.
- Downs, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row Publishers.
- Duverger, M. (1970). *Os Partidos Políticos* (3ª ed.). (C. M. Oiticica, Trad.) Rio de Janeiro: Zahar.
- Edelman, M. (1988). *Constructing the political spectacle*. Chicago: University of Chicago.
- Fiske, J. (1993). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Porto: Edições ASA.
- Foucault, M. (1997). *Ordem do Discurso*. (L. F. Sampaio, Trad.) Lisboa: Relógio D'Água.
- Fukuyama, F. (2012). *As Origens da Ordem Política*. Dom Quixote.

Galastri, L. (2019). Jangada de pedra contra a maré? A experiência do governo de esquerda em Portugal (2015-2019). *Revista Novos Rumos*, 56(1).

Gray, D. E. (2004). *Doing Research in the Real World*. London: SAGE Publications.

Jalali, C. (2017). *Partidos e sistemas partidários*. Lisboa: FFMS.

Katz, R. S., & Mair, P. (1995). Changing models of party organization and party democracy: The emergence of the cartel party. *Party Politics*, 1(1), 5-28.

Katz, R. S., & Mair, P. (1996). Cadre, catch-all or cartel? A rejoinder. *Party Politics*, 2 (4), 525-534.

Katz, R. S., & Mair, P. (2009). The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, 7(4), 753-766.

Katz, R. S., & Mair, P. (2009). The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, 7(4), 753-766.

Katz, R. S., & Mair, P. (2012). Parties, interest groups and cartels: A comment. *Party Politics*, 18(1), 107-111.

Katz, R. S., & Mair, P. (2018). *Democracy and the cartelization of political parties*. Oxford: Oxford University Press.

Katz, R., & Mair, P. (2002). The ascendancy of the party in public office: Party organizational change in 20th century democracies. Em R. Gunther, J. R. Montero, & J. j. Linz (Eds), *Political Parties: Old Concepts and New Challenges* (pp. 113-135). Oxford: Oxford University Press.

Krippendorff, K. (1980). Validity in content analysis. Em E. Mochmann (Ed.), *Computerstrategien für die kommunikationsanalyse* (pp. 69-112). Frankfurt: Campus. Disponível em [http://repository.upenn.edu/asc\\_papers/291](http://repository.upenn.edu/asc_papers/291)

Lobo, M. C. (1996). A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas (1976-1991). *Análise Social*, XXXI, 1085-1116.

Luhmann, N. (2000). *The Reality of the*. (K. Cross, Trad.) California: Polity Press.

Magalhães, P. (2004). Democratas, descontentes e desafectos: as atitudes dos portugueses em relação ao sistema político. Em A. Freire, M. C. Lobo, & P. Magalhães (Eds.), *Portugal a Votos – As eleições legislativas de 2002* (pp. 333-361). Lisboa: ICS.

Mazzoleni, G. (2010). *La comunicación política*. (P. Linares, Trad.) Madrid: Alianza Editorial.

McGee, M. C. (1985). 1984 Some Issues in the Rhetorical Study of Political Communication. Em K. R. Sanders, L. L. Kaid, & D. Nimmo, *Political Communication Yearbook 1984* (pp. 155-182). Illinois: Southern Illinois University Press.

McNair, B. (2012). *An Introduction to Political Communication* (5ª ed.). USA and Canada: Routledge.

Mouffe, C. (2005). *Por um modelo agonístico de democracia*. (P. S. Ghetti, Trad.) Curitiba: Revista de Sociologia e Política.

Puhle, H. J. (2002). Still the Age of Catch-Allism? Volksparteien and Parteienstaat in Crisis and Re-equilibration. Em R. Gunther, J. R. Montero, & J. j. Linz (Eds), *Political Parties: Old Concepts and New Challenges* (pp. 58-83). Oxford: Oxford University Press.

- Sartori, G. (2005). *Parties and Party Systems – A framework for analysis*. Colchester: ECPR Press
- Schmitt, C. (1972). *Le categorie del 'politico'*. (P. Schiera, Trad.) Bologna: Il Mulino.
- Silva, P. (2019). Para lá da Geringonça. O Governo de Esquerdas em Portugal e na Europa: Lisboa, Contraponto, 2017, 232 pp. *Análise Social*, (231), 421-425.
- Teixeira, C. P. (2018). *Qualidade da democracia em Portugal*. Lisboa: FFMS.
- Urbinati, N. (2006). O que torna a representação democrática? (M. Soares, Trad.) *Lua Nova*, 67, 191-228.
- Vieira, M. B., & Wiesehomeier, N. (2013). Representação em Portugal : perspectiva dos cidadãos. Em A. C. Pinto, L. de Sousa, & P. Magalhães, *A Qualidade da Democracia em Portugal – A visão dos cidadãos* (pp. 79-119). Lisboa: ICS.
- Vromen, A. (2010). Debating Methods: Rediscovering Qualitative Approaches. Em D. Marsh, & G. Stoker (Eds.), *Theory and Methods in Political Science (Political Analysis) – Third Edition* (pp. 249-266). London : Palgrave Macmillan.
- White, J. K. (2006). What is a political party? Em R. S. Katz, & W. Crotty (Eds.), *Handbook of Party Politics* (pp. 5-15). London: SAGE Publications.
- Wolton, D. (1989). La communication politique : construction d'un modele. *Hermès*, 27-42.

Data de receção: 16/12/2020  
Data de aprovação: 03/05/2021



# A conexão da cultura e identidade africana com o turismo

*Bumba Manuel de Castro*

Professor Auxiliar na Escola Superior de Hotelaria e Turismo (ESHOTUR)  
da Universidade Agostinho Neto

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2023.44/pp.99-112>

## Resumo

A mundividência das comunidades africanas, de valorização da interdependência num contexto de sincretismo, miscigenação e hibridação cultural está intimamente ligada aos valores atuais que o turismo apregoa. A reflexão que se apresenta tem como objetivo contribuir na consolidação da narrativa factual de conexão entre a cultura e turismo e sustentar a necessidade do continente africano reconfigurar a sua identidade cultural para conectar-se melhor com a atividade turística. Para o efeito, foi efetuada uma análise e revisão da literatura e procedeu-se a sintetização de conteúdos de livros e artigos científicos relacionados com as palavras-chave, onde se concluiu que a afirmação de África como ator relevante universal passa por projetar a sua própria trajetória, sendo o turismo um instrumento fundamental para essa afirmação.

**Palavras-chave:** cultura, África, identidade, Agenda 2063, turismo.

## Abstract

The worldview of African communities, valuing interdependence in a context of syncretism, miscegenation and cultural hybridization, is closely linked to the current values that tourism proclaims. The present reflection aims to contribute to the consolidation of the factual narrative of the connection between culture and tourism and to support the need for the African continent to reconfigure its cultural identity to better connect with the tourist activity. For this purpose, a literature review and analysis was carried out and the contents of books and scientific articles related to the keywords were synthesized, where it is concluded that the affirmation of Africa as a relevant universal actor involves projecting its own trajectory, with tourism being an important instrument for this affirmation.

**Keywords:** culture, Africa, identity, Agenda 2063, tourism.

## Introdução

O turismo é uma manifestação da cultura dos povos cujas particularidades originaram deslocações desde os primórdios da humanidade. A luta pela sobrevivência, a curiosidade e o exercício constante de melhoria da condição de vida são fatores que impulsionaram as comunidades a movimentações periódicas. A contínua superação e o emergir de novas necessidades, através do processo permanente de transformação da natureza em cultura, ampliou e diversificou as necessidades de viagens até ao surgimento do turismo moderno no século XVII.

Embora a atividade turística moderna seja consequência dos movimentos culturais desencadeados pelo renascimento europeu, por meio do revivalismo cultural greco-romano (Cunha, 2013; Richards, 2005; Urry, 2001), que dá origem

a civilização ocidental, os antecedentes mais antigos desta atividade remontam da civilização egípcia, com registos de há cinco mil anos (Goeldner & Ritchie, 2006). Na verdade, as civilizações como a expressão máxima das culturas dos povos, modelaram sempre a evolução da humanidade.

A origem do turismo pela cultura, o objeto de análise do primeiro tema desta reflexão, é argumentada na base das amostras de expressão cultural e civilizacional que impeliram as viagens e forjaram a organização estrutural dos recursos naturais e culturais nos destinos e o aparecimento da indústria da atração e do acolhimento (o turismo). Esta indústria, ao fomentar a movimentação de milhares de milhões de visitantes, tem sido das principais impulsionadoras da convivência e interação cultural entre os diferentes povos e promotora da hibridação cultural em direção a uma cultura universal.

No segundo tema é abordada a necessidade de África relevar a ligação da sua cultura com o turismo, reconfigurando a sua identidade. A necessidade de conhecer o continente africano deve ser o alicerce para a compreensão da própria trajetória humana, desde os primeiros homínídeos, e constituição da bússola para a identificação do “eu” de cada um. Isto implica, primeiramente, ter noção da África que se quer, conforme o estabelecido na Agenda 2063 da União Africana, para que se torne novamente num ator determinante no universalismo que precisa da contribuição de todas as regiões.

O último tema desta reflexão sustenta a necessidade de África encarar o turismo como um catalisador para se dar a conhecer melhor. Se a atividade turística precisa de testemunhos da cultura e dos vestígios do passado, o turismo apresenta-se como um instrumento relevante na reconfiguração identitária do continente e na construção imagética autêntica, em oposição aos discursos exclusivamente degradantes produzida por outros olhares. A proposta de reforço da memória coletiva, valorização da cultura e dos patrimónios e (re)construção de identidades que o turismo é capaz de apresentar, justificam a relevância da conexão da cultura africana com a atividade turística.

Portanto, este texto visa por um lado contribuir para a consolidação da narrativa fátual da conexão entre o turismo e a cultura, através de uma breve abordagem histórica sobre a génese da atividade turística e, por outro, sustentar a necessidade do continente africano reconfigurar a sua identidade cultural para conectar-se melhor com a atividade turística, afirmando-se como ator universal relevante no contexto atual de sincretismo, miscigenação e hibridação cultural. Para o efeito, a reflexão centrou-se na análise documental e revisão da literatura sobre os conceitos principais abordados, procedeu-se a sintetização de conteúdos de livros, artigos científicos e da Agenda 2063 da União Africana para o cumprimento dos objetivos propostos.

## A origem do turismo pela cultura

A história das deslocações e viagens é intrínseca à condição humana e a imperatividade da satisfação de suas necessidades. Se nos primórdios da humanidade até a chegada do Homo Sapiens o objetivo era o de perpetuar a espécie pela sobrevivência, a partir do período neolítico as necessidades de viagens foram sendo ressignificadas e redimensionadas de acordo com toda a arquitetura político-administrativa e socioeconômica criada. À contínua procura de respostas pelo desconhecido juntou-se-lhe novas necessidades, como a descoberta do outro, que motivaram viagens programadas e inadvertidas ao longo da história (Castro, 2019; Harari, 2018; Wilson, 2013).

Na sua ação permanente de superação dos obstáculos para satisfazer necessidades, o Homo Sapiens compreendeu o valor da imaterialidade partilhada em grupo que permitiu em determinados momentos relativizar as necessidades elementares, dimensionou a espiritualidade para uma divindade inquestionável, buscou sempre o significativo e o significado da vida, produziu religião e foi além da realidade com as artes. O Homo Sapiens criou o mundo pela cultura e atingiu a máxima expressão material com as civilizações.

A civilização, como expoente máximo da cultura dos povos, desperta a curiosidade e a perplexidade do olhar exógeno, ao mesmo tempo que a sua magnificência e exuberância atraem e incrementam o afluxo de visitantes para contemplar o nunca antes visto. Foi assim que as civilizações como as do Egito, Mesopotâmia, Fenícia ou Roma se transformaram em grandes destinos mundiais do mundo antigo. Os conhecimentos evidenciados pela civilização egípcia na arquitetura, materializadas em pirâmides, obeliscos, estátuas, esfinges e edificações continuam a gerar assombros e perguntas sem respostas até hoje. É precisamente no Egito onde existem os registos mais antigos de viagens que podem ser associadas a atividade turística, assentes na organização de cruzeiros de recreio pelo rio do Nilo (Goeldner & Ritchie, 2006).

*Five thousand years ago, cruises were organized and conducted from Egypt. Probably the first journey ever made for purposes of peace and tourism was made by Queen Hatshepsut to the land of Punt (believed to be on the east coast of Africa) in 1480 B.C.E. Descriptions of this tour have been recorded on the walls of the temple of Deir el-Bahri at Luxor. These texts and bas-reliefs are among the world's rarest artworks and are universally admired for their wondrous beauty and artistic qualities. The Colossi of Memnon at Thebes have on their pedestals the names of Greek tourists of the fifth century B.C.E. (Goeldner & Ritchie, 2006, p. 41).*

Embora existam desde a antiguidade viagens lúdicas e com outras motivações enquadráveis no conceito de turismo, a atividade turística que conhecemos hoje é relativamente recente e tem a sua génese na Europa. Foram as amostras de

expressão cultural e civilizacional da Grécia antiga e do Império Romano que impeliu os aristocratas ingleses a enviarem os seus filhos ao sul da Europa como estágio último da formação académica. Conhecer os escritos dos filósofos da antiguidade, contemplar a monumentalidade arquitetónica e as obras de arte antiga e do renascimento europeu eram os argumentos sólidos para a materialização dessas viagens popularizadas de *Grand Tour*. É dessas viagens do século XVII que nasce o turismo moderno, já na era da procura de novos mundos e do comércio de escravos transatlântico (Cunha, 2013; Figueira & Dias, 2011; Richards, 2005; Sardo & Estevão, 2012; Urry, 2001).

O turismo, enquanto atividade que privilegia o desconhecido e a descoberta num ambiente distante, procura alimentar as pessoas com novas experiências através da realidade produzida. É a ânsia e a apetência de encontrar o diferente que nasce o desejo, cria a necessidade e provoca a motivação para viajar. O idioma e o sotaque à chegada no destino, a vestimenta, o mobiliário urbano, a expressão artística, a gastronomia, os ritmos locais e a paisagem humana são cenários irrepetíveis presentes em qualquer viagem, independentemente do motivo que a originou. São essas amostras de expressão cultural e civilizacional da Grécia antiga e do Império Romano que redefiniram a forma de viajar, conforme referido.

A diferença entre o *Grand Tour* e as viagens anteriores assenta fundamentalmente na organização da estrutura de acolhimento no local de destino. A dimensão da viagem turística deve ser avaliada não apenas pelas motivações dos viajantes, que implica o não exercício de atividade remunerada no destino, mas também pela estrutura organizacional da oferta, direcionada a receber condignamente os visitantes de forma sistémica e permanente. Com o *Grand Tour* os destinos como França e Itália, interiorizando os benefícios económicos e do intercâmbio cultural proporcionado pelas viagens, criaram a indústria do acolhimento com a organização dos vários componentes da oferta (alojamento, serviços de restauração, roteiros e circuitos turísticos, guias e produção panfletária) para o consumo do turista (Richards, 2005; Sardo & Estevão, 2012; Urry, 2001).

O turismo como o conhecemos hoje surge quando começa a haver preocupações de orientação da visita e a conceção de produtos turísticos nos destinos para consumo e satisfação do turista. Uma novidade trazida com o *Grand Tour* que permitiu consolidar vários destinos turísticos na Europa, situação que não se verificava de forma recorrente antes do século XVII. Por conseguinte, as motivações subjacentes naquelas viagens, que introduziram ou relevaram a noção de produto e destino turístico, fundamentam a génese e essência do turismo por via da cultura (Castro, 2019; Cunha, 2013; Figueira & Dias, 2011; Sardo & Estevão, 2012).

Sem pretender minorizar os recursos naturais, as realizações culturais de uma determinada circunscrição geográfica num certo tempo têm sido sempre elementos diferenciadores de atração e de produção turística. A perenidade do turismo está, pois, intrinsecamente ligada a cultura dos povos, não obstante os processos acelerados de hibridação cultural nas sociedades atuais, resultado do incontornável fenómeno da globalização.

### **Hibridação cultural vs. Identidade africana**

A liberdade de circulação e as interações culturais são cada vez mais favorecidas fundamentalmente por razões económicas, o que faz com que a maioria das cidades no mundo esteja em processos constantes de cosmopolização, rumo a uma cultura universal. No entanto, nesse cenário de sincretismo, miscigenação e aparente homogeneidade irrompem correntes turísticas em busca da diferenciação, recusando terminantemente a supressão dos valores identitários que é suposto os destinos proporcionarem.

A potenciação da homogeneidade cultural planetária é, porventura, consequência da política liberal de busca incessante de mercados, exponenciada no nosso tempo (Harvey, 2011), que conta com representações simbólicas e narrativas individualizadas de felicidade protagonizadas por “agentes dominantes” da civilização ocidental. Citando exemplos, atualmente a *McDonalds*, a *Coca-Cola* e o *Facebook* podem ser considerados dos principais agentes desta civilização. Ironicamente, essa ação cultural totalizante tende a fazer emergir a cultura das minorias sufocadas pela velocidade dos acontecimentos e potenciar as identidades locais dentro do global. Uma reivindicação do oposto numa relação binária que obriga a existência do diferente para a manutenção da ordem social. (Taylor, 1998).

As viagens e o turismo são fomentadoras, para o bem e para o mal, da cultura universal totalizante e ao mesmo tempo instrumento de apoio às forças contrárias que clamam por diferenciação e manutenção da ordem social. As viagens e o turismo, se por um lado têm o condão de fomentar valores de alteridade e multiculturalismo, isto é, fomentam a convivência na diferença, por outro, são propiciadoras de instabilidade identitária e de incentivo à hibridação com a diluição das fronteiras geográficas e culturais.

Mas como marcar posição num espaço global com forças poderosíssimas que ditam as regras e os ritmos da existência? Como os africanos evitarão sucumbir à cultura totalizante? “A África Que Queremos” é a tradução do quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável desenhado pela União Africana (UA) em 2013. Procura dar resposta aos inúmeros problemas

do continente através de uma visão Pan-Africana integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos, representando uma força dinâmica na arena internacional. Este quadro, designado de Agenda 2063 tem fortes ligações e semelhanças com a Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. É um documento estruturado em sete aspirações a serem reduzidos em planos decenais para a sua implementação até 2063. Volvidos cinquenta anos desde a fundação da Organização de Unidade Africana (OUA), predecessora da UA, África projetou um desenvolvimento sustentável para o continente, assente numa independência total: política, económica e cultural (Comissão da União Africana [CUA], 2013).

A realidade é que África continua presa às amarras de um processo histórico recente abjeto, refletido não apenas em três séculos e meios de escravização de suas gentes, mas de todo um discurso humilhante de negação de sua história, de apropriação das suas realizações e patrimónios e, conseqüentemente, do seu contínuo vazio identitário. A desumanização e coisificação do homem negro no período da escravatura negou à África a sua história, e a imagética difundida pelos colonizadores era a de um espaço primitivo e selvagem, com habitantes num estágio inferior de humanidade que precisavam urgentemente de um banho de civilização (Ntuli, 2012; Prah, 2012).

A caricatura de um continente onde nada aconteceu até a sua “descoberta” persiste até hoje. A representação de África que vigora continua a ser feita pelos outros. Continua a lhe ser negada o reconhecimento da sua contribuição na construção da civilização ocidental e é constantemente agredida com o não reconhecimento da sua história e das suas realizações.

De acordo com Taylor (1998):

O não reconhecimento pelo outro transmite uma imagem limitativa de inferioridade e desprezo da própria pessoa. Implica não apenas uma falta de respeito, marca também as vítimas dessa falha de forma cruel, subjugando-as através de um sentimento incapacitante de ódio contra elas mesmas. Por isso, o respeito devido não deve ser visto como um ato de altruísmo para com os outros. É antes uma necessidade humana vital. (p. 46).

Obviamente que o não reconhecimento ou o reconhecimento enviesado, com vista a vitalizar um plano contínuo de subjugação, não pode ser rebatido com a vitimização e o apego desprestigiante à caridade, num suposto amparo com recursos que, curiosamente, têm origem no solo africano. Tão pouco se obtém reconhecimento e respeito retornando terminantemente às raízes, sustentando-se unicamente do passado glorioso que deixou de suportar convenientemente um percurso de vida endógena. Não se recomenda de todo a amnésia para com o passado nem miopia para com o futuro.

Prah (2012) sustenta que ao se afirmar que o desenvolvimento e o renascimento africano devem basear-se num respeito pelas práticas culturais intrínsecas ao espírito africano, não significa que se regresse em absoluto às práticas culturais do passado ou a um revivalismo atávico que não tem lugar no mundo contemporâneo. Os vestígios do passado devem servir como catalisador do orgulho e autoestima para a redefinição identitária, num mundo que demanda cada vez mais a cultura africana, não obstante os problemas atuais de subdesenvolvimento estrutural e emigração em massa.

A atração por África e a necessidade de a conhecer cada vez melhor justifica-se não apenas pela riqueza do seu solo, mas também pela necessidade de compreender de forma inteligível toda a trajetória humana desde os primeiros homínidos da Garganta de Olduvai. Conhecer África significa, em última análise, obter uma bússola para a identificação do “eu” de cada um.

Todavia, não obstante as boas intenções da Agenda 2063, as dificuldades de afirmação do africano perante o mundo traduzidas na ineficiência económica e no esvaziamento da sua identidade são bastantes visíveis. Basta que cada um observe em si mesmo a sua rotina, os produtos e os bens à sua volta, os currículos escolares e o Deus que professa. Os africanos precisam recuperar a sua identidade. Precisam “ter noção do ambiente no qual os (...) gostos, desejos, opiniões e aspirações façam sentido” (Taylor, 1998, p. 54); que a terra natal, a língua, a comida e o ar que se respira molda a forma de ser e estão circunscritos ao meio em que se vive. Os africanos precisam ter noção que estão “despidos e vazios” porque as referências para a alimentação do seu *ethos* são alheias.

A identidade de um povo é a expressão da sua cultura, conformada na interação das pessoas e os resultados de aprendizagem que são assimilados, acumulados e passados por gerações, por meio do relacionamento social, artefactos materiais, construções humanas e manifestações intangíveis diversas (Burns & Novelli, 2006). Por sua vez, a cultura é determinada pelo meio no qual os seres humanos produzem. A convivência, a língua, os deuses, a música e a dança são produtos da introspeção humana e reflexo da interação com a sua envolvente.

Portanto, o ambiente tropical africano produzirá sempre um saber e uma linguagem que envolve a sua mundividência de florestas densas ou de desertos, da biodiversidade e da comida tropical, da carga chuvosa e do clima temperado. A interação com esse ambiente produz um saber e uma linguagem refletida na mulher e no homem africano. Isto significa que os africanos têm de (re)aprender a autoafirmarem-se, projetar o seu destino, marcar a diferença e enriquecer culturalmente a humanidade com a sua diversidade. Não como uma força antagónica incapaz de conviver com o que lhe é alheio, mas, acima de tudo, com um espírito

de tolerância e respeito pela diversidade dentro do universalismo que precisa da contribuição de todos os continentes.

A quinta aspiração da Agenda 2063 procura o compromisso de produzir uma África com forte identidade cultural, herança, valor e éticas comuns, aproveitando o seu rico património e cultura para garantir que as artes criativas sejam um grande contributo para o crescimento e a transformação do continente, assim como a restauração e preservação do património cultural africano, incluindo as línguas. Para o decénio 2013-2023 a Agenda estabelece como áreas prioritárias os valores e ideias do pan-africanismo; valores culturais e renascimento africano; herança cultural, artes e negócios. Nesta perspetiva, alguns dos resultados esperados pelos cidadãos africanos no final deste decénio são (CUA, 2013):

- Utilização das línguas nacionais nos sistemas e estruturas administrativas. Oferta de programas de artes criativas e de gestão de microempresas culturais em pelo menos 20% dos politécnicos;
- Pelo menos 30% dos patrimónios e tesouros culturais terão sido repatriados e catalogados para futura utilização no Museu Africano, previsto para 2035;
- Os pontos focais para a gestão das relações com a diáspora terão sido nomeados em todos os Estados. O conteúdo cultural dos currículos escolares é aumentado em pelo menos 60% do nível de 2013. A primeira edição da Enciclopédia Africana será lançada pela Conferência da União Africana em 2023.

Para Makgoba, Shope, e Mazwai (2012, p. 23) a definição do africano assenta essencialmente em três elementos: história, cultura e consciência. As reflexões dos autores convergem com as metas traçadas na Agenda, visto que uma das formas de manter a consciência de um povo sobre as suas raízes históricas e culturais é ter como suporte a língua. Os autores sustentam que a língua não constitui simplesmente um meio de expressão ou comunicação, mas um corpo de conhecimento de um determinado povo, a língua constitui o veículo da identidade e da cultura. Através da língua transmite-se ciência e tecnologia, educação, sistemas políticos e desenvolvimento económico. Por fim os autores interrogam-se: conseguirá o povo africano defender a sua renascença através de línguas estrangeiras?

Diop responde: “nenhum país no mundo consumou o desenvolvimento através de uma língua estrangeira. África é o único dos três continentes que esteve sob o jugo da opressão colonial e, várias décadas após a sua independência, ainda se encontra dividida em função de línguas europeias: a chamada “África lusófona, anglófona e francófona” (Diop, 2012, p. 40). “*Language as culture is the collec-*

*tive memory bank of a people's experience in history. Culture is almost indistinguishable from the language that makes possible its genesis, growth, banking, articulation and indeed its transmission from one generation to the next*" (Thiong'o, 1986, p. 15).

Sem cultura não há educação e sem educação África continuará faminta, suja, doente, ignorante e prostituída. O desenvolvimento de África passa pela descolonização da mente do africano, principalmente dos seus governantes. Isso implica o reforço da cultura endógena e a implementação de projetos educativos baseados nessa cultura, ao invés dos discursos vazios e populistas. África precisa, mais do que nunca, se orientar na sua cosmovisão, e na sua filosofia de humanidade, baseada no universo como um todo orgânico em prol da harmonia de todos os seus componentes.

O africano precisa recuperar a ética social unificadora que permitiu a orientação metafísica das suas coletividades, traduzida no mote "somos pessoas através dos outros" e, portanto, isoladamente não há existência humana. Esta é a concepção das comunidades africanas, designada de filosofia *ubuntu*, que reg(e)ia a conduta humana, as instituições e os padrões de pensamento. Não obstante o momento atual da inteligência artificial 5G e *nG* que se seguirão, o africano está obrigado a conservar o seu *ethos*, tendo noção que a identidade é um processo de permanente construção de acordo com o contexto espaciotemporal.

Ao finalizar este tema, urge recuperar o trecho de Ntuli sobre a necessidade de África seguir o exemplo da Europa, quando se libertou do período milenar de trevas da sua idade média. "A renascença europeia começou na Itália. Começou de um clima de morte, violência e decadência devido a inquisição, corrupção na mais alta instituição moral – a igreja. Os italianos inspiraram-se na cultura grega e romana de modo a forjar um novo humanismo para si próprios e definir o rumo para a regeneração e prosperidade. Todos os proventos das viagens marítimas eram canalizados para a construção de igrejas, encomenda de obras de arte e pinturas como as da Capela Sistina. Podemos aprender com esse exemplo" (Ntuli, 2012, p. 229).

Portanto, os africanos podem se alimentar deste exemplo. Dito de outra forma, o Egito deve estar para África como está a Grécia e Roma para a Europa.

### **Cultura e identidade africana e sua conexão com o turismo**

Os fundamentos basilares da cosmovisão africana se convergem com os valores do multiculturalismo e do espírito de alteridade que o novo turismo apregoa, uma atividade que se quer economicamente viável, ambientalmente saudável e socialmente inclusiva. O turismo é a atividade que movimenta o maior número de

peças no planeta, fomenta uma intensa e diversificada ligação entre as pessoas e é um facilitador de aproximação e enriquecimento cultural dos povos. Por isso, o turismo é um aliado privilegiado para alimentar culturalmente os visitantes dos destinos africanos.

A atividade turística necessita de testemunhos da cultura para a formatação dos roteiros e para a conceção de produtos. Necessita do contato com os vestígios do passado e do intercâmbio cultural. A relevância da conexão da cultura com o turismo em África está na contribuição da reconfiguração identitária do lugar e na valorização do talento de suas gentes, focada na inclusão social (Bursztyń, Bartholo & Delamaro, 2009). Porque o turismo desenvolve os lugares onde se estabelece, requer a conceção de modelos que buscam a superação da privação de liberdades que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas e comunidades.

Zaoual (2009, p. 62) sustenta que os visitantes não procuram mais exclusivamente a mudança de hábitos, mas também as diferenças culturais locais ignoradas, ou ainda redescobrir o que lhe pareceu ser suas próprias raízes. São essas necessidades genuínas que África tem de sentir para reorientar os seus espaços no sentido de proteger e valorizar a variedade de patrimónios que possui. A lógica *fordista* replicada no continente, de concentração urbana com elevada densidade populacional, tem de ser invertida por uma lógica de melhor espacialidade, num território bastante vasto, e responder satisfatoriamente a uma demanda que procura lugares e não “cidades-shoppings”.

Uma das oportunidades que África tem perdido para o seu reavivamento e o empreendimento firme de um novo começo é o distanciamento para com a sua diáspora. A perspetiva da Agenda 2063 de estabelecer pontos focais para a gestão das relações com a diáspora em todos os Estados até 2023, caso se efetive, seria um enorme contributo para o crescimento do continente. Conforme atesta o documento, essa conectividade permitirá gerir os programas de dupla cidadania, competências, força de voluntários e mercado da diáspora.

Do ponto de vista turístico a diáspora africana é um mercado em potência. Segundo Teye (2009), a expansão do segmento do turismo patrimonial na África subsaariana desde os anos 1970s tem demonstrado um interesse particular no património negro e nas manifestações culturais como as línguas, música, dança, livros, arte e gastronomia. Visitar a terra mãe permite fazer conexão espiritual, emocional e psicológica, e experimentar um processo de (re)descoberta e busca pela origem, depois de séculos e gerações passadas. É um mercado que tem origem nos cerca de doze milhões de ascendentes escravizados entre os anos de 1520s e 1860s, sobretudo na América do Sul e Caraíbas, Estados Unidos, Reino Unido e França.

Mas a diáspora é também constituída por milhões de africanos e seus descendentes do período pós-independência, muitos deles ostracizados no país de origem por governantes absolutistas com uma agenda exclusiva de eternização no poder. Muitos desses africanos e afrodescendentes, outrora perseguidos ou fugidos da miséria, são cidadãos trabalhadores, desportistas, artistas, empresários, governantes e cientistas, na América e na Europa, com vontade de contribuir para o desenvolvimento da terra mãe.

Como as dinâmicas atuais do confronto entre o rural e o urbano, cidade e subúrbio, homem e natureza se sustentam no território e nas múltiplas dimensões de poder, símbolos, afetos e atitudes, torna-se fundamental interpretar corretamente o território para evitar o aprofundamento das assimetrias geográficas que agravam as desigualdades sociais e a diferença de oportunidades nas comunidades africanas (Castro, 2019, p. 426). O turismo por ser uma atividade com capacidade para conciliar os confrontos e as assimetrias, implica também que se tenha noção na sua conexão com a cultura do seu poder “destrutivo” se não forem equacionadas devidamente as externalidades negativas, entre elas a sobrecarga dos lugares. “Os estrangeiros não se incomodam em fotografar onde é proibido, subir nos altares, nos túmulos e monumentos e escrever em estátuas” (Krippendorf, 2009, p. 106).

O visitante traz dinheiro, mas também pode desrespeitar os símbolos e a história locais. O turismo ao se transformar numa grande indústria mundial induz a maioria dos países, principalmente aqueles em via de desenvolvimento, em mergulhar numa onda turística em que se explora quase todos os espaços, histórias e atividades sociais, independentemente do seu simbolismo e sacralização (Castro, 2019). Tudo para agradar o visitante em nome de propósitos exclusivamente economicistas.

A valorização identitária de África através do turismo significa desenvolver projetos que têm como foco o africano, o autóctone, o residente. Os planos de desenvolvimento turístico só podem ter aplicabilidade e sucesso se for para reforçar a qualidade de vida dos residentes, de modo que estes tenham algum controlo dos meios de produção e sejam também consumidores turísticos. Os cenários degradantes de fiéis servidores de apetites dos visitantes, muito ajustados às feições neocolonialistas apreciadas noutras geografias, em nada dignificam África.

Se abordado numa perspectiva horizontal, o turismo contribui para uma maior integração e complementaridade de atividades porque os investimentos no setor são caracterizados em grande medida por micro e pequenas unidades produtivas, com prestações fragmentadas sem exigência de elevados recursos financeiros (Castro, 2019; Cunha, 2013). Essa particularidade faz com que o turismo esteja melhor colocado para aliviar a pobreza no continente africano, pois permite

alcançar melhor desempenho económico e melhor distribuição da riqueza, ao transferir com mais facilidade o rendimento dos mais ricos para os mais pobres.

Mas os africanos precisam interiorizar que nem todas as localidades devem ser convertidas, irremediavelmente, em destinos turísticos. Existem lugares e patrimónios das populações que são sagrados para o culto das divindades ou para a reverência aos ancestrais, cujo acesso a estranhos é no mínimo um sacrilégio. É preciso evitar que a pobreza material subjogue os valores intangíveis e a espiritualidade dos povos. É preciso evitar que o dinheiro compre a dignidade. Por outro lado, de acordo com Toselli (2019, p. 344), é preciso empregar instrumentos relevantes de avaliação e diagnóstico que permitam aferir se uma localidade possui potencial para o desenvolvimento do turismo, cuja aplicação permite tomar melhores decisões.

Portanto, o turismo estimula a economia e o desenvolvimento local, é dos principais instrumentos de revitalização das cidades e dos territórios deprimidos. Possui inesgotáveis propostas para o reforço da memória coletiva, da valorização da cultura e dos patrimónios e da reconstrução de identidades. No entanto, é necessário que os poderes públicos em África fomentem instituições democráticas inclusivas, públicas e privadas, que possam otimizar os recursos disponíveis, as competências e os mecanismos de criatividade e inovação para o desenvolvimento das populações (Acemoglu & Robinson, 2013).

Os vários aspetos da atividade turística que promovem mais-valias nos territórios e garantem a melhoria da qualidade de vida das populações devem ser os primeiros na hierarquia de importância e prioridade. O paradigma de intervenção dos atores do setor tem de mudar para que haja democratização dos benefícios ao invés da habitual privatização dos lucros. Assim o turismo tem condições para ser um verdadeiro vetor de coesão social e expressão de identidade cultural em África.

### **Considerações finais**

A primeira ilação a retirar desta reflexão é de que o turismo, enquanto atividade que privilegia a busca pelo desconhecido e a descoberta, alimenta as pessoas com novas experiências através da realidade produzida, sobretudo a das manifestações culturais dos povos. A produção dessa realidade germina o desejo, cria a necessidade e provoca a motivação de viagem. Foram as amostras de expressão cultural e civilizacional da antiguidade, reavivadas no renascimento europeu, que produziram a necessidade e a motivação de viagem da nobreza inglesa, apadrinhando o surgimento do turismo como a indústria da atratividade e do acolhimento.

A segunda ilação é sustentada na condição incontornável do turismo em África dever ancorar-se na cultura, reconstruindo e reconfigurando identidades, num

contexto universal de hibridação cultural. A filosofia *ubuntu* das comunidades africanas dispõe de valores que o turismo do continente deve apregoar. O espírito de alteridade e o multiculturalismo subjacentes nesta filosofia sustentam as dimensões ambientais, socioculturais e económicas que África deve apresentar aos seus visitantes.

A última ilação é um alerta para os perigos da conexão entre a cultura e identidades africanas com o turismo, por este ser um consumidor intenso de espaços territorializados. Não obstante a grande capacidade conciliadora e aglutinadora do turismo, a sua conexão com a cultura não está imune a “forças destrutivas” que precisam ser acauteladas para minorar os seus malefícios. É imperativa uma mudança de paradigma dos decisores africanos para uma abordagem altruísta, conforme aspira a Agenda 2063 da UA, para que África construa a sua própria narrativa e que as mais-valias geradas pelo turismo melhorem a qualidade de vida das suas comunidades.

## Referências

- Acemoglu, D. & Robinson, J. (2013). *Porquê falham as nações* (10ª ed.). Lisboa: Círculo de leitores.
- Burns, P. & Novelli, M. (2006). *Tourism and social identities. Global frameworks and local realities*. Amsterdam: Elsevier.
- Comissão da União Africana. (2013). *Agenda 2063. A África Que Queremos*. Addis Abeba: União Africana.
- Bursztyn, I.; Bartholo, R. & Delamaro, M. (2009). Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In R. Bartholo, D. Sansolo, & I. Bursztyn. (Orgs.), *Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 76-91). Rio de Janeiro: Letra e imagem.
- Castro, B. (2019). *Património cultural e a reabilitação urbana. Um caminho para o desenvolvimento do turismo em cidades históricas. A especificidade do Dondo*. Lisboa: Lisbon International Press.
- Cunha, L. (2013). *Economia e Política do Turismo* (3ª edição). Lisboa: Lidel.
- Diop, D. (2012). África: Passado e Futuro da Humanidade. In M. Makgoba (Org.), *Renascença Africana. A Nova Luta* (pp. 37-44). Lisboa: Pedago.
- Figueira, V & Dias, R. (2011). *A responsabilidade social no turismo*. Lisboa: Escola.
- Goeldner, C. & Ritchie, B. (2006). *Tourism Principles, Practices, Philosophies* (10ª edição). New Jersey: John Wiley & Son.
- Harari, Y. (2018). *Sapiens: História Breve da Humanidade* (16ª edição). Amadora: Elsinore.
- Harvey, D. (2011). *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. Lisboa: Bizâncio.
- Krippendorf, J. (2009). *Sociologia do turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens* (2ª Edição). São Paulo: Aleph.

Makgoba, M.; Shope, T. & Mazwai, T. (2012). *Introdução*. In M. Makgoba (Org.), *Renascença Africana. A Nova Luta* (pp. 13-24) Lisboa: Edições.

Thiong'o, N. (1986). *Descolonising the mind. The politics of language in african literature*. Londres: James Curry.

Ntuli, P. (2012). O Elo em Falta entre a Cultura e a Educação. Estaremos ainda a Perseguir Deuses que não nos pertencem? In M. Makgoba (Org.), *Renascença Africana. A Nova Luta* (pp. 229-245). Lisboa: Pedago.

Prah, K. (2012). Renascença Africana ou Senhores da Guerra. In M. Makgoba (Org.), *Renascença Africana. A Nova Luta* (pp. 73-98). Lisboa: Pedago.

Richards, G. (2005). The scope and significance of cultural tourism. In Association for Tourism and Leisure Education and Research, *Culture and Tourism in Europe* (pp. 21-38). Acedido de <http://www.atlas-euro.org>.

Sardo, A. & Estevão, J. (2012). O turismo cultural como maximizador dos benefícios económicos do turismo. In R. Jacinto (Coord.), *Patrimónios, Territórios e Turismo cultural. Recursos, Estratégias e Políticas* (pp. 441-462). Lisboa: Âncora.

Taylor, C. (1998). A política do reconhecimento. In Epistemologia e Sociedade, *Multiculturalismo. Examinando a política do reconhecimento* (pp. 45-94). Lisboa: Instituto Piaget.

Teye, V. (2009). Tourism and Africa's tripartite cultural past. In D. Timothy & G. Nyaupane. (Eds.), *Cultural heritage and tourism in the developing world: a regional perspective* (pp. 165-185). New York: Routledge.

Toselli, C. (2019). Turismo, patrimonio cultural y desarrollo local. Evaluación del potencial turístico de aldeas rurales en la provincia de Entre Ríos, Argentina. *Revista Pasos*, 17 (2), 343-361.

Urry, J. (2001). *O olhar do turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel.

Wilson, E. (2013). *A conquista da terra*. Lisboa: Clube do Autor.

Zaoual, H. (2009). Do turismo de massa ao turismo situado. Quais as transições? In R. Bartholo, D. Sansolo. & I Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 55-75). Rio de Janeiro: Letra e imagem.

Data de receção: 28/09/2022

Data de aprovação: 01/12/2022

# A reserva territorial dos aborígenes potiguaras do Brasil: um *locus* simbólico

*José Manuel Simões*

University of Saint Joseph  
Macau

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2023.44/pp.113-133>

## Resumo

Os vários volumes coordenados por Pierre Nora para perseguirem uma história dos lugares da memória da França tornaram-se em referência teórica multidisciplinar para quem, como nós, procura reconstruir as memórias com que se organiza hoje a terra dos aborígenes Potiguara do Brasil. Na introdução ao volumoso trabalho que dirigiu durante oito anos, Nora explicava o seu entendimento epistémico da noção de “lugares da memória”, sublinhando que um “*lieu de mémoire*” é qualquer entidade significativa que, material ou imaterial por natureza, através da vontade humana ou do desgaste do tempo, se tornou um elemento simbólico da herança memorial de uma comunidade. Acrescentava ainda o historiador francês que, sendo a memória a estrutura fundamental deste processo geralmente demorado, convinha entendê-la como um fenómeno de emoções e magias que apenas acomoda os factos que a alimentam. Em rigor, a memória é sempre vaga, remanescente, agita tanto impressões gerais quanto finos detalhes simbólicos. Mais ainda, a memória é sempre vulnerável a transferências, recordações reprimidas e imaginadas, a censuras e a todo o tipo de projeções. (Nora, 1984). Neste artigo, procuramos perceber que os lugares da memória são também quase sempre o que nos chega, fica e selecciona o passado. A própria reserva onde vivem surge como um *locus* simbólico ao qual os potiguaras se agarram com todas as suas forças para preservarem o que lhes resta do seu passado.

**Palavras-chave:** aborígenes Potiguara, lugares de memória, reconstrução das memórias, censuras, *locus* simbólico, preservar o passado.

## Abstract

The various volumes coordinated by Pierre Nora to pursue a history of the places of memory in France have become a multidisciplinary theoretical reference for those who, like us, seek to reconstruct the memories with which the land of the Potiguara aborigines of Brazil is organized today. In the introduction to the voluminous work that he directed for eight years, Nora explained his epistemic understanding of the notion of “places of memory”, stressing that a “*lieu de mémoire*” is any significant entity that, material or immaterial in nature, through a human will or the wear and tear of time, has become a symbolic element of a community’s memorial heritage. The French historian also added that, since memory is the fundamental structure of this generally lengthy process, it was convenient to understand it as a phenomenon of emotions and magic that only accommodates the facts that feed it. Strictly speaking, memory is always vague, and reminiscent, stirring both general impressions and fine symbolic details. Furthermore, memory is always vulnerable to transference, repressed and imagined memories, censorship, and all kinds of projections. (Nora, 1984). In this article, we try to understand that the places of memory are also almost always what comes to us, stays, and selects the past. The reserve where they live appears as a symbolic locus to which the Potiguara aborigines cling with all their strength to preserve what remains of their past.

**Keywords:** Potiguara aborigines, places of memory, reconstruction of memories, censorship, symbolic locus, preserving the past.

## Introdução

A reivindicação de regresso a uma terra mítica ancestral concorre para edificar um dos primeiros e mais estruturantes lugares da memória dos Potiguara, funcionando também política e utilitariamente para plasmar as reivindicações de reserva territorial.

Os potiguaras, sobretudo caciques, pajés e curandeiros, falam propositada e exacerbadamente da sua reverência e do seu respeito singular à terra, sublinhando mesmo uma certa ideia primária ontológica de que o próprio sentido das suas vidas depende completamente do bom relacionamento com os outros e com a natureza, significando precisamente esta associação o que designam por *reserva*, ou seja, *a própria terra*.

Logo, mais do que lugar físico, os Potiguara procuram reinventar um *locus* sobretudo simbólico, conquanto também político e económico, em que se faria o resgate da sua história finalmente vazada em terra, mesmo quando essa terra é rigorosa, formal e juridicamente uma reserva.

Paradoxalmente, a ideia de reserva como regresso à terra prometida e mítica não deixa de caucionar todo o processo de longa duração de submissão dos Potiguara ao asilo colonial, ontem, e à reserva de terra indígena, hoje.

Os mais velhos, os seus caciques, pajés e curandeiros, sublinham que, ainda há poucos anos, os Potiguara relacionavam-se com a *terra* como se ela fosse realmente uma mãe, explicando ainda que, obviamente, andavam descalços e pisavam intimamente o solo que consideravam sagrado, a natureza tranquilizava-os, revigorava-os, purificava-os, acreditavam que até os curava de todos os males físicos e espirituais. A terra conferia-lhes uma força vital, permitia-lhes pensar com mais profundidade, penetrar nos mistérios da criação, aproximar-se de outras formas de vida.

Para comprovar os valores desta reatualizada memória do mito do “bom selvagem”, os anciãos Potiguara esclarecem ainda que o homem distante da natureza se torna duro, deixa de respeitar a natureza e as diferentes culturas, pelo que, em consequência, deixa também de respeitar os outros seres humanos.

Mais dramaticamente, este discurso sobre o *locus* simbólico da sua indianidade sublinha ainda mais dramática e conclusivamente que os Potiguara não apenas perderam parte da sua terra, perderam também a sua “natureza”. É a própria natureza dos Potiguara, o seu *Ser* diferente que estaria irremediavelmente ameaçado. Quem seriam os culpados? A nossa velha informante Dona Joana, entretanto falecida, responde em nome da comunidade – em rigor, das lideranças e dos mais influentes –, deixando no ar a dúvida se seriam os brancos os responsáveis pela destruição da sua terra, pela dissolução da natureza e do ser Potiguara:

“Agora, os aborígenes já não são como eram. Os mais novos já não se interessam pela nossa cultura porque preferem as coisas que vêm de fora. Antigamente eram fortes e saudáveis, bebiam água pura e não queriam cachaça de cana-de-açúcar, comiam carne de caça que abundava. Estamos a perder tudo. Até a nossa cultura e as nossas raízes eles querem trocar pela dos outros”.<sup>1</sup>

Este discurso, em que, mesmo que indirectamente, se acusa a chegada do branco como o grande responsável pela mudança de comportamento dos Potiguara, tornou-se também dominante e se verteu nas mais variadas estratégias de demagogia, populismo e competição política, passou a incorporar arranjadamente esse outro discurso académico, sobretudo historiográfico e antropológico, acusando mais do que investigando o que se tem vindo a fixar como o genocídio colonial das populações ameríndias do Brasil.

O que é, na verdade, uma evidência dramática que não pode ser esquecida pela investigação, constituindo um dos mais importantes processos sociais, económicos, culturais e religiosos de longa duração na formação do Brasil. No entanto, não são fáceis de identificar rigorosamente os factores, a extensão e os diferentes agentes responsáveis por esse genocídio que matou e deslocou milhares e milhares de aborígenes brasileiros desde meados do século XVI, reduzindo dramaticamente os efectivos populacionais, transformando culturas e asilando em aldeamentos os sobreviventes. Ao lado da ocupação militar violenta, da brutalidade dos colonos, do escravismo e da exploração movimentam-se outros factores profundos de morte e mudança: doenças desconhecidas pelos ameríndios, alterações da paisagem, modificações económicas e novas formas de organização, relacionamento e hierarquização sociais.

Factores importantes de mudança, mas também de mortalidade, infelizmente pouco documentados e estudados com rigor quantitativo e qualitativo. Naturalmente, os Potiguara não se interessam pelas subtilezas teóricas e metodológicas da história científica, preferindo com bastante maior simplicidade e alguma ligeireza destacar a ideia dura de genocídio, concomitante com o da sua colectiva vitimização e exorcação como o único lado verdadeiramente bom e inocente da história do Brasil.

Os líderes políticos Potiguara foram, assim, edificando nas últimas décadas um discurso ideológico progressivamente mais consensual associando causalmente o seu *locus* simbólico de uma terra natural, matriarcal e mítica que era originalmente sua ao da ideia imagetivamente muito mais forte de uma “terra sangrenta”, palco dos piores genocídios e violências coloniais que governos e autoridades brasileiros só podem mesmo resgatar.

---

1. Entrevista concedida por Dona Joana, da Aldeia Galego, a 5 de Dezembro de 2007.

A incorporação destas ideias ajudou a reivindicação sobre a terra que não seria apenas uma vulgar reivindicação política ou económica, mas representaria o definitivo resgate e a redenção de toda a história do Brasil, da própria ideia mesmo de Brasil, oferecendo ainda ao “branco” uma derradeira oportunidade de catarse e expiação pelos crimes continuados cometidos contra a terra inocente e a natureza pacífica dos Potiguara, pese embora todos os nossos informantes, com Raqué, ex-cacique geral da tribo, à cabeça, gostarem de recordar quanto os aborígenes potiguara eram bravos e valentes, resistindo forte e heroicamente às sucessivas campanhas militares portuguesas pela conquista e pacificação da capitania da Paraíba.

Estas ideias, imagens e discursos não têm, natural e justificadamente, qualquer ligação rigorosa ao passado histórico pré-colonial e colonial dos Potiguara, esquecendo as suas divisões e o quanto a ocupação militar e colonização económica portuguesas da região devem a alianças com outros aborígenes e ao apoio de milícias Potiguara. Ideias, imagens e discursos são rigorosamente lugares da memória, reminiscências desfocadas de um passado histórico abreviado e selecionado para destacar uma memória da terra que é discurso político e manifestação cultural do presente com a vantagem de poder convocar as mais variadas obras e autoridades académicas.

Num livro que se tornou célebre, publicado em 1988, o reputado antropólogo brasileiro Mércio Pereira Gomes procurava fazer um balanço da política indigenista colonial debaixo da categoria forte de “holocausto”, sublinhando que Portugal manteve uma política indigenista que, oscilando entre os interesses da Coroa, dos colonos e os dos jesuítas, centrava-se na questão da apropriação da terra e da exploração de mão-de-obra indígena, obrigando a:

“estabelecer entendimentos com os povos indígenas e formular políticas indigenistas porque a sua experiência contemporânea na África do Norte e na Ásia foi passada para o Brasil, sem grandes modificações e, em vários casos, contando com capitães e conquistadores transferidos da Ásia para o Novo Mundo”. (Gomes, 1998)

Estas ideias gerais ficaram (as categorias de genocídio e holocausto dos ameríndios brasileiros passaram rapidamente para o discurso reivindicativo dos próprios aborígenes e de muitos em seu nome...), instalaram-se nas academias e Universidades, cada vez mais confortável e normativamente, fazendo mesmo esquecer aquela que era a mais importante contribuição da obra de Mércio Gomes: ter conseguido provar que, desde a década de 1950, os aborígenes brasileiros sobreviventes tinham invertido a curva de declínio demográfico, voltando as suas populações a crescer sustentadamente.

Em rigor, também os Potiguara com quem vivemos e sobre quem investigamos fazem maioritariamente parte desta geração fruto do crescimento demográfico em evidente conexão com a melhoria das condições de vida e reprodução das populações índias do Brasil. Numa palavra, são filhos da modernização e industrialização do Brasil que gostam também de contestar e acusar pelas perdas irremediáveis da sua terra e da sua cultura.

Seja como for, o antropólogo referencial que ainda é Mércio Gomes tornou-se rapidamente político. Primeiro, subsecretário de *Planejamento da Secretaria Especial de Projetos e Educação*, dirigida pelo ainda mais famoso político e antropólogo Darcy Ribeiro no Governo do Rio de Janeiro, entre 1990 e 1994, depois tornando-se por convite pessoal de Luiz Inácio Lula da Silva um dos mais referenciais presidentes da FUNAI, de 2003 a 2007. Durante esta presidência, o antropólogo-político autorizou a criação de 66 novas Terras Indígenas (TI), incluindo as reservas potiguaras de Monte-Mór e do Novo Mundo/Viração. Mais importante ainda, a obra e ação política de Mércio Gomes fundiram definitivamente investigação e reivindicação, não apenas autorizando, mas oficializando mesmo tanto a sua visão do holocausto colonial quanto a sua perspectiva indigenista da história e antropologia brasileiras.

Os Potiguara de hoje são herdeiros deste discurso académico que se tornou na política indígena oficial do Brasil. Acreditam no seu direito sagrado, agora também oficializado, à sua terra que, dizem e cantam, foi criada com a ajuda do sol e que, por conseguinte, é intocável. Por isso, as demarcações das propriedades são tomadas como uma aberração do *homem branco*.

A forma mais eficaz de lutar contra o branco, pensavam os Potiguara, era unirem-se, exigirem direitos iguais sobre a terra, não a poderem vender, nem aos elementos da tribo e muito menos a pessoas de fora, apontando que os brancos não se interessavam com a sorte dos aborígenes pois só queriam saber da sua vontade e do que lhes convinha.

Com o passar dos anos estas ideias foram-se diluindo, as terras dos Potiguara tornaram-se reserva e asilo. A destruição da mata levou ao fim da caça, as aldeias não indígenas foram-se aproximando da terra Potiguara, o entendimento entre os próprios índios e entre estes e os não índios passou a ser cada vez mais difícil de conseguir. A especulação imobiliária em torno das praias da Baía da Traição aumenta todos os anos e chegou já às fronteiras da reserva Potiguara.

Nestas condições de profundas transformações económicas, sociais e culturais é cada vez mais difícil manter uma *praxis* dessa mítica ideia de uma terra-natureza Potiguara, definitivamente subsumida em lugar da memória, em *locus* simbólico. Esse *locus* tem atualmente um espaço cultural e simbólico privilegiado no terreno

do toré do Dia do Índio, o *ouricouri* na aldeia de São Francisco que é sempre agitada como a aldeia étnica e culturalmente mais tradicional, o coração da terra Potiguara. Por isso, a competição política pelo controlo do *ouricouri* tornou-se mais tensa e distribui as diferentes estratégias de controlo da identidade, distinguindo índios “puros” e “misturados” e ambos dos “particulares”.

### **A terra como economia e conflito**

Este processo de entendimento simbólico e de competição política pela apropriação do *locus* Potiguara é também resultado de um demorado processo de transformações económicas e industriais do mercado local, regional e nacional da terra, da propriedade. É um longo processo económico e um muito longo processo social pautado pelo conflito. Um processo histórico, político e atual que continua a constituir um dos maiores problemas e desafios para o desenvolvimento social do Brasil que agora quase todos querem sustentável, pese embora as suas insanáveis contradições. Um processo histórico, económico, social e político marcado por uma profunda violência, mais ainda quando é observada a partir das comunidades e espaços locais. Uma violência que persiste assim não apenas nessas imagens quotidianas de guerras nas favelas do Rio de Janeiro, mas que se afigura quase endémica em muitas terras do interior do Brasil.

A violência praticada hoje, sobretudo contra as comunidades indígenas na Amazônia, é uma realidade. Violência levada a cabo pelo capital agrário e multinacional que ataca sem piedade as terras indígenas, ataca, divide e manipula os caboclos, os posseiros, os trabalhadores rurais. No bojo desta violência está, na opinião de um dos grandes especialistas brasileiros contemporâneos em estudos do desenvolvimento, Carlos Minc Baumfeld, a expropriação de terra e a sujeição, exploração e mobilização de uma mão-de-obra tão servil quanto barata:

“Além da violência para expropriar a terra e da repressão para sujeitar o trabalho, grandes grupos estão praticando um genocídio contra as nações indígenas, invadindo, matando, utilizando formas diversas de transmitir-lhes doenças, e o pior: jogando os posseiros contra os índios, na mais perversa forma de provocar luta entre oprimidos, para abrir caminho. Essas práticas variam: por vezes, os posseiros vão sendo expulsos, cercados, e lhes “oferecem” como via de retirada, uma reserva indígena. (...) Há casos em que posseiros e capangas recebem armas e dinheiro para “abrir caminho” nas terras indígenas, em troca de promessas de propriedade futura, que nunca se cumprem. Uma outra forma de violência, que já existia, mas que hoje alcança uma escala até há pouco tempo inimaginável, é a destruição da nossa fauna e flora.” (Baumfeld, 1984).

As terras Potiguara, apesar de legalmente demarcadas desde o Decreto-Lei nº 88.118, de 23 de Fevereiro de 1983, não escapam a estes processos de concorrência económica em que se decide o mercado da terra e as estruturas fundamentais da industrialização e desenvolvimento local. As terras da reserva Potiguara,

sobretudo fora das 32 aldeias, estão a ser progressivamente tomadas pela grande “usina” que explora e industrializa a cana-de-açúcar. A proliferação da cana levou a que se derrubasse a floresta em escala massiva, provocando repetidos casos de roubo de madeiras e contínuas invasões que resultaram no apossamento ilegítimo de terras pertença da reserva legalmente demarcada para os Potiguara.

Agravadas ainda pelo facto do gado invadir áreas de plantio, estas ocupações multiplicaram os conflitos políticos e sociais. Os Potiguara numa acusação agora mais actualizada, mas não menos histórica, acusam a fábrica, acusam a industrialização, acusam a modernização económica de lhes roubar a terra, a natureza e o ser. Em contraditório contraste, são escassos os Potiguara que acusam as indústrias do turismo, apesar do seu impacto profundo nas transformações culturais e económicas das formas de vida e trabalho dos Potiguara.

Infelizmente, os muitos casos de invasões das terras indígenas não são um problema específico da reserva dos Potiguara, mas questão recorrente em praticamente todas as reservas indígenas brasileiras. O antropólogo Alfredo de Almeida aponta em artigo informado a dimensão geral deste processo, mobilizando as mais variadas actividades e investimentos económicos:

“Fazendas de actividades agropecuárias têm sido apontadas como invadindo as reservas dos Krikati e dos Guajajara (MA), dos Xikrin do Cateté e o sul do Parque Kayapó (PA). Garimpos e empresas de actividades mineradora têm invadido a reserva delimitada para os Xikrin do Bacajá, as áreas Gorotire e Kikretum (PA) e a reserva dos Urubu-Kaapor (MA). Empresas madeireiras têm invadido o Parque Kayapó, a reserva dos Tembé, no Alto Rio Guamá, dentre outras. A acção de órgãos governamentais tem contribuído para quebrar o dispositivo legal de inviolabilidade dos territórios indígenas (Lei nº 6.001/73)”. (Almeida, 1984)

Nesta perspectiva, somam-se ao fundo económico opções políticas acusando os sucessivos governos brasileiros e os seus agentes, o que no caso dos territórios indígenas quer sempre dizer irremediavelmente a FUNAI, mesmo quando dirigida por reputados antropólogos defensores das mais sofisticadas políticas e educações indigenistas. O futuro dos territórios indígenas do Brasil estaria em causa, denunciando Almeida que:

“o propósito de se deixar para um momento posterior a demarcação das reservas indígenas, privilegiando-se a ordenação de áreas contíguas e limítrofes, parece não se justificar mediante a intensidade dos conflitos e das acções de apossamento ilegítimo de parte substancial das reservas. Impõe-se uma definição legal e uma garantia efectiva dela decorrente (...). A demanda por terras e as “tensões sociais e conflitos”, que a acção governamental pretende regular, aparecem, neste contexto, coladas às próprias indagações sobre o destino dos territórios indígenas”. (Almeida, 1984)

Para estas concepções muito disseminadas nos meios políticos e académicos brasileiros, propondo sempre a produção de mais uma outra lei para resolver os

conflitos que leis anteriores não avisaram, os territórios indígenas apenas poderiam ser protegidos sendo ainda mais reservados. Será que os Potiguara através dos seus líderes querem hoje ainda mais asilo e um retorno isolado ao que julgam ser as suas terras originais?

### **A terra política**

Em 2002, a escolha do índio Caboquinho como cacique geral foi recebida com entusiasmo. O novo líder passava a integrar as chefias políticas Potiguara na *Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo* (APOINME) e no *Conselho de Articulação dos Povos Indígenas no Brasil* (CAPOIB), dando muito maior circulação política e visibilidade mediática aos Potiguara e às suas reivindicações.

De seu nome de baptismo António Pessoa, Caboquinho chegou ao lugar de cacique geral apoiado num continuado discurso político em defesa da terra e da cultura Potiguara que afirma convicto ser ancestral. Defendendo o estudo do tupi nas escolas da reserva e um maior investimento no artesanato tradicional, Caboquinho é ainda portador de um renovado discurso político autorizando sem prejuízos culturais de maior a adaptação dos Potiguara ao novo mundo económico e social do Brasil, o que não lhe parece incompatível com as suas tradições,

“porque, apesar de hoje em dia alguns índios vestirem calças e até usarem celular, a gente irá sempre permanecer Potiguara. Isso não quer dizer que temos que continuar para sempre a viver em ocas e em casas de palha. Hoje existem vários índios intelectuais, há índios deputados da Assembleia da República, índios que são Prefeitos Municipais, Vereadores, Advogados e Médicos e que nunca deixarão de ser índios”.<sup>2</sup>

O discurso político de Caboquinho consagrou esta ideia de uma modernidade tolerada porque subsumida no respeito pela tradição, pela terra e pela identidade Potiguara. Apesar deste discurso adaptacionista estar longe de recolher unanimidade, funciona como uma espécie de última reserva cultural explicada com esta sequência solene:

“cortaram os nossos galhos, tiraram os nossos frutos, cortaram até o nosso cale. Esqueceram-se, porém, de cortar algo de muito importante, que foram as nossas raízes, essas das quais nascemos, crescemos, e que nunca poderão ser cortadas”.<sup>3</sup>

---

2. Entrevista concedida pelo chefe geral da reserva dos Índios Potiguara, Caboquinho, a 20 de Dezembro de 2017.

3. Dito popular referido em entrevista concedida pelo chefe geral da reserva dos Índios Potiguara, Caboquinho, a 20 de Dezembro de 2017.

Estas raízes são agora uma pequena constelação de lugares da memória que deixou de impedir a continuada alteração política, económica e social das terras mesmo da reserva Potiguará. A começar por mudanças profundas nos ecossistemas e paisagens. Ao mesmo tempo que praias e zonas litorâneas se encontram definitivamente tomadas pelo turismo de veraneio e pela especulação imobiliária, outras zonas naturais correm o risco de desaparecer rapidamente, como é o caso da milenar Lagoa do Mato que está a começar a secar.

O índio Jano explica que “isso acontece por causa dos desmatamentos e do aquecimento global. Esta lagoa tinha um lençol freático que ia daqui até à Praia do Tambá, a uns dez quilómetros de distância, que secou porque a chuva tem vindo a diminuir e porque os desmatamentos se sucedem sem controlo”<sup>4</sup>. Este tipo de explicações em que já se instalaram os grandes debates da globalização como as alterações climáticas não perdoam sequer os próprios Potiguará.

O nosso informante Jano não esconde mesmo que “os responsáveis por esta situação foram os índios que, incentivados pelos usineiros para plantarem cana-de-açúcar e para fazerem casas de taipa, começaram a cortar as árvores e a destruírem a floresta, pelo que, com o passar do tempo, se chegou a esta situação precária”.<sup>5</sup>

A solução que adianta para proteger as terras potiguaras não é, porém, original, voltando a sugerir nova bateria de leis, desta vez devidamente “severas”, visto que “o usineiro não devia entrar no nosso território pois, com o tempo, o seu grande objectivo é apoderar-se das nossas terras, o que não é bom, nem para nós nem para a natureza, pois ele é o principal responsável pelo desmatamento. Chega de mansinho e depois torna-se no principal devastador”.<sup>6</sup> Esta situação de forte pressão económica apenas poderia ser eficazmente contrariada com ainda mais autoridade indígena e governamental obrigada a

“prestar mais atenção a esta questão e cuidarem melhor do meio ambiente e da floresta, pois a plantação de cana está a, crescentemente, prejudicar a população e a natureza. Por outro lado, a usina, que foi instalada nas imediações do território, tem uns tanques que são insuficientes para guardar a calda, pelo que acabam por transbordar até aos rios, matando os peixes, nossa principal fonte de alimentação”.<sup>7</sup>

Voz razoavelmente independente, acreditando-se informado e ainda mais opinativo, Jano não é dos que se limita a acusar sempre e por tudo a FUNAI, não concorda sequer que haja na questão da terra convivência entre os índios e a FUNAI,

---

4. Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2017.

5. Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2017.

6. Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2017.

7. Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2017.

até porque “os usineiros não procuram a FUNAI mas as lideranças indígenas, que conseguem aliciar, começando por plantar em pequenas quantidades que vão aumentando até volumes enormes. Com o tempo vão-se fixando, acabando por nunca mais quererem sair das nossas terras”.<sup>8</sup> A verdade é que, nos últimos anos, em redor das aldeias Potiguara, centenas de hectares de floresta foram sendo substituídos pela cana-de-açúcar, alterando completamente a simbiose entre terra e índios. Segundo o nosso muito bem informado Jano

“aproximadamente uns dez mil hectares de floresta desapareceram na última década do nosso território para darem lugar à plantação de cana-de-açúcar, o que prejudica a comunidade, polui o nosso meio ambiente, e não traz benefícios para os índios. Para o não-índio, que gosta muito de trabalhar na cana, pode ter vantagens, mas para o Índio só traz prejuízos pois acaba com o seu bem mais precioso, a floresta. E Índio que é Índio não aceita derrubar a floresta”.<sup>9</sup>

Tentando comprovar estas palavras, Jano trata de acusar um “branco” que comparece nesta história duplamente como grande explorador (em rigor, bastante pequeno...) e bode expiatório. Numa das comunidades Potiguara, a da Aldeia Galego, um branco, conhecido por Beto do Mamão, que casou com uma índia, já derrubou cerca de 14 hectares de floresta para plantar cana-de-açúcar. Jano acusa-o com dureza:

“Isso prejudicou muito os índios. Ele começou por derrubar a floresta para plantar batata-doce, inhame, feijão, o que dava emprego aos índios, mas com o tempo acabou por substituir estas plantações pela de cana-de-açúcar o que fez com que haja cana demais e trabalho de menos”.<sup>10</sup>

Os conflitos estalaram. Contra esta política de desmatamento, um grupo de potiguaras juntou-se para tentar parar o crescimento da plantação de cana. Liderados pelo cacique Severino Fidélis foram procurar colocar em prática a área delimitada pela FUNAI para a sua reserva. Tendo Beto do Mamão ultrapassado completamente os limites que estava autorizado a explorar, Jano explica que, em consequência, “nós fomos obrigados a destruir tudo o que ele tinha plantado para além da área definida”.<sup>11</sup>

Recorde-se que, na definição política legal das terras indígenas da reserva Potiguara, cada índio tem direito a plantar, no máximo, dez hectares de terra, enquanto o “Beto do Mamão queria chegar aos 20”.<sup>12</sup> Apanhou com os (alguns)

---

8. Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2017.

9. Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2017.

10. Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2017.

11. Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2017.

12. Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2017.

Potiguara em cima, como nos informa com indisfarçado orgulho de líder valente Jerónimo Carvalho, hoje a residir em Portugal:

“Cheguei lá com a turma e vimos que quatro índios, contratados por esse branco, estavam a plantar para além dos limites estabelecidos. Mandámos eles parar mas não obedeceram. Fomos assim obrigados a colocar fogo nas canas que estavam cortadas e preparadas para serem plantadas. Depois que a gente foi lá e desenterrou a cana, mais ou menos dois meses depois eles retomaram a actividade. Nós voltámos e proibimos eles de novo de plantar. Com isso houve uma revolução entre a nossa turma e os que estavam de acordo com o processo de plantação desenfreada de cana”.<sup>13</sup>

Este tipo de conflitos confrontando e dividindo os Potiguara não se recolhe com facilidade. Como fomos destacando, o discurso dominante entre os nossos índios encontra-se largamente dirigido pelas suas lideranças políticas, tanto gerais como de aldeia, insistindo nessa mítica unidade da “nação” Potiguara e a sua arcana fixação a uma terra original. Ao contrário, a sociedade Potiguara não existe, pura e simplesmente, enquanto tal e mostra-se muito mais dividida do que uma mera observação turística de rituais de toré e de produções artesanais poderia antever.

Mais ainda, a terra é hoje já não apenas tema de uma retórica da memória, mas vazou-se em problema económico, em conflito e luta política. A terra é definitivamente um *locus* da política dos e com os Potiguara. Por isso, este conflito concreto em torno das terras do Beto do Mamão acabou, como nos informa mais uma vez Jano, por se dirigir “à justiça comum. A questão é que essa justiça não resolve questões relacionadas com os índios. Esses assuntos são tratados na FUNAI e não nos tribunais civis”.<sup>14</sup>

Volta-se, assim, recorrentemente à FUNAI. Costas largas e vistas curtas parece ser a sua representação maioritária entre os nossos índios Potiguara, à semelhança do que acontece com as outras reservas indígenas brasileiras. Jano é uma excepção. Defende mais a FUNAI e menos a sua “tribo”. Reconhece os esforços e o voluntarismo da FUNAI em contraste com a codícia dos Potiguara a que pertence com orgulho, cada vez mais divididos e mobilizados como mão-de-obra proletária para a “usina” e trabalhadora para as plantações de cana-de-açúcar. Apoiando a FUNAI, Jano sublinha que

“a fundação do índio está no direito certo e, mesmo que haja fazendeiros a articularem os seus interesses dentro deste organismo, os índios continuam a ser defendidos no sentido de preservar a mata, os rios, preservar a terra para plantar mandioca, milho, feijão”.<sup>15</sup>

---

13. Entrevista concedida pelo Índio Jerónimo Carvalho a 22 de Agosto de 2019.

14. Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2017.

15. Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2017.

A transformação dos espaços de mata em terrenos agrícolas e industriais parece uma mudança inevitável, mais ainda quando são as próprias lideranças políticas dos Potiguara a reconhecê-lo, reconhecendo ao mesmo tempo a sua própria rendição económica e social a este processo. Assim, o muito influente cacique de São Francisco que é o nosso Djalma da Silva, não deixa de esclarecer que ele mesmo se viu obrigado, como quase todos os outros, a render-se à produção da cana-de-açúcar. Falando com sinceridade, o velho Djalma recorda-se que,

“antigamente não existia plantação de cana na reserva. Depois que essa usina veio para aí, todo o mundo passou a plantar cana. Eu mesmo arrendei a terra do nosso povo para esse fim. Vi os meus irmãos fazendo isso e, como sou pai de 15 filhos, 12 deles vivos, e avô de 27 netos, tinha que trabalhar. Se os meus irmãos trabalhavam na cana eu tinha que trabalhar também. Foi por isso que passei a arrendar terra. Eu sei que errei. E é um grande erro. Um erro que não foi só meu mas de todos os meus parentes das aldeias. Dessa forma, todas as nossas aldeias se encontram tomadas pela cana-de-açúcar. Essa usina negocia com cada um de nós, sendo eles os responsáveis por trazerem o dinheiro até à gente. No início ainda davam qualquer coisa. Depois, foram baixando, baixando, até que, o ano passado, quando nos pagaram a cana de 2006, só nos deram 37 reais, sendo que hoje já está a 15 reais e 50 centavos. Foi um erro termos destruído a nossa floresta para plantar cana. A gente não podia ter feito isso porque a nossa cultura não é essa mas sim a de trabalhar na roça, na agricultura, plantando macacheira, batata, inhame, banana, milho, feijão, melancia, inhame. O problema é que, até agora, nunca tivemos uma ajuda financeira vinda directamente do Governo Federal para a FUNAI em João Pessoa. Para lhe dar um exemplo, este ano a FUNAI não mandou rigorosamente nada para a gente. Até as sementes que mandavam anualmente, este ano não chegaram”.<sup>16</sup>

A verdade é que este debate sobre a devastação continuada das matas da terra indígena Potiguara faz parte de um problema político mais vasto, entroncando nas próprias estruturas primárias do desenvolvimento económico do Brasil. Desde, pelo menos, 1984, que o Governo brasileiro foi definindo a produção e exportação de madeiras como uma prioridade económica importante, enquanto a maior parte das populações rurais do interior entendem a desmatção e a expansão dos terrenos agrícolas e industriais como uma necessidade económica urgente para a sua própria promoção social. A desmatção em favor do agrícola e do industrial colhe mesmo vários adeptos também entre os Potiguara.

O facto do Governo brasileiro ter permitido que a *usina* se instalasse junto às terras dos Potiguara redundou, é certo, na quase completa destruição da mata, mas multiplicou empregos e outras oportunidades económicas que foram agarradas por alguns índios a quem não chega a assistência social governamental através da FUNAI. Descobre-se, assim, um tema mais complicado e enredado do que se poderia pensar a partir das declarações políticas que se querem evidentes sobre o

---

16. Entrevista concedida pelo cacique de São Francisco, Djalma, a 28 de Novembro de 2017.

direito essencial dos Potiguara à sua terra mítica original. Trata-se mesmo de um problema geral como se esclarece em cuidado artigo sobre a política florestal brasileira da autoria de Roy Nash:

“Não se pode dizer que todas as matas, actualmente consideradas necessárias ou dignas de serem conservadas, assim o serão indefinidamente, mas são tão grandes as facilidades para a destruição das florestas, tão enormes as dificuldades para substituí-las e tão generalizada a crença do povo de que a devastação das matas constitui melhoramento necessário, que se torna imprescindível estabelecer limites florestais e protegê-los da maneira mais formal e rigorosa”. (Nash, 1984)

A situação política e económica não é diferente quando se passa da terra para o mar e se encontra essa larga faixa de transição que é o mangal, o *mangue*, que os Potiguara acreditam também ser parte da sua terra original. A devastação dos mangues multiplicou-se irremediavelmente nas últimas décadas, provocando o declínio dos rendimentos que os nossos índios foram tradicionalmente buscar a esta vegetação típica invadida pelas marés para aproveitarem as madeiras das suas árvores e apanharem caranguejo, siri e peixe.

Num movimento de desenvolvimento económico estruturalmente semelhante à transformação agrícola e industrial da mata, o mangue tem vindo a ser transformado em zona de viveiros em que se cria industrialmente camarão de água doce vendido à escala global. Muitos Potiguara encontraram emprego nesta outra industrialização, muito menos criticada pela retórica dos discursos políticos das lideranças indígenas actuais, mas alvo naturalmente da atenção de oposições e “independentes”. Jano, por exemplo, mostra-se especialmente crítico da destruição do mangue que considera destruir também a cultura Potiguara:

“Isto representa uma grande falta de respeito para com o meio ambiente, pois tirando a vegetação do mangue, o caranguejo acaba por desaparecer, o peixe foge e a gente fica perdendo a nossa cultura”.<sup>17</sup>

O nosso ex-cacique geral Raqué (e também Segundo), agora claramente situado na oposição política, não deixa passar a oportunidade que a questão do mangue lhe oferece para demonstrar, mais uma vez, a superioridade “técnica” dos seus conhecimentos e soluções políticas, devendo-se reconhecer, pelo menos, a sua original imaginação sempre tão fundamental na distribuição das promessas que fazem o bom político local:

“O que devia ser feito para salvar a cultura indígena era levar em frente um plano de construção de dois galpões de 100 metros cada um, para colocar dentro as sementes, o adubo, o tractor, o combustível.

---

17. Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2007.

Paralelamente, deveriam ser feitos dois barcos, cada um com quinze metros, para pescar, passar 15 dias no mar. \Ao regressarmos da faina tínhamos uma geladeira para colocar esse peixe que depois era distribuído por todas as aldeias. Assim os índios teriam a sua alimentação garantida, condição essencial para poderem ir trabalhar no roçado. Com a barriga cheia ele iria preservar melhor o meio ambiente. Esta era a forma de salvar esta reserva. Porque o nosso problema é que os nossos governantes nos ignoram e por consequência ignoram também o meio ambiente e a preservação da nossa reserva.”<sup>18</sup>

Apesar de se encontrar actualmente bem instalado na *situação*, o velho cacique Djalma parece concordar com a conclusão sempre avisada por bons argumentos e propostas políticas do nosso Raqué, arrematando toda esta discussão de matas e mangais, terras e FUNAI, com a frustrada verificação de que “se continuar desse jeito a nossa situação fica muito complicada. Porque eles devem ver que nós somos os primeiros habitantes do Brasil e que a nossa cultura deve ser preservada”.<sup>19</sup>

### **Lugares da memória, representações e poderes**

Antes de iniciarem os seus rituais os Potiguara pintam-se, traçam desenhos geométricos no rosto com tintas que extraem das sementes e plantas, debuxando pequenos sinais dirigidos aos seus “parentes”, árvores, pássaros e o que designam por homens, criando uma sorte de pintura mágica que asseguram repetir-se século após século. Estes rituais que hoje se decidem largamente na preparação e produção do toré deixaram definitivamente de possuir qualquer tipo de “forças mágicas” na apropriação e classificação do real e do social, vazando-se em exibição e comemoração.

Sobrevivendo cada vez mais através do consumo ditado por esses turistas que os vão visitar com o objectivo de verem com os seus próprios olhos estas gentes ainda exóticas no corpo e na sua decoração, nas danças e artesanatos responsáveis por fixar lugares da memória sujeitos a uma observação interessada exterior apenas aproximada em livros, filmes e, sobretudo, telenovelas que, como a “Muralha”, teatralizam o contacto colonial violento com as populações tupi-guarani espalhadas pelo Brasil pré-colonial. “A Muralha” parte de um romance de 1954 com o mesmo nome de Dinah Silveira de Queiróz, aparece como telenovela logo em 1961 produzida pela TV Cultura, depois em 1968 em produção da TV Exclesior e, mais tarde, em mini-série da responsabilidade da Rede Globo, em 2000. A sua influência na representação tópica dos índios tupi foi enorme, decidindo mesmo formas de representação, decoração e reminiscências que muito influenciaram as manifestações culturais das reservas indígenas brasileiras. Não

18. Entrevista concedida pelo ex-cacique geral das aldeias Potiguara, Raqué, a 16 de Novembro de 2007.

19. Entrevista concedida pelo cacique de São Francisco, Djalma, a 28 de Novembro de 2007.

se pode mesmo esquecer que “a Muralha” se transformou num dos grandes sucessos nacionais e internacionais da muito influente romancista que foi Dinah Silveira de Queiróz, tendo a obra sido originalmente publicada em folhetins na revista “O Cruzeiro” para comemorar os 400 anos da fundação da cidade de São Paulo. Por isso, o romance foi-se difundindo como histórico, concorrendo para construir uma importante tópica dos índios brasileiros, do corpo às práticas culturais, iluminando uma determinada encenação ainda dominante do índio tupi e da sua progressiva integração binária na sociedade colonial: pela violência de colonos e bandeirantes em concorrência com a palavra e a catequese dos aldeamentos missionários.

Muitas vezes, observam-se turistas a chegar à reserva e aldeias Potiguara quase de surpresa, vindos da praia. Nessas alturas, sempre se topa com uma criança local que corre para casa dos artesãos informando-os que têm que se preparar para oferecer uma cerimónia e apresentar o seu artesanato tradicional.

Só então os Potiguara fazem a sua metamorfose: se antes da chegada dos turistas vestem muito brasileiras camisas, t-shirts, calções, jeans mais as recorrentes sandálias de plástico, logo depois se pintam e vestem de acordo com o que acreditam ser esses tempos ancestrais. É esta metamorfose que os transforma, finalmente, em “verdadeiros” índios. Mas já não se trata sequer de uma metamorfose colectiva.

Apenas alguns progressivamente mais ligados à produção artesanal e à produção encenada desses rituais que querem arcanos e genuínos em torno do modelo do toré se pintam e revestem. Outros Potiguara vestidos como todos nós observam também cerimoniais e artesanatos, ao mesmo tempo que esperam algum favor ou vantagem das visitas de turistas. Uma subtil divisão entre produtores e “artistas” culturais e os outros que são índios, mas não se manifestam simbolicamente como tal, estabelece-se e reproduz-se, encontrando-se agora plasmada em formas associativas e institucionais também ligadas aos sistemas de concorrência e negociação políticas pela apropriação dos poderes locais.

Chegados os turistas e preparados os rituais, os produtores, artesãos ou artistas culturais potiguaras decidem usar uma língua que explicam ser muita antiga, mas que se limita a frequentar algumas escassas palavras em tupi misturadas com abundante português, enformando uma etiqueta que é semelhante à encenada em telenovelas seguindo o modelo extremamente popular de “A Muralha”.

Os rituais são, pelo menos aparentemente, efusivamente sentidos, procurando os índios destacar que são o mais fiéis possíveis às suas raízes, conquanto se mostrem rigorosamente resultado de demoradas transformações históricas e culturais inscritas na longa duração. Estes rituais, cerimónias e etiquetas apresentadas como

genuína e tradicionalmente Potiguara integram e internalizam elementos herdados do legado das missões e das orações católicas, mas também vindos do poder do conhecimento científico e académico ou mais popularmente influenciados por músicas, filmes e telenovelas. A linguagem é repetitiva e pretende segundo os seus produtores aproximar os índios dos seus antepassados, sublinhando as temáticas ligadas à natureza e ao culto das divindades, como se isso ainda lhes permanecesse numa sorte de sangue tribal, o toque do tambor simbolizando o agradecimento à terra e aos deuses para cantar esses versos que fomos recorrentemente ouvindo nesse português para onde seguiram com colonos, cronistas, administradores e, sobretudo, missionários as palavras do tupi-guarani sobre a fauna e a flora brasileiras:

“Sou Tupã, sou Tupã, sou Potiguara/ sou Potiguara nesta terra de Tupã/ tem arara caramuna e xexéu/ todos os pássaros do céu/ quem me deu foi Tupã”.

Os turistas são convidados a ensaiarem os mesmos passos atrás dos índios que produzem a cerimónia que se quer ritual e antiga, sendo orientados e educados para desvendarem os arcanos significados ocultos de danças e orações que se limitam a sublinhar que Tupã nos deu “todos os pássaros do céu”.

A cerimónia é cada vez mais animação turística, mobiliza alguns escassos lugares da memória da história e antropologia Potiguara, mas contribui paradoxalmente para destacar a sua identidade indígena, assim concorrendo quase contraditoriamente para a sua preservação e transformação.

A animação é sobretudo oral e artesanal. Cruza a cerimónia ritual em torno do toré a dezenas de conversas com os turistas, gerando essa cumplicidade fundamental que faz com que quem circula no mercado do turismo consuma e sinta participar numa pequena parte das manifestações de uma cultura outra, depois perpetuada nesses *souvenirs* em que o artesanato local se cruza à t-shirt, à fotografia, ao vídeo e ao bilhete postal, mais as suas muitas multiplicações modernas através de emails, websites e redes sociais automáticas.

Os produtores e artistas Potiguara explicam cuidadosamente que quem dança o toré fica mais livre, com muito mais saúde, para além de paz e alegria no coração e que, ao cantarem para a natureza, ela escuta o que eles cantam, movimentos e encenações que agora se fixam em vídeos e telemóveis que depois seguem para computadores, redes web e essas muitas milhares de cumplicidades cerzidas pela globalização da comunicação.

Os Potiguara sobrevivem, assim, como objecto cultural e é a partir desta sobrevivência culturalmente objectiva que sobrevivem também enquanto sujeitos sociais e culturais, misturando estavelmente lugares da memória e lugares do presente.

Este modelo tem gerado as mais vivas polémicas, mas muito mais académicas do que indígenas e, menos ainda, turísticas. Tem vindo a ser definido na literatura académica por Antropólogos, Historiadores e Sociólogos enquanto processo de “mercantilismo cultural”, responsável por subordinar as culturas tradicionais ao consumo capitalista do turismo global, gerando manifestações culturais para turista ver e comprar, resultando numa espécie de desconstrução cultural em que os seus rituais possuem mesmo que implicitamente o objectivo de, antes do mais, lhes alimentarem o ego e a barriga. A historiadora Marilyn Halter considera, por isso, em tese geral que “a mercantilização cultural é inerente ao sistema capitalista (...). Um resultado inevitável do funcionamento do mercado. (...) Simultaneamente, o consumismo desagrega e promove uma comunidade étnica, podendo mostrar-se tanto subversivo como hegemónico”. (Harner, 1980)

Já a perspectiva antropológica de Clarice Novaes da Mata esclarece em investigação muito mais recente que

“as comunidades indígenas tanto têm a ganhar como a perder com a mercantilização de sua cultura e saber, pois é possível que as forças consumistas possam tanto desestruturar o plano original da comunidade, com seus significados intrínsecos, como também enaltecer e reforçar a identidade. Na verdade, esses são acontecimentos paralelos, via de regra focalizados em alguns poucos membros da comunidade, que servem como propagadores de sua cultura e que se beneficiam quase que individualmente dos resultados monetários, sem que deixem de afectar a comunidade como um todo, tanto para melhor como para pior.” (Mota, 2008)

Este mercado do que é apresentado como turismo cultural constituído por venda de artesanato e mostra de rituais gera imediatamente mais rendimentos, oportunidades e, em última análise, uma melhor qualidade de vida – pelo menos para alguns –, mas provoca também conflitos internos grupais e pessoais vindos directamente da ampliação da concorrência económica e cultural.

Os dois principais artesãos da Aldeia Galego, Tonho e Valdemiro, vivem em permanentes quezílias disputando entre si o privilégio de receberem o maior número de turistas na sua oca. A sua concorrência especializa mesmo as produções cerimoniais e artesanais, cada um destacando a sua maior originalidade e apego à cultura tradicional Potiguara. Uma concorrência que na Aldeia Galego se alargou a alguns dos seus habitantes classificados como de origem não-índia, como é o caso do comerciante Edmilson, entretanto falecido, ou do artesão Anselmo.

Ambos, porém, reivindicam o seu estatuto de índios que, no caso de Anselmo, comprova e presentifica na ainda maior genuína qualidade tradicional do seu artesanato, para além da sua reivindicada identidade Potiguara lhes permitir casa e terreno na reserva, assim como receber do Governo essa “cesta básica” com que os planos de erradicação da pobreza das presidências de Lula da Silva foram combatendo a fome no Brasil.

As representações culturais dos potiguara hoje decorrem de transformações históricas, demográficas, económicas e sociais que desafiam culturalmente não apenas qualquer ideia de um espaço ‘natural’, ‘original’ ou ‘essencial’ dos nossos índios, mas transformaram definitivamente a sua cultura em culturas, manifestações e hábitos culturais vários.

A reserva enquanto terra e asilo foi ao longo dos séculos contraindo-se para um território social e cultural cada vez mais limitado, pressionada tanto por vários interesses económicos e pela mobilização laboral fomentada essencialmente pela presença próxima da *usina* de cana-de-açúcar quanto por essas transformações demoradas carregadas pelo poder da língua desde ontem ou pelo poder da televisão e da telenovela muito mais hoje.

Seja como for, o tema do turismo entrou também no discurso dos poderes potiguaras. Nos nossos dias existe a vincada preocupação das chefias indígenas em manter um maior controlo sobre quem entra no território, tratando de organizar o fluxo de turistas, agora a mais importante fonte de receitas da comunidade. Ao impedirem o acesso indiscriminado, chefes, como Caboquinho, ou caciques, como Djalma, explicam nos seus discursos políticos continuar a convocar a tradição de preservar a reserva da invasão dos *brancos*, mas admitindo a visita dos turistas que explicam política e culturalmente contribuir para reforçar a sua orgulhosa e ancestral identidade Potiguara.

Líderes e candidatos a líderes explicam aos seus índios que os turistas procuram conhecer melhor as tradições Potiguara, participar nos rituais e ver simplesmente como vivem, depois comprando o seu artesanato e mais algumas recordações de ocasião. Caciques e suas oposições concordam que os turistas estão para conhecer e para acabar com a desdita da sua terra ignorada.

Apesar da cancela em que se escreveu “Reserva indígena. Proibida a entrada a pessoas estranhas à comunidade”, o chefe geral Caboquinho destaca que a entrada de “gente de fora” nos últimos anos permite às famílias manterem a antiga tradição de, em conjunto, fazerem colares, pulseiras ou brincos, sendo a sua cultura divulgada, os rituais intensificados, vendo-se o nome dos índios Potiguara e das suas 32 aldeias espalhado pelo Mundo.<sup>20</sup>

É este discurso do poder que, seleccionando e decidindo sobre os lugares da memória dos Potiguara, se tornou instrumento fundamental na reconstrução imaginada e na reinvenção identitária dos Potiguara, seguindo um modelo de resgate cultural mais geral concluído acertadamente por aquela que foi uma das

---

20. Entrevista concedida pelo chefe geral da reserva dos Índios Potiguara, Caboquinho, a 20 de Dezembro de 2017.

principais responsáveis pela organização do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, a antropóloga Clarice Novaes da Mota:

“Trata-se de um movimento na direcção de um suposto resgate da antiga forma de ser, das tradições reconhecidas como tribais e, portanto, “autênticas”, mas que orientam e suportam uma nova *raison d’être* ou um novo agrupamento autorizado pelas leis nacionais como sendo indígena. (...) As tradições geralmente têm sido representadas por um saudosismo dos “velhos tempos” adicionado à necessidade real de demonstrar a validade de suas experiências e seu modo de vida actual como sendo “legítimo”.

Acima de tudo, sobrevive ainda o mito do “índio legítimo” sem o qual não há auto-afirmação possível”.  
(Mota, 2008)

### Conclusão

Na sua obra mais significativa, “The Gutenberg Galaxy”, Marshall McLuhan analisava a cultura oral, própria das sociedades não-alfabetizadas, cujo meio de expressão e de comunicação é a palavra oral, salientando a sua capacidade de modulações infinitas e a sua proximidade aos factos da consciência, sentimentos e paixões. (McLuhan, 1962). É neste estado que a literatura antropológica gosta de encontrar os índios brasileiros, incluindo a grande maioria da população Potiguará. É verdade que nos rituais, vazados esgotadamente no toré, a palavra do Potiguará percorre distâncias curtas mas permanece na memória de quem a eles assiste; a palavra é limitada no tempo pela efemeridade e fugacidade da sua elocução mas enforma a memória colectiva através de lugares e imagens agora multiplicadas por vídeos, fotografias, websites e os incontáveis álbuns das redes sociais. Ao partir da tese central de que “o Meio é a Mensagem” (McLuhan, 1967). Marshall McLuhan salientava que o veículo de transmissão da mensagem, o meio, mais que um simples canal de passagem do conteúdo comunicativo é um elemento fundamental da comunicação. Mesmo sabendo que o meio é capaz de determinar os conteúdos comunicativos que veicula, e que uma mensagem difundida oralmente ou por escrito, pela rádio ou pela televisão, pode adquirir diferentes significados, ganhar diferentes contornos, possuir diferentes estruturas perceptivas, desencadear diferentes mecanismos de compreensão. Ou seja, determinar o próprio conteúdo da comunicação, parece-nos que, na actualidade, ao sermos permanentemente invadidos por ecrãs de televisão, websites e ecrãs de computadores que mudaram a maneira de nos entretermos, iludirmos e imaginarmos, o meio passou a fazer a mensagem. No caso dos Potiguará, cuja sociedade ainda não é alfabetizada e, na sua maioria, baseiam a sua cultura na tradição oral, transmitindo os seus lugares da memória sobretudo através do poder do português do Brasil, mesmo quando adornado por escassas palavras tupi, é graças à mensagem e à representação que algumas das suas manifestações culturais rein-

ventam continuamente a sua identidade Potiguara. É, assim, a mensagem e a representação que inventam o real social e reinventam dinamicamente a identidade cultural e a memória deste povo. Os Potiguara são, hoje, definitivamente actores. Cada vez mais actores brasileiros que sabem preservar os lugares da memória de uma terra cultural que persiste em ser Potiguara.

### Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “O Getat e a Arrecadação de Áreas Rurais como Terra Devoluta”, in: *A Amazônia Brasileira em Foco*. Rio de Janeiro: CNDDA, N° 15, 1984.

BAUMFELD, Carlos Minc, “Violência e Terra, No Brasil e na Amazônia”, in: *A Amazônia Brasileira em Foco*. Rio de Janeiro: CNDDA, N° 15, 1984.

GOMES, Mércio Pereira. *Os Índios e o Brasil: Ensaio sobre um Holocausto e sobre uma Nova Possibilidade de Convivência*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

HARNER, Michael. *The way of shaman: a guide to power and healing*. New York: Harper & Row Publishers, 1980.

McLuhan, Marshall. *The Gutenberg Galaxy: The making of Typographic Man*. Toronto: University of Toronto Press, 1962.

MCLUHAN, Marshall. & FIORE, Quentin. *The Medium is the Message: An Inventory of Effects*. Harmondsworth: Penguin, 1967.

MOTA, Clarice Novaes da. “Ser Indígena no Brasil Contemporâneo: Novos Rumos para um Velho Dilema”, in: *Ciência e cultura* (cienciaecultura.bvs.br). vol.60, nº4, São Paulo, 2008.

NASH, Roy. “Uma Política Florestal para o Brasil”, in: *A Amazônia Brasileira em Foco*. Rio de Janeiro: CNDDA, N° 15, 1984.

NORA, Pierre. *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984-1992, 3 t., 7 vols.

### Fontes orais

Entrevista concedida por Dona Joana, da Aldeia Galego, a 5 de Dezembro de 2007.

Entrevista concedida pelo chefe geral da reserva dos Índios Potiguara, Caboquinho, a 20 de Dezembro de 2017.

Entrevista concedida pelo Índio Jano, a 28 de Dezembro de 2017.

Entrevista concedida pelo Índio Jerónimo Carvalho a 22 de Agosto de 2019.

Entrevista concedida pelo cacique de São Francisco, Djalma, a 28 de Novembro de 2017.

Entrevista concedida pelo ex-cacique geral das aldeias Potiguara, Raqué, a 16 de Novembro de 2007.

### Recursos e créditos web

*Guia turístico e roteiro de viagem* da Baía da Traição em <http://www.feriasbrasil.com.br/pb/baiadataicao/>.

*Não se Move Santuário – Património Cultural dos Povos*, [www.santuariodospajes.org](http://www.santuariodospajes.org).

POMBO, Olga, *O Meio é a Mensagem*, disponível em / acesso em:

[www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/...estudo\\_mcl\\_olga.pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/...estudo_mcl_olga.pdf)

*Turismo na Baía da Traição*: <http://conhecabaiadatraicao.com/>; <http://visitebaiadatraicao.com.br/>.

Data de receção: 05/09/2022

Data de aprovação: 18/12/2022



## **AUTORES – BIOGRAFIAS**



### **Bumba Manuel de Castro**

Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura pela Universidade de Coimbra; especialista em Administração de Empresas Turísticas e de Lazer pela Universidade Politécnica de Madrid; graduado em Direcção e Gestão Hoteleira pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. É Professor Auxiliar da Escola Superior de Hotelaria e Turismo (ESHOTUR) da Universidade Agostinho Neto, é representante de Angola, através do Ministério da Cultura e Turismo, no Comité de Turismo e Sustentabilidade da Organização Mundial do Turismo (OMT) e membro da comissão editorial de algumas revistas científicas, nomeadamente a CEGOT, associada à Universidade de Coimbra e à Universidade Porto ([bumbc@yahoo.com](mailto:bumbc@yahoo.com)).

### **Carina Merkle Lingnau**

É pesquisadora e professora, graduada em Letras pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), mestra em Educação pela UNIOESTE, doutora em Letras pela UEM, ministra aulas nos cursos de graduação da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) e colabora no Programa de pós-graduação em Educação da UNIOESTE. ([carinadebeltrao@gmail.com](mailto:carinadebeltrao@gmail.com) / <https://orcid.org/0000-0002-8469-3961>)

### **Edmilson Gomes dos Santos**

Mestre em Ciência Política (2020), com dissertação sobre o enquadramento da teoria do partido cartel no sistema partidário português; licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais (2018) na Universidade da Beira Interior (FAL e FCSH respetivamente). Tem como principais interesses de investigação os partidos políticos e a comunicação política. ([edmilson.santos@ubi.pt](mailto:edmilson.santos@ubi.pt) / <https://orcid.org/0000-0002-2347-1353>)

### **Gabriella Keren Silva Amaral**

Discente do curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia ([gabriellakeren@ufu.br](mailto:gabriellakeren@ufu.br)).

### **João Pedro Carvalho Bettin**

Discente do curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia ([jp\\_bettin@ufu.br](mailto:jp_bettin@ufu.br)).

### **José Manuel Mendes**

Doutorado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde exerce as funções de Professor Catedrático de Sociologia. Investigador do Centro de Estudos Sociais, tem trabalhado nas áreas do risco, vulnerabilidade social, desastres e crise climática, planeamento, políticas públicas e cidadania. É coordenador do Observatório do Risco – OSIRIS, sediado no Centro de Estudos Sociais, e Diretor da Revista Crítica de Ciências Sociais ([jomendes@fe.uc.pt](mailto:jomendes@fe.uc.pt) / <https://orcid.org/0000-0003-3602-9756>).

### **José Manuel Simões**

Professor Associado, Diretor do Departamento de “Media, Art and Technology”. Especialista em ética da comunicação, jornalismo multicultural, estudos brasileiros e africanos e minorias étnicas. Pós-doutorado em Ciências da Comunicação na Universidade Católica Portuguesa, Doutor em “Global Studies” na Universidade de São José (USJ), Macau-China; Mestre em Comunicação e Jornalismo na Universidade de Coimbra; Licenciado em Jornalismo Internacional na Escola Superior de Jornalismo do Porto. Jornalista do Jornal de Notícias durante 11 anos e cronista do Correio da Manhã; ator e tradutor e intérprete no Brasil. Desde 2009 coordena o departamento de “Communication & Media” na USJ. É autor dos livros “Ponto de Luz”; “Deus Tupã” (romance histórico que conta o processo de colonização do ponto de vista do povo indígena); “Jornalismo Multicultural em Português – Estudo de Caso em Macau”, livro com que concluiu o seu pós-doutoramento e que representa o seu conhecimento sobre os fenómenos da comunicação social. (jmsimoes@usj.edu.mo)

### **Letícia Buzá Ferreira**

Discente do curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia ([leticia.buza@ufu.br](mailto:leticia.buza@ufu.br)).

### **Mateus Mota Loiola Coutinho**

Graduando do curso de Engenharia de Alimentos na UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), campus Francisco Beltrão. Participa do projeto O dispositivo de metodologias ativas: reflexões e apontamentos com bolsa da Fundação Araucária (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Paraná). ([mateuscoutinho@alunos.utfpr.edu.br](mailto:mateuscoutinho@alunos.utfpr.edu.br) / <https://orcid.org/0000-0001-7990-1052>).

### **Mónica Marina Pires Lobo Jacinto**

Doutoranda em Turismo pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Mestre em Gestão de Território opção em Ambiente e Recursos Naturais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Licenciada em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores de Angola. Desde 2014 é professora Assistente na Escola de Hotelaria e Turismo da Universidade Agostinho Neto ([monica.gama@edu.ulisboa.pt](mailto:monica.gama@edu.ulisboa.pt) / <https://orcid.org/0000-0003-1679-7897>).

### **Nadejda Marques Nadejda Marques**

Pesquisadora em pós-doutoramento na Universidade de Coimbra – CES. Pesquisa os efeitos das políticas de saúde pública para combater a COVID-19 em migrantes e refugiados da União Europeia. É PhD em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha) e trabalha com direitos humanos há mais de duas décadas ([nademarques@ces.uc.pt](mailto:nademarques@ces.uc.pt) / <https://orcid.org/0000-0001-5127-5782>)

### **Veronica Manole**

Professora de língua e linguística portuguesa, diretora do curso de licenciatura em Estudos Portugueses na Faculdade de Letras da Universidade Babeş-Bolya e responsável

do Centro de Língua Portuguesa do Camões I. P. em Cluj-Napoca, Roménia. Concluiu o doutoramento em 2015 na Universidade Paris VIII, com uma tese sobre o discurso político, «O debate parlamentar em português (Portugal, Brasil) e romeno: abordagem pragmático-discursiva». Áreas de interesse: linguística portuguesa, linguística contrastiva (português-romeno), interpretação de conferências e intercompreensão românica ([veronica.manole@ubbcluj.ro](mailto:veronica.manole@ubbcluj.ro)/ <https://orcid.org/0000-0002-6878-7925>)



## **Normas de publicação**

A Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP) surgiu como manifestação do desejo de interconhecimento e de intercâmbio de todos os que, na América, na Europa e na África falam português no seu quotidiano, e se preocupam com a sua utilização e o seu ensino. A revista surge como um modo de aproximar as culturas que na língua portuguesa encontram expressão, ou que a moldam para se exprimirem.

Com uma tiragem semestral de 200 exemplares, e editada desde 1989, é uma publicação interdisciplinar da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) que circula a nível nacional e internacional, com especial destaque nos países de língua oficial portuguesa e Macau (RAEM), através das instituições de ensino superior membros da AULP e centros de investigação com interesse no domínio científico da revista.

## **Normas para Autores:**

1. Os artigos submetidos a apreciação têm de ser originais e inéditos. Uma vez submetidos os artigos ao processo de avaliação da RILP, em momento algum poderão ser submetidos a outras revistas. Os textos têm de ser obrigatoriamente apresentados em língua portuguesa e devem respeitar as normas referentes ao acordo ortográfico de 2009.
2. Os artigos devem ter preferencialmente até 15.000 palavras, incluindo notas, bibliografia e quadros. Os textos devem ser entregues num documento em formato Word (ou compatível).
3. Os artigos devem ser acompanhados de um resumo de cerca de 150 palavras – em português e outro em inglês – de quatro a seis palavras-chave e de um ficheiro em formato Word (ou compatível) com os dados de identificação do autor (instituição, categoria, áreas de especialização e elementos de contacto eletrónico).
4. As ilustrações, quadros, figuras e mapas deverão ser numerados e enviados em ficheiro à parte em formato jpeg ou png. O autor deve ainda indicar os locais onde os mesmos devem ser inseridos.
5. As citações de fontes alheias têm de respeitar a legislação em vigor relativa aos direitos de autor.
6. A RILP segue as normas de referência bibliográfica APA Style Guide. As referências bibliográficas dos textos deverão ser inseridas em corpo de texto, respeitando as normas de citação adoptadas, evitando a utilização de notas de rodapé para esse fim.
7. Os textos submetidos serão, num primeiro momento, analisados pelo conselho editorial, podendo ser rejeitados ou submetidos a processo de arbitragem científica. Os artigos aceites serão, em seguida, submetidos a um ou dois árbitros, através de um sistema de revisão cega de pares. A decisão final sobre a publicação do artigo proposto, num dos números da RILP, será tomada pelo Conselho Editorial, considerando os pareceres dos árbitros.
8. Os autores, individuais ou colectivos, dos artigos publicados conferem à RILP o exclusivo direito da primeira publicação na versão impressa e digital, podendo o artigo sofrer alterações e revisões de forma, ou propósito de adequá-lo ao estilo editorial da RILP.
9. Os autores, individuais ou colectivos, dos artigos publicados na RILP receberão da revista dois exemplares cada. Se solicitado, poderá também ser disponibilizada uma cópia em formato PDF.

***Declaração Princípios Éticos da RILP: [www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/information/authors](http://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/information/authors)***

***Submissão de artigos em: [www.rilp-aulp.org](http://www.rilp-aulp.org)***

***Para qualquer outra questão: [rilp@aulp.org](mailto:rilp@aulp.org)***









O mapeamento deste número temático fornece ao leitor interessado e curioso diversas linhas de reflexão e de investigação, contrariamente ao esforço tantas vezes sistemático e orientado para a especialização e autonomização das áreas do conhecimento científico, e em particular nas ciências sociais e humanidades. Conquanto, as ciências sociais são uma paisagem representativa de diversas possibilidades de investigação, há ainda muito trabalho por empreender e novas relações por estabelecer, por exemplo, nestes domínios onde a política não se esgota nas suas próprias instituições e corporações que tradicionalmente lhe têm dado forma e legitimidade. (...) Assistimos, por fim, vir a público o resultado deste trabalho – um resultado plural e colectivo que sempre anima as almas crentes numa ética dos fins.

